



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pampulha, nos termos do Regimento Interno desta casa, que seja recebido o protocolo do Relatório Final da CPI Pampulha, acompanhado de 6 indicações.

Reforço que todos os documentos mencionados no presente relatório estão integralmente disponíveis no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vinculados aos requerimentos 944/2023 e 267/2022, podendo ser livremente consultados.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024

Braulio Fera

Ao Senhor

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Pampulha

Erro material. Fica recebido como:
<i>capicão</i>
Em <u>02/07/2024</u>
<i>CM 568</i>

CHEM_DIREC-01/JUL/24-15:48:21-010699-1

RELATÓRIO FINAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO –
LAGOA DA PAMPULHA**

REQUERIMENTO N. 944/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUMÁRIO

Relatório final

Sumário

I. INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS DESTA CPI

I.2. DA LAGOA DA PAMPULHA

II. DA SEPARAÇÃO DOS FATOS APURADOS PELAS DUAS CPIS INSTAURADAS PARA INVESTIGAR AS AÇÕES NA LAGOA DA PAMPULHA

III. DO DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES DA PRIMEIRA CPI DA LAGOA DA PAMPULHA INSTITUÍDA PELO REQUERIMENTO 267/2022

III.1 DA 1ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.2 DA 2ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.3 DA 3ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.4 DA 4ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.5 DA 5ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.6 DA 6ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.7 DA 7ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.8 DA 8ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.9 DA 9ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.10 DA 10ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.11 DA 11ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.12 DA 12ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.13 DA 13ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.14 DA 14ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.15 DA 15ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.16 DA 16ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.17 DA 17ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.18 DA 18ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.19 DA 19ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.20 DA 20ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.21 DA 21ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.22 DA 22ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.23 DA 23ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.24 DA 24ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.25 DA 25ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.26 DA 26ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.27 DA 27ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

III.28 DA 28ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

IV. DOS FATOS APURADOS PELA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

IV.1 DA NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA APRECIAÇÃO DAS AÇÕES NA LAGOA DA PAMPULHA

IV.2 DO ATERRAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA E DA DIMINUIÇÃO DO ESPELHO D'ÁGUA

IV.2.1 DO ATERRO DA ENSEADA DO ZOOLOGICO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IV.2.2 DA ATUAÇÃO DA ANDRADE GUTIERREZ NO DESASSOREAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA - CONTRATO SC 050/2013

IV.2.3 DO CONTRATO AJ 49/2018 - ETC EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES

IV.2.4 DA LICITAÇÃO PE 022/2022 QUE FOI REVOGADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

IV.2.5 DA FORMALIZAÇÃO DA OFENSA AO PATRIMÔNIO CULTURAL - PMI'S MANIFESTAMENTE ILEGAIS E LICITAÇÃO SMOBI DQ – 016/2023

IV.3 DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA LAGOA DA PAMPULHA – DO CICLO INTERMINÁVEL DE LIMPEZA DA LAGOA

IV.3.1 DO DESPEJO DE ESGOTO NA LAGOA DA PAMPULHA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- IV.3.2 ETAF, COPASA E ESGOTO QUE É JOGADO NA LAGOA DA PAMPULHA
- IV.3.3 DA AUSÊNCIA DE ATUAÇÃO DA PREFEITURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- IV.3.4 DO ACORDO JUDICIAL PREFEITURA DE BELO HORIZONTE - PREFEITURA DE CONTAGEM – COPASA
- IV.3.5 DAS ILEGALIDADES NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS QUE ENVOLVEM O CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA
 - IV.3.5.1 DO PROCESSO LICITATÓRIO SCO-033/2013 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA POR TÉCNICA E PREÇO
 - IV.3.5.2 DAS FRAUDES CONSTATADAS NO PROCESSO LICITATÓRIO SCO-033/2013
 - IV.3.5.3 DO CONTRATO AJ-57/2018, CELEBRADO POR INEXIGIBILIDADE
 - IV.3.5.4 DA AUSÊNCIA DE MELHORA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS - RELATIVIZAÇÃO DO PADRÃO CLASSE 3 - NÃO ATINGIMENTO DA CLASSE 3
 - IV.3.5.4.1 DO CONCEITO CLASSE 3
 - IV.3.5.4.2 DA NECESSIDADE EDITALÍCIA DE SE OBTER A QUALIDADE DA ÁGUA EM CLASSE 3 E SUA POSTERIOR RELATIVIZAÇÃO INDEVIDA
 - IV.3.5.4.3 DO NÃO ATINGIMENTO DO PADRÃO CLASSE 3 PELOS RELATÓRIOS DA FCO
 - IV.3.5.4.4 DO NÃO ATINGIMENTO DO PADRÃO CLASSE 3 PELOS RELATÓRIOS DA PRÓPRIA CONTRATADA
 - IV.3.5.4.5 DO NÃO ATINGIMENTO DO PADRÃO CLASSE 3 - COMPILAÇÃO DOS DADOS PUBLICADOS PELO IGAM, REALIZADA NO ÂMBITO DA ICB/UFGM
 - IV.3.5.4.6 DO NÃO ATINGIMENTO DO PADRÃO CLASSE 3 - OUTROS ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS
 - IV.3.5.5. DA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO NÃO ACREDITADO, PARA A MEDIÇÃO DE FÓSFORO
- IV.4 DA PLANTÃO DE ESPÉCIES INVASORAS NA LAGOA DA PAMPULHA - LEUCENAS E TABOAS
 - IV.4.1 DO PLANTIO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO
 - IV.4.2 – DOS IMPACTOS E AGRESSÕES PROMOVIDAS PELA LEUCENA
- IV.5 DO FINANCIAMENTO INTERNACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA
 - IV.5.1 DA DESTINAÇÃO DIVERSA DO RECURSO OBTIDO PELO CONTRATO DE FINANCIAMENTO EXTERNO
- IV.6 DOS LIXOS SOBRENADANTES - CONTRATO AJ 01/2016
 - IV.6.1 – CONTRATO AJ – 01/2016
 - IV.6.2 – CONTRATO DJ – 024/2021
 - IV.6.3 – CONTRATO DJ – 024/2021 E AS INFORMAÇÕES ANALISADAS PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA LAGOA DA PAMPULHA
- IV.7 DA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI - CONTRATO AJ 89/2018
 - IV.7.1 DO GRUPO DE TRABALHO DO CONTRATO AJ 89/2018
 - IV.7.2 DOS PAGAMENTOS
 - V - DOS TRABALHOS DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.1 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.2 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.3 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.4 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.5 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
 - V.6 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- V.7 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.8 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.9 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.10 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.11 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.12 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.13 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.14 DA 1ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- V.15 DA 15ª REUNIÃO DA 2ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA
- VI.1 DO NOVO CONTRATO COM O CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- VI.2 DOS PROBLEMAS NO EDITAL 13.019/2023-SMOBI
- VI.3 DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA INEXIGIBILIDADE
- VI.4 DO AUMENTO DO VALOR DO CONTRATO E DA REDUÇÃO DO OBJETO
- VI.5 DA ATUAÇÃO JURÍDICA DO MUNICÍPIO E DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES
- VI.6 DAS DEMAIS INCONSISTÊNCIAS DESCOBERTAS PELA CPI
- VII DOS RESULTADOS DA CPI PAMPULHA
- VII.1 DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DA LAGOA DA PAMPULHA
- VII.2.1 DAS TECNOLOGIAS APRESENTADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM 2011 E EM 2013
- VII.2.2 DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA CPI
- VII.3 DA PRODUÇÃO DE PROJETO DE LEI PARA PROTEÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA
- VII.4 DAS INDICAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS PELA A PREFEITURA
- VII.5 DA COMISSÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DA PAMPULHA
- VII.6 DO MAPA INTERATIVO DOS MARCOS E CONTRATOS INVESTIGADOS POR ESSA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
- VIII. DAS RESPONSABILIDADES PELAS OFENSAS PATRIMONIAIS NA LAGOA DA PAMPULHA
- VIII.1. DAS ALTERAÇÕES À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DO ENQUADRAMENTO DOS AGENTES MUNICIPAIS
- VIII.2 INDICIAMENTOS
- VIII.2.1 RICARDO DE MIRANDA AROEIRA
- VIII.2.2 ANA PAULA FERNANDES VIANA FURTADO
- VIII.2.3 LEANDRO CESAR PEREIRA
- VIII.2.4 JOSUÉ COSTA VALADÃO
- VIII.2.5 DO CONSÓRCIO PAMPULHA VIVA
- VIII.2.6 MÁRIO DE LACERDA WERNECK NETO
- VIII.2.7 MARCELO CARDOSO LOVALHO
- VIII.2.8 MAURO LÚCIO RIBEIRO DA SILVA
- VIII.2.9 MAURÍCIO CANGUÇU MAGALHÃES
- VIII.2.10 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
- VIII.2.11 COPASA, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE E PREFEITURA DE CONTAGEM
- VIII.3 DA NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DE INVESTIGAÇÕES
- VIII.3.1 DA EQUIPE DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI
- VIII.3.2 DA PROCURADORIA E CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E ASSESSORIA JURÍDICA DA SUDECAP



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIII.3.3 DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO SCO 033/2013

VIII.3.4 HENRIQUE DE CASTILHO MARQUES DE SOUSA

VIII.3.5 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

IX. DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

X. CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I. INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS DESTA CPI

1. A Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação dos contratos que envolvem a limpeza da Lagoa da Pampulha, instituída em decorrência da aprovação do requerimento 944/2023, que determinou a investigação dos diversos contratos realizado para os serviços de limpeza de um dos principais cartões postais da capital mineira.
2. Segundo o requerimento, apesar de tratar-se de região pólo para atração do turismo na capital, os problemas relacionados à poluição da água da lagoa por resíduos sólidos e esgoto não apresentam qualquer avanço significativo há anos, a despeito da existência de contratos milionários. Todos os elementos apontam para a existência de irregularidades na escolha da empresa para prestação e execução dos serviços.
3. Em breve recapitulação dos fatos, foi celebrado em outubro do ano de 2018 contrato entre o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e o Consórcio Pampulha Viva, contrato para a execução dos serviços de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha.
4. Chama atenção que o contrato foi adjudicado diretamente à parte contratada por inexigibilidade de licitação. A fundamentação expressa para justificação do ato foi o art. 25, caput, da Lei 8.666/93, e artigo 66, §1º, III do Decreto Municipal 10.710.
5. Carece investigação uma vez que o caput do art. 25 da 8.666/93 dispõe que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. No entanto, não existe qualquer elemento que explique qual o motivo da inviabilidade de competição, de maneira que não estão presentes as hipóteses dos incisos I, II ou III, sendo uma alegação completamente genérica, o que é vedado pela Lei.
6. Mais absurda a fundamentação no artigo 66, §1º, III do Decreto Municipal 10.710. Isso porque o referido inciso foi revogado pelo Decreto nº 16.603, de 28/3/2017, um ano antes da assinatura do contrato de tratamento das águas da lagoa da pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7. Mesmo diante da completa ausência de justificativa válida para inexistência de procedimento licitatório, o contato no valor de R\$ 16.000.496,02 (dezesseis milhões quatrocentos e noventa e seis reais e dois centavos) foi firmado pelo período de 12 meses.
8. Em setembro de 2019, findo o prazo do contrato, foi firmado o primeiro termo aditivo no valor de R\$ 15.432.639,66 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) ao contrato cuja licitação foi supostamente inexigível.
9. Em fevereiro de 2020, o valor do contrato foi acrescido em R\$ 35.418,36 (trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos). Em setembro de 2020, foi apresentado o 3º termo aditivo ao contrato, no valor de R\$ 15.156.361,81 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos).
10. Por fim, em setembro de 2021, foi assinado um quarto termo aditivo no valor de R\$ 15.006.584,38 (quinze milhões, seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos).
11. Em resumo, de 2018 até o presente momento, foi assinado um contrato na modalidade de inexigibilidade de licitação com fulcro única e exclusivamente no caput do art 25 da Lei 8.666/93, que foi sucessivamente aditado, somando até o momento o valor de R\$ 61.631.500,23 (sessenta e um milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos reais e vinte e três centavos) repassados ao Consórcio Pampulha Viva.
12. O objeto do primeiro contrato firmado é "a execução, pela contratada, sob regime de empreitada por preço global, de serviços especializados de tratamento de ambientes aquáticos lênticos (lagos, lagoas e represas) para assegurar padrões de Classe 3, para as águas da Lagoa da Pampulha".
13. No entanto, os sucessivos termos aditivos anualmente celebrados evidenciam a fraude no modelo de contratação, que foi transformado em uma prestação de serviços continuada, por consórcio composto por empresas que a Prefeitura considerou serem as únicas em todo o Brasil com capacidade técnica para a limpeza de lagoas, o que não faz o menor sentido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

14. O que era uma empreitada global se tornou uma prestação de serviços interminável, a preço que já supera em 4 vezes o valor inicialmente previsto, sem qualquer resultado perceptível para a população belo-horizontina que sofre diariamente com o mau cheiro do espelho d'água da Lagoa.
15. Coube então, a esta comissão, realizar o trabalho investigativo, iniciado pelo requerimento 267/2022. Transcorridos regularmente os trabalhos da comissão, foi apresentado o relatório final que, surpreendentemente, foi rejeitado pelos então membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.
16. A Vereadora Flávia Borja, designada nova relatora, retirou o relatório que havia apresentado, menos de 24 horas após o seu protocolo, o que impossibilitou a sua votação, sendo a CPI encerrada sem a aprovação de relatório final.
17. Tendo em vista os inúmeros indícios de irregularidades no tratamento das águas da lagoa, e a ausência de respostas à população Belo-horizontina, os próprios parlamentares decidiram reunir assinaturas para a abertura de nova Comissão, atentos ao princípio da efetividade e da economicidade, além é claro da necessidade de esclarecimento dos fatos gravíssimos ali demonstrados.
18. Entretanto, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Procuradoria do Município, questionou judicialmente a abertura de novo trabalho de investigação, causando espanto entre todos os parlamentares. A decisão de suspensão liminar foi inicialmente acolhida.
19. Por qual motivo, o órgão que deveria zelar pelo patrimônio municipal e pelo gasto público, estaria levantando óbice ao trabalho investigativo conduzido pelos membros do Poder Legislativo? Qual o interesse em trancar uma investigação baseada em fatos graves como os descritos, que representam um prejuízo milionário ao erário?
20. Exatamente nesse sentido, por entender que a Procuradoria do município sequer era parte legítima para questionar os trabalhos desenvolvidos por outro poder independente e autônomo, o Poder Judiciário determinou a legalidade da instituição de nova Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as contratações supramencionadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

21. Dessa forma, após um breve período de suspensão, os trabalhos foram iniciados no final de 2022, sendo cumpridos todos os requisitos legais e regimentais para sua instituição formal.
22. Foram reiniciados os trabalhos desta comissão, efetivamente, no dia 22/12/2023, e após eleitos o presidente e o relator, foi apresentado o plano de trabalho que seria seguido para a consecução da CPI. Foram realizadas 15 reuniões ordinárias e diversas visitas técnicas, sendo realizada a última reunião no dia 18/06/2024.
23. Agora, passamos a apresentação do presente relatório final, para encerramento dos trabalhos, envio dos documentos aos órgãos de investigação competentes e apresentação dos resultados à população belo-horizontina que anseia por respostas.

I.2 DA LAGOA DA PAMPULHA

24. É inegável reconhecer a Lagoa da Pampulha como um dos principais pontos turísticos de Belo Horizonte e Minas Gerais, sendo uma joia histórica e paisagística que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e na transformação da região ao longo dos anos.
25. Sua história remonta ao século XX, com a matriz construtiva da Barragem da Lagoa da Pampulha realizada na segunda metade da década de 30, na gestão de Otacílio Negrão de Lima como prefeito de Belo Horizonte.
26. O objetivo original da criação da barragem era formar uma represa que serviria de reservatório de água para a cidade.
27. Em ato visionário, quando da gestão de Juscelino Kubitschek como prefeito de Belo Horizonte, no início da década de 40, foi encomendado ao renomado arquiteto Oscar Niemeyer a tarefa de projetar uma série de edifícios ao redor de uma lagoa artificial, com o intuito de promover o turismo e a cultura na região.
28. O projeto da Pampulha, como ficou conhecido, foi um marco na arquitetura moderna brasileira. Niemeyer criou um conjunto de estruturas icônicas, incluindo a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

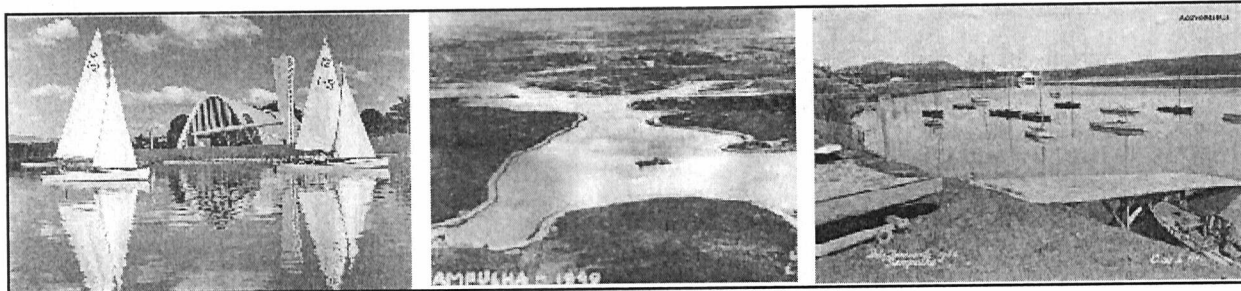
Casa do Baile e o late Tênis Clube. Cada edifício apresentava formas inovadoras e materiais modernos, desafiando as convenções arquitetônicas da época.

29. Atento aos detalhes do seu projeto, a lagoa foi pensada para valorizar sua forma por seu espelho d'água, cujo perímetro por cerca de 18 quilômetros de orla, sendo as visadas estrategicamente alocadas para a plena apreciação desse conjunto como um todo.

30. Kubitschek também somou a esse devaneador projeto a genialidade do paisagista Roberto Burle Marx, que foi responsável por conceber e executar o projeto paisagístico da Lagoa da Pampulha.

31. Em raro nível de harmonia, foi desenvolvido o projeto que integra harmoniosamente a arquitetura moderna de Niemeyer com os belos jardins ao redor da lagoa, com a utilização de uma variedade de plantas nativas, combinando cores, formas e texturas para criar composições que atraíam os olhos e estimulavam os sentidos. Os caminhos sinuosos, os espelhos d'água e os elementos esculturais integravam-se perfeitamente ao conjunto arquitetônico, dando vida e vitalidade à paisagem.

32. Destaca-se ainda uma preocupação especial com a preservação ambiental, considerando que a escolha das espécies vegetais buscou promover a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade local



33. Ao longo dos anos, a Lagoa da Pampulha se tornou um importante centro de lazer e entretenimento, tendo como resultado o adensamento urbano da região.

34. Pela ausência de planejamento e adequada execução de políticas públicas a Lagoa da Pampulha tem enfrentado um processo contínuo de degradação, o que tem levado a uma série de desafios ambientais e de preservação cultural desse importante patrimônio mineiro.



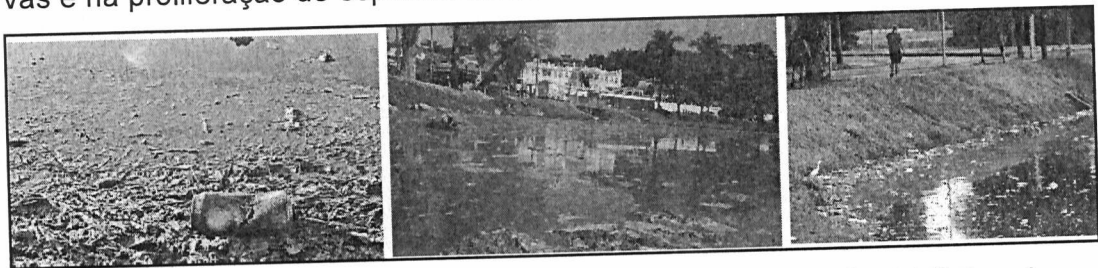
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

35. A partir da década de 80 os registros históricos de degradação da Lagoa Pampulha se especializaram com a expansão populacional, aliada à falta de planejamento adequado, que resultou em um aumento significativo no despejo de esgoto e resíduos sólidos nas águas da lagoa.

36. Não obstante a significativa quantidade de esgoto direto que chega na lagoa, há intenso processo de aterramento que ocorre devido à urbanização e ações da própria prefeitura de Belo Horizonte. Não bastasse os sedimentos e resíduos sólidos que chegam à Lagoa da Pampulha, seu inadequado manejo faz com que o assoreamento também se transforme em aterramento.

37. Como resultado, o acúmulo desses materiais, reduz a profundidade e a capacidade de retenção de água da lagoa. Já as ações de aterramento, construções de estradas de serviço dentro da lagoa e utilização deste espaço como bota-fora, traz diversas consequências negativas, que além de comprometer a estética do local, o acúmulo de sedimentos afeta diretamente a vida aquática e a qualidade da água.

38. Tais ações reduzem a disponibilidade de oxigênio na água, dificultando a sobrevivência de plantas e animais aquáticos. Ademais, o desequilíbrio ecológico causado pelo assoreamento pode resultar na perda de espécies nativas e na proliferação de espécies invasoras.



39. Nas últimas duas décadas, foram gastos mais de R\$1.4 bilhões de reais para a recuperação da lagoa, sem que fosse possível presenciar uma melhora significativa na precária situação que parte da Pampulha vive.

40. Como poderá ser observado por esse relatório, um ciclo inefetivo que esquece da origem dos problemas e atua de forma paliativa, coloca a Lagoa da Pampulha em um ciclo infundável de gastos sem resolver os problemas que afetam esse patrimônio cultural.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

41. A deturpada política pública faz com que a Lagoa da Pampulha se divida em dois espaços. O lado leste, que apesar do mau odor, é utilizado como cartão postal de Belo Horizonte, e o lado oeste, que presencia um processo de degradação visível, onde é possível identificar os principais problemas da lagoa.

42. Vale destacar que esse *modus operandi* é validado oficialmente pela Prefeitura de Belo Horizonte, que se preocupa apenas com a Pampulha Leste. O parecer jurídico Parecer Jurídico DPCT/SD Nº 065/2021, que analisou o aditivo do contrato AJ 049/2018 (Licitação: SMOBI 021/2016-CC), fez referência expressa à justificativa da SUDECAP que confessa:

Ressaltamos também que a presente alteração contratual é de suma importância, visto que se trata de uma situação de caráter progressivo, que caso não seja concluída de forma mais célere possível, poderá gerar deterioramento da qualidade das águas mais importantes, demandando intervenções maiores e mais onerosas, além de gerar desconforto aos usuários do local e pôr em risco o título de Patrimônio pela UNESCO.

43. Tudo isso eterniza os problemas da Lagoa da Pampulha em custo bilionário, uma vez que as célebres causas da degradação permanecem existentes e pouco atacadas, ocasionando um *déjà-vu* de promessas de soluções da Administração Pública, no qual proporciona às notícias terem recortes apenas em suas datas para manterem-se as reportagens hodiernas.



44. Nessa senda, pela atual ausência de uma movimentação pública que venha a apontar uma solução definitiva para os problemas da Lagoa da Pampulha, mesmo com os vultosos recursos que são gastos, a Câmara Municipal de Belo Horizonte se movimentou a fim de investigar a inaptidão da Administração Pública em resolver este imbróglio, e se há uma quebra da proba conduta que se deve ter em respeito ao dinheiro dos pagadores de impostos. Assim, passa-se ao relato dos trabalhos desenvolvidos por essa CPI.

II. DA SEPARAÇÃO DOS FATOS APURADOS PELAS DUAS CPIs INSTAURADAS PARA INVESTIGAR AS AÇÕES NA LAGOA DA PAMPULHA

45. É de público conhecimento, tendo sido noticiado por todos os principais veículos de comunicação da capital, que a CPI da Lagoa da Pampulha instituída pelo requerimento 267/2022, foi encerrada sem a aprovação do relatório final.

46. Em respeito à população de Belo Horizonte, que paga uma alta carga tributária e não observa retorno adequado da administração pública, fez-se necessário a instauração de um novo procedimento investigatório, a partir do requerimento 944/2023, para desmascarar de vez a verdadeira organização criminosa que se apossou dos contratos de limpeza de um dos principais cartões postais da nossa cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

47. Nesse sentido, e observando os princípios da administração pública tais como eficiência, economicidade, moralidade dentre outros, foi apresentado o requerimento 346/2022, que solicitou o aproveitamento de todos os atos, documentos, depoimentos e afins, já praticados no âmbito da CPI instituída pelo requerimento 267/2022.

48. Para fins didáticos, e para maior clareza à população, que é de fato o destinatário final desses trabalhos, este relator decidiu separar os atos pela nomenclatura “1ª CPI da Lagoa da Pampulha” para referir-se aos trabalhos da comissão instituída pelo requerimento 267/2022, e “2ª CPI da Lagoa da Pampulha” para referir-se aos trabalhos realizados pela comissão instituída em razão do requerimento 944/2023.

49. Posto este esclarecimento, passo a relatar o desenvolvimento das reuniões, de acordo com a separação acima determinada.

III. DO DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES DA PRIMEIRA CPI DA LAGOA DA PAMPULHA INSTITUÍDA PELO REQUERIMENTO 267/2022

III.1 DA 1ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

50. A primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 16 de dezembro de 2022, às 13h40min, no Plenário Camil Caram, e deu início sob a presidência interina do Vereador Jorge Santos e contou com a presença dos Vereadores José Ferreira, suplente da Vereadora Flávia Borja, Professor Juliano Lopes e Irlan Melo. De forma remota, através de videoconferência, houve as participações dos Vereadores Braulio Lara, Juninho Los Hermanos, Rubão e da Vereadora Flávia Borja.

51. Deste modo, o Presidente interino da CPI declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião teria as seguintes finalidades:

- I - Eleição do(a) presidente e do relator ou relatora da Comissão;
- II - Fixação de dia, horário e local de realização das reuniões.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

52. O Vereador Jorge Santos comunicou que as respectivas candidaturas fossem apresentadas pelos membros da Comissão. Deste modo, o Vereador Professor Juliano Lopes colocou-se à disposição para assumir a presidência da CPI. O Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e colocou-se à disposição para assumir a relatoria.
53. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente interino comunicou que seria colocada em votação a presidência da CPI.
54. Registre-se que foi aprovado, por unanimidade, o nome do Vereador Professor Juliano Lopes, para assumir a presidência.
55. Após a eleição do Presidente, este deu continuidade aos trabalhos da CPI e agradeceu aos demais membros a sua eleição, e o voto de confiança dos parlamentares.
56. Dando seguimento aos trâmites regimentais da Comissão, o Vereador Professor Juliano Lopes comunicou que seria realizada a votação e eleição da relatoria.
57. Registre-se que foi aprovado, por unanimidade, o nome do Vereador Braulio Lara, para assumir a relatoria.
58. Após a mencionada eleição, o Presidente da Comissão informou que seriam discutidos o dia, horário e local de realização das reuniões. O Vereador Irlan Melo sugeriu que as reuniões fossem realizadas às terças-feiras, às 9h30-min. Houve a sugestão, por parte do Vereador Braulio Lara, que as reuniões fossem realizadas às quartas-feiras, às 9h30min. O Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, comunicou que, segundo informação da assessoria da Comissão, só haveria disponibilidade de plenário somente na terça-feira. E ficou determinado que as reuniões seriam realizadas às 9h30min.
59. Deste modo foi colocado em votação o dia, terça-feira, e respectivamente o horário das reuniões, às 9h30min, bem como o local, no qual foi informado ao Presidente da Comissão que o Plenário Helvécio Arantes estaria à disposição para a realização das reuniões.
60. Registre-se que foi aprovado, por unanimidade, o dia, horário e local das reuniões.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

61. O Presidente da CPI perguntou ao Vereador Braulio Lara sobre a possibilidade de apresentação do plano de trabalho para o dia 20 de dezembro de 2022. Em resposta o Relator da Comissão informou que seria mais viável a apresentação do plano de trabalho na primeira semana de fevereiro. O Presidente sugeriu a data da próxima reunião, que seria no dia 7 de fevereiro de 2023, oportunidade esta que seria apresentado o plano de trabalho.
62. Registre-se que foi aprovada, por unanimidade, a data da próxima reunião.
63. O Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, ressaltou a importância dos trabalhos da CPI e enfatizou os problemas que afligem a Lagoa da Pampulha.
64. Deste modo o Presidente da Comissão declarou encerrados os trabalhos.
65. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 13h53min.

III.2 DA 2ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - CONTEXTO HISTÓRICO

66. A segunda reunião da 1ª Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada dia 07 de fevereiro de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, e se deu início sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes e com a presença do relator vereador Braulio Lara e dos vereadores Jorge Santos, Rubão, Flávia Borja, Irlan Melo e Juninho Los Hermanos.
67. A reunião teve como finalidade a breve explanação histórica do Complexo da Lagoa da Pampulha, apresentação do Plano de Trabalho, bem como as definições das datas ligadas aos trabalhos desta CPI. Aberta a discussão quanto a fixação de dia, horário e data da reunião, ficou ratificado que as reuniões ordinárias fossem realizadas semanalmente, às terças-feiras, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Também foram apresentados, discutidos e votados os seguintes requerimentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- I - Requerimento de Comissão nº 40/2023. Solicitação de realização de visita técnica, no dia 28 de fevereiro de 2023, às 09h30min, tendo como ponto de encontro a Casa Verde do Parque Ecológico, com a finalidade de realizar inspeção visual do estado do espelho d' água da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Juninho Los Hermanos. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo. Registra-se que houve a mudança do horário da visita técnica, definido para às 10h00min, e do local do ponto de encontro, sendo na E.T.A.F – Pampulha.
- II - Requerimento de Comissão nº 41/2023. Pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras, com a finalidade de obtenção da seguinte informação: seja devidamente justificado e detalhado pela referida Secretaria, o que motivou os acréscimos de quantitativo descritos nos termos aditivos celebrados ao Contrato AJ 057/2018. Autoria: Ver. (a) Jorge Santos. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- III - Requerimento de Comissão nº 42/2023. Pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras, com a finalidade de obtenção das seguintes informações: solicitar que sejam apresentadas todas as notas fiscais emitidas pelo Consórcio Pampulha Viva, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato AJ 057/2018, contemplando os pagamentos efetuados durante a vigência do contrato e de seus respectivos termos aditivos. Autoria: Ver.(a) Jorge Santos. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- IV - Requerimento de Comissão nº 43/2023. Pedido de informação à COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), com a finalidade de obtenção das seguintes informações: apresentação de todas as ações implementadas pela empresa para reabilitação das águas da Lagoa da Pampulha, a contar do ano de 2016 até o ano corrente. Autoria: Ver.(a) Jorge Santos. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- V - Requerimento de Comissão nº 44/2023. Deliberação sobre a criação de endereço de e-mail específico para o recebimento de denúncias encaminhadas pela população a esta CPI, sendo resguardado o anonimato quando solicitado pelo denunciante. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo. Ao Vereador Bráulio Lara, foi atribuída a responsabilidade de gerenciar o referido e-mail.
- VI - Requerimento de Comissão nº 45/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção de informações acerca do Contrato DJ-024/21 (2021-atualmente), no valor de R\$ 1.953.738,78 (um milhão novecentos e cinquenta e três mil e setecentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), e cujo o objeto é a limpeza de Espelho de Água e Periféricos envolvendo a Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Bráulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- VII - Requerimento de Comissão nº 46/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca do Contrato AJ 52/2017, Processo nº 01-008.528/16-94, cujo o objeto é o monitoramento ambiental e a qualidade das águas na Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- VIII - Requerimento de Comissão nº 52/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca do Contrato SC-048/11 (2011-2014), no valor de R\$ 5.157.489,45 (cinco milhões cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), cujo objeto é referente a Limpeza de Espelho de Água e Periféricos envolvendo a Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- IX - Requerimento de Comissão nº 53/2023. Pedido de informação ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca do Contrato SC-050/13, no valor de R\$ 108.551.825,52 (cento e oito milhões quinhentos e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cujo objeto de referência é o Desassoreamento envolvendo a Lagoa da Pampulha. Requerendo o envio de: 1 – Cópia do Contrato SC-050/13; 2 – Cópia de cada um dos Termos Aditivos, assim como toda a documentação que serviu de justificativa para a prorrogação deste instrumento jurídico; 3 – Cópia de todos os relatórios, fotos, ou quaisquer outros instrumentos que comprovem o pleno acompanhamento da medição e da execução do referido Contrato SC-050/13. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.

- X - Requerimento de Comissão nº 54/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck, com a finalidade de obtenção das seguintes informações: que sejam fornecidas cópias do Parecer Técnico 050/2022 ou documentos correlatos, que serviram de base para a concessão de Contratos Aditivos na AJ 52/2017, cujo objeto é o monitoramento ambiental e a qualidade das águas da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- XI - Requerimento de Comissão nº 55/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca da Licitação SCO-033/2013, que resultou no Contrato AJ 057/2018, cujo objeto é a manutenção da qualidade da água da Bacia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.

- XII - Requerimento de Comissão nº 56/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca do Contrato AJ-001/16 (2016-2021), cujo valor é de R\$ 7.520.422,14 (sete milhões quinhentos e vinte mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quatorze centavos), solicitou-se o envio de: 1 – Cópia do Contrato AJ-001/16 (2016-2021); 2 – Cópia dos Termos Aditivos correspondentes ao Contrato AJ-001/16 (2016-2021), com as necessárias justificativas; 3 – Cópia de todos os relatórios de medição, fotos, ou quaisquer outros instrumentos que comprovem o pleno acompanhamento da execução do referido Contrato AJ-001/16 (2016-2021). Autoria: Ver.(a): Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- XIII - Requerimento de Comissão nº 57/2023. Pedido de informação ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca dos contratos oriundos da captação no exterior, tendo a União como garantidora do contrato de financiamento, que destinou cerca de U\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares), para a execução de ações do Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.

- XIV - Requerimento de Comissão nº 58/2023. Pedido de informação ao Presidente da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), Guilherme Augusto Duarte de Faria, com a finalidade de obtenção das informações sobre a Estação de Tratamento de Águas Fluviais (E.T.A.F – Pampulha). Autoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- XV - Requerimento de Comissão nº 59/2023. Pedido de informação ao Presidente da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), Guilherme Augusto Duarte de Faria, com a finalidade de solicitação dos seguintes relatórios: Relatório de Fiscalização nº 06/2022; Relatório de Fiscalização nº 108/2018; Relatório de Fiscalização nº 109/2018. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- XVI - Requerimento de Comissão 60/2023. Solicitou que fosse adotado o entendimento exarado no Parecer Proleg 172/2021 de que para “resposta aos requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, ficou adotado o prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 218, § 3º do Novo Código de Processo Civil, contados a partir do recebimento pelo destinatário.” Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo. Registra-se a modifica-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção, relacionada ao prazo de resposta, proposto e votado por esta Comissão.

- XVII - Requerimento de Comissão nº 61/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck, com a finalidade de obtenção das seguintes informações: sejam fornecidas cópias de eventuais Pareceres Técnicos ou documentos correlatos, que serviram de base para a concessão de Contratos Aditivos na DJ 024/2021, cujo objeto é a execução dos serviços de manutenção da orla e do espelho d' água da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- XVIII - Requerimento de Comissão nº 62/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, com a finalidade de obtenção das informações acerca do Contrato AJ 49/2018, Processo nº 01-042.985/16-07, cujo objeto é o desassoreamento e batimetria periódica e batimetria prévia da Lagoa da Pampulha, firmado com a empresa ETC Empreendimentos. Foi solicitado o envio de: 1 – Cópia do Cronograma Físico-Financeiro; 2 – Cópia dos comprovantes da medição do volume do material escavado (levado até a área de secagem e área de bota-fora), tais como telemetria dos veículos e os volumes de material retirado, nos termos da cláusula quarta do Contrato AJ 49/2018 e do anexo III do edital SMOBI 021/2016. 3 – Cópia dos comprovantes da medição do volume do material escavado (levado até a área de secagem e área de bota-fora), referente aos aditi-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vos 1,2,3 e 4, do mesmo Contrato. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.

- XIX - Requerimento de Comissão nº 63/2023. Envio de Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), Ver. Gabriel, com a finalidade de contratação de taquígrafo para promoção da transcrição integral dos depoimentos da CPI da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- XX - Requerimento de Comissão 64/2023. Envio de Ofício ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), com a finalidade de celebração do Termo de Cooperação Técnica (TCT), para intercâmbio de informações e documentos, com o objetivo de aprimorar os trabalhos a serem desenvolvidos por esta CPI. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram por aprová-lo, registrando-se o voto contrário do Vereador Juninho Los Hermanos.
- XXI - Requerimento de Comissão nº 65/2023. Envio de Ofício ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG) e Ministério Público Federal (MPF), para tomarem conhecimento sobre a instauração desta Comissão. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara. Discutido e votado o requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

68. Por fim, os vereadores presentes discursaram sobre a importância da abertura desta CPI para a cidade, e para apurar as irregularidades nos contratos firmados entre a Administração Pública e empresas responsáveis pela limpeza, manutenção, conservação, desassoreamento e despoluição da Lagoa da Pampulha. Os membros desta Comissão ressaltaram que os trabalhos serão pautados pelo comprometimento para com a cidade e seus cidadãos.

69. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 11h57min.

III.3 DA 3ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - DA PARTICIPAÇÃO DA DRA. MARIA CECÍLIA - PROCURADORA DO MPC/MG E DR. FERNANDO GALVÃO - EX PROMOTOR DE JUSTIÇA NA PROMOTORIA DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

70. A terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada dia 14 de fevereiro de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, e se deu início sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes e com a presença do relator vereador Bráulio Lara e dos vereadores Jorge Santos, Rubão, a Vereadora Flávia Borja e o Vereador Irlan Melo participaram de forma remota, nos termos da deliberação 14/2021, devidamente registrado por vídeo e/ou ata da reunião.

71. Iniciada a reunião, foram apresentados, discutidos e votados os seguintes requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 94/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck, com a finalidade de obtenção das seguintes informações: fornecimento de cópias do Parecer Técnico 056/2022 ou documentos correlatos, que serviram de base para a concessão de Contratos Aditivos na AJ 57/2017, cujo objetivo foi assegurar o padrão de classe 3 para a Lagoa da Pampulha. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo. Registra-se que a Comissão deliberou e votou sobre o prazo de resposta do Requerimento, que será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- II - Requerimento de Comissão nº 95/2023. Pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck, com a finalidade de obtenção das seguintes informações: fornecimento de cópias dos eventuais Pareceres Técnicos ou documentos correlatos, que serviram de base para a concessão de Contratos Aditivos na AJ 49/2018, Processo nº 01-042.985/16-07, cujo objetivo foi o desassoreamento e batimetria periódica e batimetria prévia da Lagoa da Pampulha. Aatoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo. Registra-se que a Comissão deliberou e votou sobre o prazo de resposta do Requerimento, que será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- III - Requerimento de Comissão nº 100/2023. Envio de Ofício ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais – MPC/MG e ao Ministério Público Federal – MPF, tendo como finalidade a participação na reunião desta CPI, no dia 14 de fevereiro de 2023, para apuração de eventuais práticas ilegais contra o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Aatoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Jorge Santos; Juninho Los Hermanos; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- IV - Requerimento de Comissão nº 101/2023. Solicitando a apreciação do Plano de Trabalho. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Jorge Santos; Juninho Los Hermanos; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- V - Requerimento de Comissão nº 110/2023. Solicitando reunião com convidados. Tendo como finalidade convidar o Prefeito de Betim, Vittorio Mediolli, para dialogar sobre a eficiência na prestação de serviços de limpeza na Lagoa da Pampulha em outras gestões e para dialogar sobre o êxito de sua experiência profissional de limpeza da Lagoa da Pampulha. Ficando determinado que a reunião ocorrerá no dia 23 de fevereiro de 2023, às 09h30min, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Plenário Amyntas de Barros. Autoria: Vereador Professor Juliano Lopes. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.
- VI - Requerimento de Comissão nº 134/2023. Solicitando a realização de Audiência Pública. Tendo como finalidade o recebimento de depoimentos da sociedade civil e representantes de classe com relação à degradação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Ficando determinado que a Audiência Pública ocorrerá no dia 07 de março de 2023, às 09h30min, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Jorge Santos; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o Requerimento, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

72. Após as deliberações e votações relacionadas aos Requerimentos, o Presidente desta CPI, Professor Juliano Lopes, apresentou e agradeceu a presença do Desembargador e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, o Sr. Fernando Galvão, que anteriormente atuou como Promotor de Justiça na Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público de Minas Gerais. O Presidente desta CPI também apresentou e agradeceu a presença da Procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, a Sra. Maria Cecília Borges.

73. Posteriormente às apresentações e agradecimentos, o Sr. Fernando Galvão iniciou as suas considerações acerca dos problemas e irregularidades que estão ligados ao Complexo da Lagoa da Pampulha. O Desembargador informou a esta CPI que, até meados de 2016, atuou como Promotor de Justiça na Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, e que, durante um determinado período, foi de sua responsabilidade a condução das investigações relacionadas a supostas irregularidades ocorridas nos contratos firmados entre a Prefeitura de Belo Horizonte e empresas prestadoras de serviços de desassoreamento, limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha.

74. O Sr. Fernando Galvão relatou que durante o desenvolvimento dos trabalhos da Promotoria, ficou evidente que em um curto período de tempo o nível de degradação da Lagoa da Pampulha tornou-se latente. Além disso, foram verificados altos valores gastos pela Prefeitura de Belo Horizonte em relação aos contratos firmados com empresas que executavam algum tipo de serviço na Lagoa da Pampulha, seja de desassoreamento, limpeza, despoluição ou conservação.

75. Ainda dentro desta temática, o Desembargador contou que parecia haver um interesse da Prefeitura de Belo Horizonte em propor soluções temporárias e paliativas em relação aos problemas existentes na Lagoa da Pampulha. Observou-se, também, que as técnicas aplicadas no enfrentamento dos problemas não se mostravam eficazes e não alcançaram os resultados esperados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

76. Outro tema exposto pelo Desembargador envolve as ações de intervenção humana na Lagoa da Pampulha e como tais ações resultaram em impactos ambientais, modificando todo o ecossistema existente.
77. Avançando na sua exposição, o Sr. Fernando Galvão ressaltou que no desenvolvimento dos trabalhos na Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, constatou-se um suposto interesse por parte da Prefeitura de Belo Horizonte em manter junto às empresas que prestavam serviços na Lagoa da Pampulha uma espécie de ciclo vicioso, onde os valores contratuais firmados pela Prefeitura apresentavam valores substanciais e havia pouca eficiência na execução dos serviços por parte das empresas. Tal conduta resultava em elevados gastos públicos e execuções ineficazes nas atividades ligadas ao desassoreamento, limpeza e despoluição da Lagoa. Em outras palavras, problemas que poderiam ser sanados em um determinado período de tempo acabavam se tornando permanentes, impactando diretamente nos gastos destinados à conservação da Lagoa da Pampulha. Após tal relato, o Sr. Fernando Galvão encerrou sua explanação.
78. O Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, mais uma vez agradeceu os presentes, ressaltando a importância das participações do Sr. Fernando Galvão e da Sra. Maria Cecília Borges.
79. Em seguida, a Sra. Maria Cecília Borges, Procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, deu início à sua participação nesta Reunião fazendo uma breve contextualização histórica acerca da Lagoa da Pampulha. A Procuradora informou que há, aproximadamente, 3 (três) anos que vem investigando os contratos firmados entre a Administração Pública, neste caso a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e empresas que realizam os serviços de desassoreamento, limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha. A fiscalização dos serviços que são executados na Lagoa também são objetos de análise por parte do Ministério Público de Contas de Minas Gerais.
80. A Procuradora ressalta que os problemas mais graves estão localizados na região oeste da Lagoa da Pampulha, onde estão localizados o Parque Ecológico da Pampulha e a Enseada do Zoológico. A Procuradora citou o art. 17, do Decreto Lei nº 25/37.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

81. Segundo a Procuradora, o que vem ocorrendo na Lagoa da Pampulha atenta contra o dispositivo legal supracitado, e, ademais, os Princípios que regem o Direito Ambiental não estão sendo respeitados pela Prefeitura de Belo Horizonte. Ainda na temática dos Princípios, a Sra. Maria Cecília Borges evidenciou a atuação do Ministério Público de Contas de Minas Gerais que é pautado pelos Princípios da Prevenção, Participação, Intervenção Estatal Obrigatória e Responsabilização. Neste sentido, a atuação do Ministério Público é legítima, já que tem como objetivo a preservação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha e o direcionamento eficaz dos gastos da Administração Pública na preservação deste patrimônio mundial.

82. A Procuradora relatou que atualmente os maiores problemas da Lagoa da Pampulha são: 1) Sedimentos provenientes dos córregos que deságuam na Lagoa da Pampulha; 2) Poluição, também proveniente dos córregos que deságuam na Lagoa da Pampulha, e de esgoto não canalizado, que consequentemente é direcionado para a Lagoa; 3) Lixo, classificado como resíduo sólido, e que, na maioria das vezes, está sob o espelho d'água; 4) Vegetação Invasora, conhecida com Leucena, que pode ser considerada uma espécie de cortina vegetal, tendo a função de "esconder" as irregularidades que ocorrem na Lagoa da Pampulha. Observa-se que esta espécie de planta não é nativa da região, e, por isso, vem ocasionando mudanças no ecossistema existente na Lagoa da Pampulha.

83. Em relação aos contratos de desassoreamento na Lagoa da Pampulha, firmados pela Prefeitura de Belo Horizonte, a Procuradora fez menção aos gastos da Administração Pública, sendo que durante os anos de 2013-2014 foram gastos cerca de R\$108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais), e, nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anos de 2018-2021, foram aplicados cerca de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

84. Ainda nas palavras da Procuradora, atualmente, há um processo licitatório voltado para contratação de empresa que executa serviço de desassoreamento, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), que foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais uma vez que apresenta inúmeras irregularidades.

85. Sobre o Parque Francisco Lins do Rêgo, popularmente conhecido como Parque Ecológico da Pampulha, que foi inaugurado em 2004, informou que ele é resultado de uma área da Lagoa da Pampulha que foi notoriamente aterrada e que deveria ser originalmente espelho d'água. Tal situação, segundo a Procuradora, evidencia o descaso da Prefeitura de Belo Horizonte em preservar o projeto original deste patrimônio mundial.

86. Dentro das práticas irregulares que ocorreram na Lagoa da Pampulha, a Procuradora também citou o flagrante assoreamento da Enseada do Zoológico, uma área que deveria ser espelho d'água e que foi transformada em uma espécie de área alagada, onde ocorreu uma total descaracterização do projeto original da Lagoa.

87. A Procuradora afirmou que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais alertou a Prefeitura de Belo Horizonte sobre o desassoreamento de determinados pontos da Lagoa da Pampulha. Trata-se da retirada de materiais/detritos que se acumulam no fundo da Lagoa da Pampulha. Esta técnica, ao longo dos anos, mostrou-se ineficaz, não atingindo o seu real objetivo.

88. Atualmente, pode-se observar estradas de serviços em pontos que deveriam ser espelho d'água. As empresas transformaram parte da Lagoa da Pampulha em um grande canteiro de obras. Nas palavras da Procuradora, "A Pampulha se tornou uma grande estação de tratamento de efluentes."

89. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 12h21min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.4 DA 4ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - PARTICIPAÇÃO DO SR. VITTORIO MEDIOLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BETIM/MG

90. A quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, às 09h30min, no Plenário Amyntas de Barros, e deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, com a presença do Relator Vereador Braulio Lara e dos Vereadores Jorge Santos, Rubão, Irlan Melo, Sérgio Fernando Pinho Tavares e da Vereadora Flávia Borja. Esta Reunião também contou com a presença ilustre do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Gabriel, como convidado.
91. A finalidade da supracitada reunião foi a de ouvir determinadas informações e dialogar com o atual Prefeito de Betim, Sr. Vittorio Medioli, sobre o êxito da sua eficiente contribuição na prestação de serviços relacionados à limpeza da Lagoa da Pampulha, em 1997, no conhecido caso da retirada dos aguapés.
92. O Presidente desta Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu a presença do Sr. Vittorio Medioli, afirmando que a contribuição do atual Prefeito de Betim é de fundamental importância para os trabalhos relacionados à CPI.
93. Iniciando a sua participação, o Chefe do Poder Executivo de Betim, que há muitos anos reside na região da Pampulha, relatou que na primeira metade da década de 1990 a situação da Lagoa da Pampulha era precária e de total descaso por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Um dos maiores problemas era a proliferação de plantas conhecidas como aguapés, que já haviam se espalhado por uma parte considerável da Lagoa, afetando boa parte do seu espelho d'água. O Sr. Vittorio Medioli informou que na época o desrespeito ao Plano Diretor também era visível, já que se observava o desenvolvimento de ocupações e construções irregulares na região.
94. Diante de tal cenário, o Sr. Vittorio Medioli disse que, em meados de 1993, procurou o então Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro, para conversarem sobre a retirada dos aguapés da Lagoa da Pampulha. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ocasião a Prefeitura informou que não tinha recursos para serem aplicados na limpeza da Lagoa, momento este em que o atual Prefeito de Betim se colocou à disposição para custear os serviços relacionados à retirada dos aguapés, ressaltando que utilizaria de recursos próprios para a manutenção de pessoal e maquinário necessário para a execução dos trabalhos.

95. O atual Prefeito de Betim informou que em 1993 foram retirados o equivalente a 25.000 (vinte e cinco mil) caminhões basculantes carregados de aguapés. Eram utilizadas, também, as escavadeiras adaptadas que retiravam os aguapés da Lagoa da Pampulha e carregavam os caminhões. O Sr. Vittorio Medioli informou que todo o trabalho foi executado em aproximadamente 3 (três) meses. Em 1994, a Prefeitura de Belo Horizonte retirou uma pequena parte dos aguapés que ainda estavam presentes na Lagoa.

96. Segundo o Chefe do Poder Executivo de Betim, atualmente, quando se conversa sobre a Lagoa da Pampulha a impressão é que as técnicas aplicadas nos últimos 30 (trinta) anos para a limpeza, despoluição e conservação da Lagoa foram ineficazes. Relatou que desde meados de 2008/2009 não houve uma espécie de esvaziamento da Lagoa para se verificar quais os materiais estão depositados no fundo. Frisou que os gastos públicos direcionados para a execução da técnica conhecida como dragagem são elevadíssimos e não trazem uma solução eficaz para os problemas existentes na região. O Sr. Vittorio Medioli também informou que, desde meados dos anos 1970, apenas uma empreiteira realiza determinados serviços na Lagoa, fato este que pode ser objeto de maior atenção por parte dos órgãos fiscalizadores.

97. O atual Prefeito de Betim revelou que tem total ciência dos desafios relacionados à gestão de um município como o de Belo Horizonte, e que no início da sua gestão também se deparou com problemas semelhantes. Porém um dos problemas mais graves foi o de superfaturamento de determinadas obras públicas, situação esta que levou o Sr. Vittorio Medioli a solicitar uma série de auditorias em contratos que apresentavam suspeitas de irregularidades. Constatou que havia várias inconsistências em contratos firmados pela Prefeitura de Betim com a empreiteira Andrade Gutierrez.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

98. Sobre a temática que envolve a despoluição e limpeza da Lagoa da Pampulha, o atual Chefe do Poder Executivo de Betim sugeriu que a cada 2 (dois) anos, preferencialmente nos meses de agosto e setembro, a Lagoa da Pampulha deve ter o seu espelho d'água "rebaixado" (diminuição da profundidade) em pelo menos 2 (dois) metros. Ação esta que facilitaria a execução da técnica de dragagem, ressaltando que em determinados pontos esta dragagem poderia ser feita a seco, ou seja, não haveria água, dada a diminuição do volume da Lagoa. Esta medida impactaria na diminuição dos gastos relacionados à dragagem na Lagoa da Pampulha.
99. Voltando ao assunto relacionado à gestão, o Sr. Vittorio Medioli disse que atualmente se percebe um assoreamento crítico da Lagoa da Pampulha, frisando que as ações que envolvem a limpeza e despoluição da Lagoa apresentam gastos elevados e, até então, não alcançaram resultados positivos. Ressaltou, ainda, que os problemas existentes no local também estão relacionados à uma gestão pública ineficiente, resultando em gastos exorbitantes e desnecessários.
100. Após esta breve contextualização do atual Prefeito de Betim, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, Vereador Professor Juliano Lopes, informou que os Vereadores membros desta CPI poderiam fazer perguntas ao Sr. Vittorio Medioli.
101. Seguindo o rito proposto pelo Presidente desta Comissão foram apresentadas as seguintes perguntas:

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Quais os efeitos dos serviços prestados pela Andrade Gutierrez, nos anos de 1990, e como os resultados destes serviços refletem na situação atual?

Resposta (Vittorio Medioli): Na minha percepção, as técnicas aplicadas nos anos de 1990 são as mesmas aplicadas atualmente. Tal situação não gera um resultado eficaz.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Como foi a negociação com a Prefeitura de Belo Horizonte, referente à autorização da retirada dos aguapés da Lagoa da Pampulha?

Resposta (Vittorio Medioli): Primeiramente havia uma incerteza e até desconfiança por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Porém, foram utilizados recursos próprios e em cerca de 3 (três) meses conseguimos realizar a retirada dos aguapés. Na época, houve o apoio favorável do Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro. Deste modo realizamos os trabalhos de limpeza da Lagoa.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quais os desafios nós teremos para efetuarmos a limpeza da Lagoa da Pampulha?

Resposta (Vittorio Medioli): Os desafios são enormes, porém são possíveis. Destaco a questão ambiental, tema este que deve ser objeto de profunda análise. Deve-se fazer um acurado estudo de todos os aspectos que envolvem a limpeza e despoluição da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): O senhor concorda que a Lagoa da Pampulha é vítima de um processo de “maquiagem” que tem como objetivo manter uma aparência de conservação e limpeza?

Resposta (Vittorio Medioli): Sim. Percebe-se que ao longo dos anos as técnicas aplicadas na Lagoa não estão resolvendo os problemas existentes. De fato, há uma aplicação deliberada de métodos que objetivam alcançar uma espécie de embelezamento superficial da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Nos últimos 5 (cinco) anos foram gastos cerca de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) em serviços prestados na Lagoa da Pampulha. Qual a opinião do senhor?

Resposta (Vittorio Medioli): Os gastos são elevados e, até o presente momento, os resultados são ineficazes. Fato é que desde meados de 2009 não houve nenhum rebaixamento (diminuição do volume de água) da Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Tecnicamente é possível esvaziar a Lagoa da Pampulha? É possível acabar com o esgoto que deságua na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Vittorio Medioli): Acredito que não seja possível o esvaziamento total da Lagoa da Pampulha, o que pode ser realizado é um “rebaixamento” (diminuição do volume de água da Lagoa). Sobre o assunto relacionado ao esgoto, não é possível fazer algum comentário sem maior conhecimento sobre o tema.

102. Após esta pergunta, o Vereador Professor Juliano Lopes ressaltou a informação que desde 2009 não foi realizado nenhum rebaixamento do espelho d'água da Lagoa da Pampulha. Enfatizou que não quis fazer nenhum juízo de valor, mas, coincidentemente, desde 2009 o Sr. Josué Valadão está à frente da Secretaria de Governo.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes): Sendo o Chefe do Poder Executivo de Belo Horizonte, o Senhor manteria os contratos celebrados entre a Prefeitura e as empresas que executam algum serviço na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Vittorio Medioli): Optaria pela Suspensão imediata dos contratos e realizaria uma auditoria para verificar possíveis irregularidades.

Pergunta (Vereador Braulio Lara): Durante o período que o Senhor foi Deputado Federal havia conversas e debates sobre a Lagoa da Pampulha?

Resposta (Vittorio Medioli): Sempre houve conversas sobre a Lagoa da Pampulha. Havia uma visão macro sobre a importância da Lagoa não somente para o município de Belo Horizonte, mas também para o estado mineiro. Porém, a impressão que se tem é que o governo belo-horizontino foi perdendo ao longo dos anos o seu protagonismo. É notória a importância e a relevância que Belo Horizonte tem no cenário estadual e federal, mas na prática esta importância não tem sido reivindicada. Tal situação pode ser verificada pelo atual cenário que se encontra a Lagoa da Pampulha. Caso Belo Horizonte estivesse em um contexto de maior prestígio e evidência, o governo municipal seria cobrado a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dar maiores explicações sobre os problemas existentes na Lagoa. Portanto, é de suma importância a retomada do protagonismo de Belo Horizonte no cenário da política nacional. Não somente para sanar as irregularidades que estão presentes na Lagoa, mas também para atrair investimentos. A capital mineira, no âmbito estadual e federal, deve ser protagonista no diálogo com outros entes, sendo igualmente importante a sua participação nos processos de tomada de decisão que envolvam o governo federal e estadual.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja): É possível resolver o problema do esgoto que deságua na Lagoa da Pampulha sem depender do município de Contagem?

Resposta (Vittorio Mediolli): Estamos falando de um problema complexo. Deve haver um diálogo com a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e o Município de Contagem. Além disso, a realização de um estudo para mapear as redes de esgoto não canalizadas que deságuam na Lagoa da Pampulha é de fundamental importância. Não basta somente olhar exclusivamente para as agruras da Lagoa. Para resolver os problemas deve-se analisar de forma mais ampla e verificar todos os aspectos que envolvem a despoluição e limpeza deste patrimônio mundial.

Pergunta (Vereador Rubão): Há possibilidade de realizar um desassoreamento por partes?

Resposta (Vittorio Mediolli): Deve-se realizar um estudo técnico juntamente com um levantamento dos custos. Percebe-se um interesse em manter o atual cenário, verificando-se um círculo vicioso de soluções paliativas e ineficazes e altos gastos públicos.

103. Após o encerramento das perguntas, o Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Gabriel, agradeceu a presença do Sr. Vittorio Mediolli, enfatizando que a participação deste foi de suma importância para os trabalhos desta Comissão. Ressaltou a importância do Prefeito de Betim, não somente pelos serviços prestados como cidadão, mas, também, no cenário político e nacional.

104. O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, Vereador Professor Juliano Lopes, também reconheceu a importân-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cia da presença do Sr. Vittorio Medioli, agradecendo igualmente a presença de todos.

105. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 11h37min.

III.5 DA 5ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - ENCAMINHAMENTO DO TCT À PROCURADORIA DA CMBH

106. A quinta Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, que ocorreria no Plenário Camil Caram, foi realizada dia 03 de março de 2023, às 10h00min, porém os membros da Comissão participaram de forma remota, através de videoconferência, e o início se deu sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara, dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares e da Vereadora Flávia Borja.

107. A reunião teve como finalidade o encaminhamento do Termo de Cooperação Técnica à Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte para verificação, e possíveis adequações, documento esse que será posteriormente enviado ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais – MPC-MG.

108. Discutido e votado, os vereadores da Comissão optaram, por unanimidade, pela aprovação do encaminhamento do referido termo à Procuradoria desta Casa Legislativa.

109. Em relação às respostas a requerimentos e indicações da Comissão, os membros da CPI tomaram ciência do seguinte Ofício/Documento:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 64/2022	OFÍCIO Nº 057/2023/PG/MPC

110. O Presidente da CPI agradeceu a presença dos demais vereadores.

111. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 10h05min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.6 DA 6ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - AUDIÊNCIA PÚBLICA COM MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL

112. A sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 07 de março de 2023, às 09h36min, no Plenário Helvécio Arantes, e deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares e Jorge Santos. De forma remota houve a participação dos Vereadores Rubão e Irlan Melo.

113. A reunião teve como finalidade o recebimento dos depoimentos de membros da sociedade civil e representantes de classe acerca da degradação e das irregularidades que existem no Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Após a explanação do tema mencionado acima, o Presidente desta Comissão agradeceu a presença de todos e sugeriu que antes da realização dos depoimentos houvessem as deliberações e votações referentes aos Requerimentos de Comissão. Os Membros desta CPI concordaram com a sugestão do Vereador Professor Juliano Lopes e deste modo foram apresentados, discutidos e votados os seguintes requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 208/2023. Solicitação de pedido de informação ao Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, tendo como finalidade a obtenção do Boletim de Qualidade da Água referente à sub-bacia do Ribeirão Pampulha referente ao ano de 2022. Autoria do Ver.(a) Juninho Los Hermanos. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- II - Requerimento de Comissão nº 256/2023. Solicitação de pedido de informação ao Secretário Municipal de Governo,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Josué Valadão, tendo como finalidade a obtenção das informações acerca dos contratos firmados para limpeza das águas e desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver(a) Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Flávia Borja; Jorge Santos; Professor Juliano Lopes; Rubão. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- III - Requerimento de Comissão nº 257/2023. Solicitação de alteração na lista de convidados da Audiência Pública que tem como finalidade o colhimento dos depoimentos de membros da sociedade civil e representantes de classe com relação à degradação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver(a) Dr. Célio Frois. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo.
- IV - Requerimento de Comissão nº 258/2023. Solicitação de alteração na lista de convidados da Audiência Pública que tem como finalidade o colhimento dos depoimentos de membros da sociedade civil e representantes de classe com relação à degradação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Irlan Melo. Discutido o Requerimento, a Comissão determinou a perda do objeto, tendo em vista que o Requerimento nº 257/2023 contém as mesmas informações e havia sido aprovado anteriormente.
- V - Requerimento de Comissão nº 259/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, e ao Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, tendo como finalidade a ob-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tenção das informações referentes ao modelo de atuação da PBH no tratamento do desassoreamento e da manutenção da qualidade da água da Bacia da Lagoa da Pampulha. Aatoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Flávia Borja. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- VI - Requerimento de Comissão nº 320/2023. Solicitação de alteração na lista de convidados da Audiência Pública que tem como finalidade o colhimento dos depoimentos de membros da sociedade civil e representantes de classe com relação à degradação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Aatoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo.
- VII - Requerimento de Comissão nº 321/2023. Solicitação de pedido de informação ao Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM, tendo como finalidade a obtenção das informações acerca do Boletim de Qualidade da Água referente à sub-bacia do Ribeirão Pampulha dos anos de 2020, 2021 e 2022. Aatoria: Ver(a) Irlan Melo. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- VIII - Requerimento de Comissão nº 322/2023. Solicitação de pedido de informação ao Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção dos documentos relacionados a Notificação da PBH à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, referente ao dia 16/12/22. Aatoria:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ver(a) Dr. Célio Frois. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- IX - Requerimento de Comissão nº 338/2023. Solicitação de envio de Ofício à Diretoria do Legislativo da CMBH, tendo como finalidade a obtenção de cópia do relatório final da “Comissão Especial da Câmara Municipal de Belo Horizonte constituída para promover estudos de acompanhamento das obras de desassoreamento e limpeza da água da Lagoa da Pampulha”, na 2ª sessão legislativa da 17ª. Autoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo.
- X - Requerimento de Comissão nº 339/2023. Solicitação de pedido de informação ao Procurador-Geral da República, Antônio Augusto Brandão Aras, tendo como finalidade a obtenção do conteúdo das delações premiadas da Operação Lava-Jato envolvendo os executivos do Grupo Andrade Gutierrez e as obras executadas na Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

114. Após a deliberação e votação deste último Requerimento, a Vereadora Flávia Borja e o Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara, relataram aos membros da CPI da Lagoa da Pampulha o atraso no envio de determinados documentos que foram requeridos pela Comissão. Ressaltaram a importância na obtenção de determinadas informações para dar continuidade aos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trabalhos até então realizados. Depois destas explicações, a Comissão retomou a deliberação e votação dos demais Requerimentos.

- XI - Requerimento de Comissão nº 340/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Governo, tendo como finalidade a obtenção do histórico da Batimetria (medição da profundidade e topografia) realizada na Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- XII - Requerimento de Comissão nº 341/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Governo, tendo como finalidade o esclarecimento das "cortinas de sedimentos" que foram visualizadas durante Visita Técnica da CPI da Lagoa da Pampulha, realizada em 28 de fevereiro de 2023. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- XIII - Requerimento de Comissão nº 360/2023. Solicitação de pedido de informação ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, tendo como finalidade a obtenção das informações acerca do Contrato SC-050/13, cujo valor é de R\$ 108.551.825, 52. Tendo como objeto de referência o desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Flávia Borja. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

será de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- XIV - Requerimento de Comissão n° 363/2023. Solicitação de realização da oitava, tendo como finalidade a intimação do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, com a finalidade de obtenção das informações que são de suma importância para os trabalhos desta Comissão. Oitava que ocorrerá no dia 14/03/23, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara; Flávia Borja; Irlan Melo; Jorge Santos; Professor Juliano Lopes; Sérgio Fernando Pinho Tavares. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo.

115. Dando continuidade aos trabalhos desta Reunião, foi dada ciência aos Membros da Comissão as respostas dos seguintes Requerimentos:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão n° 40/2023	OF. SMGO/DALE N° 015/2023
Requerimento de Comissão n° 41/2023	OF. SMGO/DALE N° 076/2023
Requerimento de Comissão n° 42/2023	OF. SMGO/DALE N° 077/2023
Requerimento de Comissão n° 43/2023	N° 029/2023 DOP
Requerimento de Comissão n° 45/2023	OF. SMGO/DALE N° 078/2023
Requerimento de Comissão n° 46/2023	OF. SMGO/DALE N° 079/2023
Requerimento de Comissão n° 52/2023	OF. SMGO/DALE N° 080/2023
Requerimento de Comissão n° 53/2023	OF. SMGO/DALE N° 081/2023
Requerimento de Comissão n° 54/2023	OF. SMGO/DALE N° 082/2023
Requerimento de Comissão n° 55/2023	OF. SMGO/DALE N° 083/2023
Requerimento de Comissão n°	OF. SMGO/DALE N° 084/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

56/2023	
Requerimento de Comissão n° 57/2023	OF. SMGO/DALE N° 085/2023
Requerimento de Comissão n° 58/2023	N° 027/2023 DOP
Requerimento de Comissão n° 59/2023	N° 026/2023 DOP
Requerimento de Comissão n° 60/2023	N° 026/2023 DOP
Requerimento de Comissão n° 61/2023	OF. SMGO/DALE N° 086/2023
Requerimento de Comissão n° 62/2023	OF. SMGO/DALE N° 087/2023
Requerimento de Comissão n° 65/2023	OF. N° 8556/2023 PRESIDÊNCIA/ SEGOVE/ASGOVI
Requerimento de Comissão n° 94/2023	OF. SMGO/DALE N° 118/2023
Requerimento de Comissão n° 95/2023	OF. SMGO/DALE N° 117/2023

116. Após a leitura das respostas dos Requerimentos de Comissão, acima mencionados, os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares e Braulio Lara relataram sobre a crítica situação na qual se encontra a Enseada do Zoológico, local este que está totalmente assoreado. Ressaltaram também a existência de Leucenas, espécie de planta que não é típica da região, e que serve como uma “cortina” para impedir a visualização das irregularidades existentes no local.

117. Terminada a explanação dos Vereadores mencionados acima, o Presidente desta Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes comunicou aos participantes da Audiência Pública que a partir daquele momento os membros da sociedade civil e os representantes de classe prestariam seus depoimentos. Para a melhor organização dos depoimentos, e, da gestão do tempo desta Reunião, o Presidente da Comissão determinou que cada participante poderia falar por um período máximo de 5 (cinco) minutos.

118. A Audiência Pública contou com a participação dos representantes da Associação dos moradores dos Bairros São Luís e São José – Associação Pro-Civitas; Associação do Bairro Ouro Preto; Movimento Pró-Liberdade; UFMG;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ONG Ecoavis; Equipe de corrida Galo Runners; Associação Águas da Pampulha; Una-Pan; Associação Atlética Banco do Brasil – AABB e Clube dos Servidores da Caixa Econômica Federal.

119. Dentre os participantes da Audiência Pública, destacaram-se os seguintes depoimentos:

120. Sr. Matuzail Martins da Cruz, Presidente da Associação dos Moradores dos Bairros São Luís e São José - Pró-Civitas, afirmou que o processo de assoreamento da Enseada do Zoológico e da Região próxima da Toca da Raposa não ocorreu de forma natural. Ressaltou ainda que as empresas que trabalharam na retirada dos resíduos sólidos da Lagoa despejaram estes materiais de forma indiscriminada nos locais acima mencionados.

121. A Sra. Kelyane Paganini, Diretora de Meio Ambiente da Pro-Civitas, disse que o problema da Lagoa da Pampulha já se arrasta há aproximadamente 50 anos. Destacou que este tema é um problema que deve ser resolvido com muita urgência e deve ser tratado com status de calamidade pública.

122. O Sr. Marcos Saldanha, representante da Associação de Moradores do Bairro Ouro Preto, afirmou que a situação da Lagoa é lastimável e lamentável, e que esta situação se arrasta por vários anos. Enfatizou que os gastos públicos voltados para despoluição, desassoreamento e conservação do Complexo da Lagoa da Pampulha são altos e não estão atingindo resultados satisfatórios.

123. Outro participante da reunião foi o Sr. Décio Chami, frequentador da Lagoa da Pampulha desde 1972, o mesmo afirmou que o processo de recuperação da Lagoa é de fundamental importância para que Belo Horizonte volte a ter o melhor índice de qualidade de vida do Brasil. O Sr. Décio também apresentou recortes de jornais com inúmeras matérias relatando os problemas que existem na Lagoa.

124. O Sr. Tiago Mafra Gomes, da ONG Ecoavis, informou que há 15 anos estuda os aspectos ecológicos que estão ligados à Lagoa da Pampulha, observando também as aves presentes na região. Enfatizou que atualmente o ecossistema existente na Lagoa é utilizado por cerca de 150 espécies de aves. Porém o alto grau de assoreamento, em alguns pontos da Lagoa, tem ocasionado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

um impacto ambiental e o surgimento de uma vegetação atípica. Tal cenário impacta no comportamento de determinadas espécies de aves. Outra informação, levantada pelo Sr. Tiago, está relacionada ao fato da Lagoa da Pampulha receber aves migratórias da América do Norte, que chegam na região para reprodução. Ressaltou que a observação de todos estes aspectos é de fundamental relevância e que medidas de preservação devem ser adotadas pela Prefeitura e órgãos competentes.

125. Outros participantes também fizeram suas manifestações, deixando claro que os inúmeros problemas que existem na Lagoa da Pampulha seguem sem solução, apesar dos altos gastos de dinheiro público.

126. Após os depoimentos, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu a participação dos membros da sociedade civil e os representantes de classe. Enfatizou que os trabalhos da Comissão estão sendo realizados de forma séria, técnica e totalmente voltado para o esclarecimento dos fatos.

127. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 12h19min.

III.7 DA 7ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

128. A sétima Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, que ocorreria no Plenário Helvécio Arantes, foi realizada dia 14 de março de 2023, às 09h30min, porém os membros da Comissão participaram de forma remota através de videoconferência. O início se deu sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara, dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Rubão, Irlan Melo e da Vereadora Flávia Borja.

129. A Reunião tinha como finalidade a oitiva do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI. O objetivo da Comissão seria o recebimento de informações que seriam passadas pelo supramencionado servidor e que estão vinculadas aos serviços de limpeza, despoluição e conservação da Lagoa da Pampulha. A participação do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sr. Ricardo de Miranda Aroeira estava vinculado ao Requerimento de Comissão nº 363/2023.

130. Por motivo particular, o servidor mencionado acima não pôde comparecer na oitiva. Registra-se que o não comparecimento foi comunicado via e-mail por Marina Freire Resende. Ressaltando que o Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, por meio telefônico, comunicou o Presidente e o Relator desta Comissão sobre a impossibilidade de comparecimento do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira.

131. Após a comunicação da não realização da Oitiva, os Membros da CPI apreciaram os seguintes Requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 454/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a convocação do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira para prestar esclarecimentos, pessoalmente, sobre serviços de limpeza, despoluição e conservação da Lagoa da Pampulha. Oitiva a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- II - Requerimento de Comissão nº 455/2023. Solicitação de juntada de documento, tendo como finalidade o registro da justificativa de não comparecimento do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, na Oitiva que seria realizada no dia 14 de março de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

132. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 09h41min.

III.8 DA 8ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

133. A oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 21 de março de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Rubão e Irlan Melo.

134. A reunião teve como finalidade o depoimento do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira.

135. O depoente não compareceu a esta reunião da Comissão. O Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, OAB/MG 94.049 / BM 79.120-6, esteve presente para justificar o não comparecimento do depoente. Registre-se o trecho da petição protocolada nesta Casa Legislativa, pelo Procurador Municipal:

“Na data de ontem, foi apresentada, às 15h33min, petição em que o peticionário informara que compareceria à oitava agendada para hoje, 21 de março de 2023, às 09h30min. Contudo, infelizmente, ocorreu na noite de ontem, horas após o protocolo, um evento imprevisto que inviabilizou o comparecimento do peticionário à oitava. Como é de conhecimento da Comissão, a filha do peticionário se encontra internada no Hospital Felício Rocho há vários dias (...).”

136. Deste modo, não houve a oitava marcada para esta reunião. O Presidente desta Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, juntamente com o Relator, Vereador Braulio Lara, explanaram sobre a importância da presença do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira. Ressalta-se que todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha expressaram solidariedade com o atual momento do depoente, contudo a participação do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é de fundamental relevância para os trabalhos desta Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

137. O Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu continuidade a reunião com a apresentação, discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 507/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, tendo a finalidade de obtenção acerca das informações do Contrato DJ-024/2021, cujo valor é R\$ 3.379.481,08, tendo como objeto de referência a execução dos serviços de manutenção da orla e do espelho d'água da Lagoa da Pampulha. Aatoria do Ver.(a) Flávia Borja e Fernanda Pereira Altoé. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- II - Requerimento de Comissão nº 524/2023. Solicitação de pedido de informação à Associação Civil Comunitária de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Envio das cópias de todas as atas das reuniões realizadas pela Associação Civil Comunitária de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha; 2 – Histórico/Relação dos nomes de todos os participantes da Associação. 3 – Histórico/Relação dos nomes de todos os Presidentes da Associação, com as respectivas datas. Aatoria do Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- III - Requerimento de Comissão nº 525/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Governo, Sr. Josué Valadão, tendo como finalidade a obtenção das informações acerca do Contrato AJ-089/2018, celebrado entre o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por meio da Escola de Engenharia da UFMG, com a interveniência da Fundação Cristiano Ottoni – FCO. A autoria do Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- IV - Requerimento de Comissão nº 526/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção das informações sobre o Programa Pampulha Viva. A autoria do Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- V - Requerimento de Comissão nº 527/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção das informações sobre as bocas de lobo que dão conexão ao emissário de drenagem na Lagoa da Pampulha. A autoria do Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- VI - Requerimento de Comissão nº 528/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Superintendente da SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, e o Gerente de Manutenção e Drenagem da SUDECAP, Sr. Marcelo Cardoso Lovalho, para que ambos prestem esclarecimentos sobre os serviços de despoluição, desassoreamento e conservação realizados na Lagoa da Pampulha. A realização da oitiva será no dia 28 de março de 2023, sendo que às 09h30min o Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa prestará esclarecimentos a esta Comissão. Às 10h00min, ocorrerá a oitiva do Sr. Marcelo Cardoso Lovalho. Os esclarecimentos ocorrerão no Plenário Helvécio Arantes. Aatoria do Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado o Requerimento, a Comissão optou, por unanimidade, aprová-lo.

138. Dando continuidade aos trabalhos desta reunião, foi dada ciência aos membros da Comissão as respostas dos seguintes Requerimentos:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 94/2023	OF. SMGO/DALE Nº 165/2023
Requerimento de Comissão nº 256/2023	OF. SMGO/DALE Nº 160/2023
Requerimento de Comissão nº 259/2023	OF. SMGO/DALE Nº 161/2023
Requerimento de Comissão nº 322/2023	OF. SMGO/DALE Nº 162/2023
Requerimento de Comissão nº 340/2023	OF. SMGO/DALE Nº 163/2023
Requerimento de Comissão nº 341/2023	OF. SMGO/DALE Nº 164/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

139. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 09h51min.

III.9 DA 9ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA

140. A nona Reunião, em caráter extraordinário, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, que ocorreria no Plenário Camil Caram, foi realizada dia 23 de março de 2023, às 09h34min, porém os Membros da Comissão participaram de forma remota através de videoconferência. O início se deu sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, do Relator desta Comissão, Vereador Bráulio Lara, dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Rubão e da Vereadora Flávia Borja.

141. A Reunião teve como finalidade a discussão e votação dos seguintes Requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 592/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a convocação do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, para prestar informações, pessoalmente, sobre temas que estão envolvendo os assuntos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha. Oitiva a ser realizada no dia 04 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. Registre-se que por motivo de falha na conexão, o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares não conseguiu proferir o seu voto.
- II - Requerimento de Comissão nº 593/2023. Solicitação de realização de Oitiva, tendo como finalidade a intimação do Sr. Josué Valadão, para prestar esclarecimentos sobre temas que estão envolvendo os assuntos desta Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parlamentar de Inquérito. Oitiva a ser realizada no dia 04 de abril de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Aatoria: Ver.(a) Professor Juliano Lopes, Braulio Lara, Flávia Borja, Irlan Melo, Jorge Santos, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

142. Dando continuidade aos trabalhos desta reunião, foi dada ciência aos membros da Comissão as respostas dos seguintes Requerimentos:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 360/2023	OF. SMGO/DALE Nº 167/2023

143. Os membros da CPI também tomaram conhecimento dos seguintes documentos recebidos pela Comissão:

- III - Documento Prot. Nº 001271/2023. Referindo-se ao Ofício da Procuradoria-Geral do Município, informando e justificando a impossibilidade de comparecimento de Ricardo de Miranda Aroeira à oitiva agendada para 21 de março de 2023, às 9h00min. Aatoria do Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia.
- IV - Documento Prot. Nº 001277/2023. Referindo-se ao Requerimento de Comissão nº 454/2023 – Oitiva de Testemunha – Juntada de Procuração. “O peticionário se declara ciente da intimação e comparecerá para depor de modo presencial, ocasião em que será acompanhado de seu advogado. O advogado será o Procurador Municipal signatário desta peça. Aatoria: Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia.

144. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 09h37min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.10 DA 10ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DOS SENHORES HENRIQUE CASTILHO MARQUES E MARCELO CARDOSO LOVALHO

145. A décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 28 de março de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Rubão e Irlan Melo.

146. A reunião teve como finalidade os depoimentos do Superintendente de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, e do Gerente de Manutenção de Infraestrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, Sr. Marcelo Cardoso Lovalho.

147. O Presidente da CPI agradeceu a presença de todos e deu início as atividades dando ciência aos membros da Comissão do seguinte documento Protocolado N° 001423/2023, cujo assunto está relacionado ao Ofício da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte informando que Henrique de Miranda Castilho e Marcelo Cardoso Lovalho, agentes públicos municipais, serão acompanhados por Fernando Couto Garcia, Procurador Municipal, em seus depoimentos agendados junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, no dia 28 de março de 2023.

148. Seguindo o rito da CPI, o Presidente, Vereador Juliano Lopes, comunicou que as primeiras perguntas seriam direcionadas ao Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa. Registre-se que o Superintendente da SUDECAP estava acompanhado pelo Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia – OAB/MG 94.049/BM 79.120-6. O Vereador Professor Juliano Lopes fez a leitura do Termo de Compromisso, solicitando que as respostas dadas pelo depoente fossem pautadas pela verdade e a não omissão de informações, conforme dispõe o Art. 203, do Código de Processo Penal. Após a leitura do referido Termo, o Presidente da Comissão informou que os vereadores poderiam iniciar as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

perguntas que foram direcionadas ao Superintendente da SUDECAP. Deste modo, foram apresentadas as seguintes perguntas:

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Desde quando você está trabalhando na Prefeitura de Belo Horizonte? Conte-nos mais sobre seu histórico e as pastas trabalhadas. Quais funções você já exerceu na SUDECAP?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Relatou que graduou-se em Engenharia Civil, no ano de 1982, pela Universidade FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura). Anteriormente havia trabalhado na iniciativa privada e em setembro de 2017 iniciou as suas atividades na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, como Diretor do setor que é responsável pelos assuntos ligados à iluminação pública de Belo Horizonte. No mês de abril de 2018 assumiu a Superintendência da SUDECAP.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): A SUDECAP é autarquia vinculada à estrutura da SMOBI (Secretaria de Obras de BH), correto? Em qual ponto há interferência da SMOBI na SUDECAP?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): informou que a SUDECAP é uma autarquia independente. Porém dentro de uma estrutura organizacional a SUDECAP, SLU e Defesa Civil estão vinculadas a SMOBI. Ressaltou que a SMOBI não interfere na gestão da SUDECAP.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Qual sua relação com Ricardo Miranda de Aroeira? Com que frequência vocês conversam e qual o nível de interferência dele na SUDECAP?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): relatou que os técnicos da SUDECAP estão em constante diálogo com a equipe da SMOBI, incluindo o Sr. Ricardo Aroeira. Porém não há nenhuma interferência do Sr. Ricardo Aroeira em relação à SUDECAP. Informou que não são frequentes as conversas com o Sr. Ricardo Aroeira, mas ressaltou que ambos trabalham no mesmo prédio.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Durante sua trajetória, no que tange às questões da Lagoa da Pampulha, como funciona sua interação com os secretários da SMOBI? Em quais pontos houve interferência no trabalho da SUDECAP?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Relatou que no seu entendimento a SUDECAP é uma espécie de engenharia pública, desenvolvendo inúmeras atividades/obras na capital. Ressaltou que atualmente a SUDECAP está executando cerca de 200 (duzentos) contratos, entre estes contratos estão os de maior complexidade e os de menor complexidade, informando ainda que normalmente as demandas são direcionadas pela SMOBI. Em relação a interferência da SMOBI sobre a SUDECAP, informou que a execução dos serviços são precedidos de um Plano de Trabalho que é autorizado pelo Secretário da SMOBI.

149. Após a resposta da supracitada pergunta, o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares explanou sobre a preocupação desta CPI em relação ao atual cenário da Lagoa da Pampulha. Mencionou sobre o alto grau de assoreamento em determinados pontos da Lagoa e os problemas na Enseada do Zoológico. Após a fala do Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares as perguntas foram retomadas.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Um dos papéis do Poder Público na Lagoa da Pampulha é evitar o seu assoreamento, com a dragagem de manutenção. Esse processo inclusive já passou pela contratação de empresas envolvidas em esquema de corrupção e que já foram investigadas em outras esferas (Slide 2 - contrato SC 050/2013 da Andrade Gutierrez e Ambitec). O Sr. tem conhecimento do escopo deste contrato?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que entrou na Prefeitura em 2017 e começou suas atividades na SUDECAP em 2018. Relatou que a demanda que chegou sobre o desassoreamento consistia na escavação, carga e transporte de sedimentos. Ainda sobre esta temática e mais es-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pecificamente em relação ao desassoreamento os serviços tinham como áreas principais as regiões dos Córregos Ressaca e Sarandi, Água Funda, Ilha dos Amores e a margem próxima da boia de sedimentos. Ressaltou que os trabalhos de desassoreamento também são executados nas bacias que compõem o Complexo da Lagoa da Pampulha. Disse que os processos licitatórios seguem o Termo de Referência, onde estão presentes as diretrizes dos serviços que serão prestados. Dentro desta dinâmica também citou os orçamentos que são desenvolvidos na fase interna da licitação e depois na fase externa, onde os participantes do processo apresentam suas propostas com os respectivos valores. Sobre o Contrato AJ049/2018, informou que participou dos trâmites relacionados ao processo licitatório, a escolha da empresa vencedora e a execução dos serviços vinculados ao contrato acima mencionado.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): No referido contrato, já foram mais de 130 milhões gastos e o que se vê é que a Lagoa continua extremamente assoreada, inclusive com aterros feitos pela própria intervenção da Pampulha (slide 3 – enseada do zoológico e slide 4 estrada na Lagoa da Pampulha). A que você deve essa ineficiência?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que o contrato AJ049/2018 é de R\$33.000.000,00, enfatizando que o trabalho foi eficiente. Ainda sobre o tema relatou que o supramencionado contrato tinha previsão de encerramento em 2023 e seu término se deu em 2021.

150. Questionado sobre esta antecipação, o Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa informou que o Sr. Marcelo Cardoso Lovalho teria condições de explicar o motivo.

151. Neste momento o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares pediu a palavra e questionou sobre a possibilidade de retenção dos sedimentos no canal dos córregos Ressaca e Sarandi, já que, 70% dos sedimentos que chegam na Lagoa da Pampulha são oriundos destes córregos. Deste modo o nível de assoreamento seria desacelerado e conseqüentemente os gastos relacionados aos serviços na Lagoa seriam menores. Em resposta, o Sr. Henrique de Casti-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Iho Marques de Sousa informou que foram executados os serviços/intervenções previstas no contrato, não podendo desenvolver nenhum serviço fora do escopo previsto.

152. Após a fala do Superintendente da SUDECAP, o Vereador Braulio Lara questionou o alto nível de assoreamento em determinados pontos da Lagoa, ressaltou a existência de uma estrada de serviço onde em tese deveria haver o espelho d'água. Após a explanação do Vereador Braulio Lara, foram retomadas as perguntas.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Você sabia que há proteção pública patrimonial cultural da Lagoa da Pampulha desde 1984 quando ocorreu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a orla, o espelho d'água da lagoa, a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), a Casa do Baile e o late Tênis Clube pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que tem conhecimento, não acrescentando nenhum outro comentário sobre a pergunta feita.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Se você sabe que há o tombamento e proteção cultural do conjunto arquitetônico, como há a concordância do aterramento de dentro da Lagoa da Pampulha (relembrar os slides 3 e 4 já mostrados)? Por qual motivo a Lagoa da Pampulha foi agredida com o aterramento na enseada do zoológico e nas estradas dentro da Lagoa da Pampulha? Por que a SUDECAP não atuou em prol de desassorear essas áreas?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que em abril de 2018, quando iniciou as suas atividades na SUDECAP a Enseada do Zoológico já estava aterrada. Ressaltou que não sabe explicar o porquê desta situação. Também não soube explicar o motivo da permanência de uma estrada de serviço na parte oeste da Lagoa. Afirmou que o corpo técnico da SMOBI e SUDECAP teria a capacidade de responder tal questionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

153. Após esta resposta o Vereador Professor Juliano Lopes questionou sobre a não preocupação da SUDECAP em relação ao alto grau de assoreamento na Enseada do Zoológico e a existência de uma estrada de serviço no interior da Lagoa da Pampulha. Reforçando o questionamento do Presidente desta Comissão, o Vereador Braulio Lara enfatizou a decisão da SMOBI e da SUDECAP em relação a manutenção dos serviços/técnicas que se mostraram ineficazes na diminuição do assoreamento em determinados pontos da Lagoa. Após estas explicações as perguntas foram retomadas.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Conforme ofício 029/2021, a SUDECAP solicita anuência para manutenção da enseada do Zoológico como ponto de apoio para a Dragagem de manutenção da Lagoa da Pampulha (slide 5). O intuito é aterrar mais um local? Fazer mais um parque ecológico e perder mais uma parte do espelho d'água que é tombado?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que o objetivo foi a realização de um trabalho eficiente. Afirmou que houve uma licença autorizando a permanência da Enseada do Zoológico como ponto de apoio para a Dragagem.

154. Após esta resposta o Vereador Braulio Lara pediu a palavra e enfatizou o atual cenário da Lagoa da Pampulha, evidenciando o alto grau de assoreamento na Enseada do Zoológico. O Vereador informou que na mencionada Enseada deveria haver o espelho d'água da Lagoa, mas o que se observa é um depósito permanente de sedimentos. Dando prosseguimento aos trabalhos da Comissão, as perguntas foram retomadas.

Pergunta (Vereador Jorge Santos, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quais contratos de desassoreamento e dragagem estão ativos na Lagoa da Pampulha atualmente? Quando foi encerrado o último contrato?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Relatou que nenhum contrato de desassoreamento e dragagem está ativo. O último contrato foi encerrado em 15 de março de 2023. Informou que o objetivo é iniciar a execução de outro contrato.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Foi observado uma finalização antecipada do contrato AJ 049/2018. O volume transportado de material nos últimos meses foi muito maior que a média. Por que houve essa aceleração das medições e o encerramento antecipado do contrato?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que o Sr. Marcelo Cardoso Lovalho poderia explicar sobre esta antecipação. Ressaltou que prioriza executar o serviço no período de seca.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Você assinou o edital da licitação PREGÃO ELETRÔNICO SMOBI Nº 022/22 (slide 6), para serviços de desassoreamento (retirada de sedimentos do fundo e das margens) da lagoa da Pampulha, com previsão de gastos de R\$ 60 milhões. Em 2014/2015, a CONSOMINAS (empresa contratada pela PBH) alertou a SUDECAP acerca de assoreamento acelerado em áreas já dragadas. Em 2021, a SUPLAN também fez alerta à SUDECAP quanto à necessidade de diminuir o aporte de sedimentos na Lagoa da Pampulha. Em 2021, o IEPHA-MG também se posicionou à SUDECAP pela necessidade de tratamento das causas de assoreamento da lagoa, qual seja, impedir o aporte de sedimentos na lagoa, sobretudo nos afluentes da extremidade oeste. Em fevereiro de 2022, o senhor foi pessoalmente notificado, por uma recomendação do Ministério Público, que recomendou a adoção de técnicas que impedissem o aporte de sedimentos na lagoa, bem como recomendou a realização de um chamamento público (slide 7). Mesmo com esse histórico de comunicações de ineficiência da dragagem que passou pelo contrato da Andrade Gutierrez/Ambitec (SC050/2013) e o AJ 49/2018 (slide 8), por que o senhor assinou edital, em 2022, que mantém e reproduz o ciclo de enxugar gelo, mesmo após todas essas notificações, de órgãos públicos e privados? Uma licitação que tenha por objeto impedir, ou reduzir ao máximo, o aporte de sedimentos na Lagoa da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pampulha, antes de chegar na Lagoa, seria eficiente e resolveria grande parte do problema, correto? Não ficaria mais enxugando tanto gelo, correto?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que as características do contrato de desassoreamento consistem na escavação, carga e transporte. Ressaltou que esta demanda foi executada. Sobre o Pregão Eletrônico SMOBI N° 022/2022, que havia sido suspenso a pedido do Tribunal de Contas de Minas Gerais, disse que em 2023 o Ministério Público arquivou a denúncia.

155. Após esta resposta o Vereador Braulio Lara enfatizou que o mencionado arquivamento foi uma vergonha. Ressaltou que a própria Prefeitura de Belo Horizonte optou por não dar continuidade ao supracitado processo licitatório. Sobre os serviços executados na Lagoa da Pampulha, o Vereador informou que entre os anos de 2013 e 2023 os resultados obtidos na Lagoa foram ineficientes, pois o nível de assoreamento em determinados locais é crítico. O Relator da Comissão também citou a atual condição da Enseada do Zoológico e a Enseada da AABB.

156. Registra-se o embate entre o Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, e os membros da Comissão. Segundo os membros desta CPI, o Procurador interferiu nos trabalhos da Comissão ao orientar o Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa sobre a possibilidade de o mesmo ficar em silêncio e não responder a uma determinada pergunta, ademais o Procurador informou que os membros da Comissão estavam insistindo na mesma pergunta. Por sua vez, o Presidente da CPI ressaltou que os Vereadores poderiam fazer novamente qualquer pergunta caso esta não fosse respondida de forma clara e coerente.

157. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares pediu a palavra e ressaltou que os problemas na Lagoa não estavam sendo resolvidos. Enfatizou que os contratos de desassoreamento celebrados em 2013 e 2018 se mostraram ineficientes. Ressaltou que a impressão passada pela Prefeitura é que há um interesse de se alcançar um nível de assoreamento para depois desassorear, mantendo-se um ciclo vicioso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Vereador Braulio Lara também corroborou com a opinião do Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, ressaltando também a ineficácia das técnicas aplicadas até então. Após estas explanações as perguntas foram retomadas.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Já houve uma licitação assim, tendo sido apresentada uma proposta de ampliação da ETAF (que segura resíduos sólidos grossos [gradeamento], sedimentos e trata o esgoto) e construção de outras ETAFs, inclusive com projeto de engenharia elaborado, e foi recusada pela PBH. O que ocorreu?

Resposta (Henrique de Castilho Marques de Sousa): Informou que não tem conhecimento sobre o referido tema.

158. Dentro desta temática o Vereador Braulio Lara perguntou o porquê da Prefeitura recusar a implantação de outras instalações semelhantes a E.T.A.F em outros pontos da Lagoa da Pampulha. Em resposta, o Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa informou que a COPASA teria competência para responder tal questionamento.

159. O Vereador Rubão pediu a palavra e fez a leitura de uma reportagem do G1 (Portal de notícias da Globo) que trouxe informações acerca do Ministério Público, que na apresentação de um documento formal aconselhou a suspensão dos serviços na Lagoa da Pampulha por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. A reportagem também fez menção sobre a diminuição do espelho d'água da Lagoa e o alto grau de assoreamento.

160. O Presidente da CPI, Vereador Juliano Lopes, enfatizou que são aproximadamente 20 anos de serviços ineficientes e com altos gastos do erário público, neste momento o Superintendente da SUDECAP informou que outro contrato está sendo elaborado para a continuidade dos serviços de desassoreamento na Lagoa da Pampulha.

161. A Vereadora Flávia Borja explanou sobre as embarcações que retiram os resíduos sobrenadantes presentes na Lagoa. Dentro desta temática, a Vereadora perguntou ao Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa se estas em-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

barcações realizavam um trabalho eficiente. Em resposta, o Superintendente da SUDECAP disse que o referido método é eficiente.

162. Sem mais perguntas, o Presidente da Comissão agradeceu a presença do Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, ressaltando que as informações prestadas foram de suma importância para os trabalhos da CPI da Lagoa da Pampulha.

163. Após os agradecimentos, o Vereador Professor Juliano Lopes comunicou que daria seguimento aos trabalhos da CPI.

164. Neste momento, o Presidente da CPI agradeceu a presença e apresentou o Gerente de Manutenção de Infraestrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, Sr. Marcelo Cardoso Lovalho, para que o mesmo respondesse as perguntas que seriam feitas pelos membros da Comissão. Às 11h16min deu-se início a rodada de perguntas.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Desde quando você está trabalhando na Prefeitura de Belo Horizonte? Conte-nos mais sobre seu histórico e pastas trabalhadas.

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que entrou na Prefeitura de Belo Horizonte através de concurso público realizado em 2008. Ingressou como Engenheiro Civil na extinta Divisão de Manutenção e Dragagem. Atualmente a extinta Divisão chama-se Gerência de Manutenção de Infraestrutura, que está vinculada a SMOBI.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): O seu trabalho na Gerência de Manutenção de Infraestrutura está vinculado à estrutura da SMOBI (Secretaria de Obras de BH), correto? Em qual ponto há interferência da SMOBI na sua gerência e seu trabalho como fiscal dos contratos?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que seu trabalho está vinculado à SMOBI. Disse ainda que o seu trabalho é mais operacional, cabendo a SMOBI fornecer as diretrizes técnicas. Porém não há interferência da SMOBI no desenvolvimento das suas atividades. Sobre o trabalho como fiscal, ressaltou que foi e ainda é responsável por vários contratos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Qual sua relação com Ricardo Miranda de Aroeira? Com que frequência vocês conversam e qual o nível de interferência dele na Gerência de Manutenção de Infraestrutura SUDECAP?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que todo trabalho de águas urbanas tem relação com o Sr. Ricardo Miranda de Aroeira e sua equipe técnica, ressaltando que o seu contato com o Diretor de Gestão de Águas Urbanas se resume a algumas reuniões. Disse que já atuou como fiscal em um contrato de tratamento da água na Lagoa da Pampulha, porém todo o trabalho técnico foi direcionado pela Diretoria de Gestão de Águas Urbanas - DGAU.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Durante sua trajetória, como funcionou sua interação com os secretários da SMOBI? E na SUDECAP? Em quais pontos houve interferência no seu trabalho de fiscal?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não há interação com os servidores da SMOBI. Ressaltou que o seu trabalho é de caráter operacional e não de gestão. Ressaltou que não há interferência da SMOBI no seu trabalho.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Sobre o Contrato AJ049/2018 (Desassoreamento), espera-se de alguém que esteja em seu nível de responsabilidade pelas licitações que envolvem a Lagoa da Pampulha, que ela tenha plena ciência e respeito ao princípio da segregação de funções na licitação, que permite um processo mais íntegro, responsável e seguro. Não obstante, você aparece como FISCAL DO CONTRATO AJ 049/18 (Portaria n. 100/2018, publicada no D.O.M. de 25/08/2018), ainda assina diários de obras e atesta a medição constante das GLM (Guias de Liberação de Medição), ou seja, você aparece em no mínimo 2 posições: como fiscal do contrato e pela Gerência de Manutenção de Infraestrutura (SLIDE 11, 18 e 23). Você não acha contraditório e uma burla a legislação você fiscalizar e gerenciar o mesmo contrato ao mesmo tempo? Isso não interfere na imparcialidade e independência que um fiscal deveria ter? Por que afrontar esse princípio licitatório?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Sobre o fato de fiscalizar e gerenciar o mesmo contrato, informou que não considera contraditório e não enxerga como uma burla à legislação. Ressaltou que pelo fato de trabalhar a muitos anos na Lagoa da Pampulha ele se considera a pessoa certa para figurar como gerente e fiscal do contrato. Disse que ele é apenas gerente de divisão e o seu superior hierárquico é o Sr. Maurício Cangussu. Como fiscal do contrato explicou que as suas responsabilidades estão ligadas ao acompanhamento e fiscalização das etapas que se dividem em: escavação, transporte e medição dos sedimentos retirados no interior da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Sobre o Contrato AJ001/2016 (Sobrenadantes), com o mesmo modus operacional você atua no Contrato AJ 001/16 (desassoreamento e sobrenadantes), uma vez que é fiscal do Contrato AJ 001/16 e também atesta medições nas GLM (guias de liberação de medição) (exemplo GLM 48, GLM 53, GLM 59, GLM 62). Você não acha contraditório e uma burla a legislação você fiscalizar e gerenciar o mesmo contrato ao mesmo tempo? Isso não interfere na imparcialidade e independência que um fiscal deveria ter? Por que afrontar esse princípio licitatório?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que nunca se preocupou com o tema relacionado a inobservância da legislação, ressaltando que acredita não estar burlando nenhum dispositivo legal. Disse que começou a trabalhar na Lagoa da Pampulha em meados de 2013, e desde então figura como fiscal dos contratos que tem relação com o referido local. Ressaltou que em 2013 o seu antigo superior hierárquico, Sr. Luís Carlos Alvarenga, determinou que ele fosse fiscal de um contrato vigente. Posição que se manteve nos anos seguintes. Lembrou que o primeiro contrato que figurou como fiscal estava relacionado ao tratamento das águas da Lagoa da Pampulha. Atualmente é fiscal no contrato AJ024/2021.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Sobre o Contrato AJ049/2018 (Desassoreamento), descreva, por gentileza, as operações de campo que compõem o desassoreamento realizado no âmbito do contrato AJ 049/2018. (Operações embarcadas e em terra). Em quais fases da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

execução do contrato 049/2018 existem medição de quantidade dos sedimentos, para fins de pagamento do serviço realizado (sedimento retirado)?

- o Quantificação de sedimentos escavados
- o Quantificação de sedimentos transportados nos batelões/balsas;
- o Quantificação de sedimentos retirados dos batelões;
- o Quantificação de sedimentos transportados em $DMT \leq 1$ km (transporte para o bota-espera) sendo DMT a Distância Média de Transporte;
- o Quantificação de sedimentos $DMT > 5$ km (transporte para o bota fora)

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que o item quantificação de sedimentos escavados divide-se em três etapas, são elas: plataforma embarcada, batelão e escavadeira que carrega o caminhão. Esta dinâmica de atividade ocorre da seguinte forma: uma espécie de escavadeira, que fica em cima de uma embarcação, que retira os sedimentos no interior da Lagoa. Esta escavadeira direciona os sedimentos para o batelão, que é uma espécie de caixa, onde os sedimentos são colocados. Através de uma balsa o batelão é direcionado para a margem da Lagoa. Após esta etapa, uma outra escavadeira retira os materiais do batelão e os coloca no caminhão bascula. Os sedimentos são depositados no bota-espera, local onde os materiais secam e consequentemente reduzem seu volume, após a secagem os sedimentos são transportados por caminhões bascula para o bota-fora. A quantificação de sedimentos transportados, DMT (Distância Média Transportada) < 1 KM, é verificada pelo número de caminhões carregados que estão na margem da Lagoa e são direcionados para o bota-espera. No que se refere a quantificação de sedimentos transportados, DMT (Distância Média Transportada > 5 KM, é verificada pelo número de caminhões carregados que saem do bota-espera e são direcionados para o bota-fora. Ressaltou que o pagamento é efetuado tendo como base o volume contido na bascula de cada caminhão que sai em direção ao bota-fora. Segundo informações do Sr. Marcelo Cardoso Lovalho, o volume de sedimentos pode ser auferido pela cubagem de cada caminhão (m^3).

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): De acordo com o contrato AJ 049/2018, essas mensurações eram feitas pelo fiscal do contrato, no caso você mesmo, com a participação da contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Você pode informar como era feita essa medição com detalhes: o senhor estava sempre presente? Qual era a participação da contratada?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que as mensurações eram feitas por ele e por membros da sua equipe. Sobre as medições disse que a dinâmica segue as etapas já mencionadas na resposta anterior, ressaltando que os membros da sua equipe verificavam se os caminhões estavam realmente cheios quando saiam em direção ao bota-fora. Disse que não estava sempre presente nas medições e a contratada participava com o envio de informações e relatórios dos serviços prestados.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quais instrumentos você usava? Tem memória de cálculo, relatório fotográfico de CADA e TODA medição realizada?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que o controle também era feito por um técnico da prefeitura que ficava em cima de uma plataforma verificando se os caminhões estavam saindo carregados de sedimentos. Disse que tem relatórios com memórias de cálculo e registros fotográficos.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares): No termo de referência do Processo de Licitação que antecedeu o contrato AJ049/2018, que foi assinado por você, houve a delegação à contratada a obrigação de estimar o volume a ser desassoreado, bem como a demarcação de áreas de desassoreamento (slide 10). Esses parâmetros deveriam estar no Projeto Básico (Conforme Lei 8.666), para garantir igualdade entre as empresas participantes. Por que não foi definido no projeto básico? Não seria mais eficiente a prefeitura ter o padrão definido para somente depois contratar?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Relatou que os parâmetros com a demarcação de áreas de desassoreamento bem como o volume a ser desassoreado já vieram pré-definidos com 460.000 m³, tendo como base 115.000 m³/ano. Como o referido contrato era de 4 anos ficou determinado este volume global. Informou que no canal de sedimentação também há serviços de desassoreamento, mas não em virtude do contrato AJ 049/2018, e sim do contrato que contempla a Bacia Hidrográfica da Pampulha, que inclusive está ativo. Disse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que ao final do contrato AJ 049/2018 foram retirados cerca de 520.000 m³ de sedimentos no interior da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Tendo em vista que a Lagoa da Pampulha é bem cultural protegida por tombamento, em todas as esferas, as áreas de desassoreamento deveriam ser definidas com a participação de um especialista em patrimônio cultural. Porém como foi evidenciado, a definição das áreas foi feita pela contratada, de acordo com os resultados de batimetria realizados (slide 12) (recomendável a aprovação dos três órgãos de patrimônio cultural: IPHAN, IEPHA/MG e FMC/BH). Por que o senhor, como fiscal do contrato, permitiu que fosse feito dessa maneira, desrespeitando o Decreto-Lei 25/1937 ("as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas")?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não tem conhecimento se houve a aprovação dos referidos órgãos. Ressaltou que no Registro de Definição já haviam determinado quais seriam as áreas abrangidas na execução do contrato AJ049/2018. Disse que na Licença de Operação também estava definido o escopo de todos os serviços e métodos que seriam aplicados no processo de desassoreamento da Lagoa.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Um dos pontos centrais, que causou espanto, é que o contrato prevê "que o volume de material escavado será medido em função das somas de quantidade de caminhões cheios" (slide 13). Essa "unidade" de medida prevista no contrato é baseada em qual tipo de caminhão? Qual tamanho de caçamba? Qual capacidade de carga? Enfim, o que quer dizer caminhão "cheio"?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Apenas informou que o caminhão basculante tem aproximadamente 15 m³ de capacidade de carga, mas que existem pequenas variações de modelo para modelo.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Os sedimentos retirados da lagoa têm condição de ser reaproveitados economicamente? Para onde eles são enviados?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que os sedimentos retirados da Lagoa não têm condição de serem reaproveitados economicamente, porém



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não deu certeza desta informação. Ressaltou que o Sr. Ricardo Miranda de Aroeira poderá responder esta pergunta. Disse que os sedimentos são transportados para um local na divisa dos municípios de Contagem e Ribeirão das Neves, conhecido como Granville, porém teve dúvidas para precisar a localização do referido local.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): A parte líquida (efluentes) remanescente da desidratação dos sedimentos removidos, durante o processo de desidratação dos mesmos no bota-espera, passavam por algum tipo de tratamento antes de retornar à Lagoa da Pampulha?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que esta parte líquida não passa por nenhum tratamento e são direcionadas para a Lagoa através das calhas de drenagem.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Ainda no contexto de análise dos sedimentos, houve análise laboratorial do sedimento, quanto a sua contaminação e composição?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que durante a execução do contrato AJ049/2018 houve cerca de 10 (dez) coletas para análise. Sobre os aspectos de contaminação e composição disse que não tem conhecimento do assunto.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Um dos objetos do contrato AJ 049/2018 era a execução de batimetrias periódicas. Qual a razão desse objeto contratual? Qual seria a função dessas batimetrias periódicas? Quem definiu a periodicidade dessas batimetrias?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que o procedimento da batimetria é importante para se verificar qual local deve ser escavado. Em relação a periodicidade da batimetria disse foi realizada em *full time* (tempo real).

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): De acordo com a comissão de licitação (em uma resposta à impugnação do edital): "o volume do material escavado e transportado será calculado através de batimetria" (slide 14). Por que então a PBH deixou a cargo da contratada, contratar e terceirizar esse serviço de batimetria, ao invés de licitar e contratar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma terceira empresa, independente e isenta? É então a raposa vigiando o galinheiro?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Disse que não tem conhecimento sobre o assunto.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Você já opinou para aplicar alguma multa nas empresas que prestam serviço na lagoa da Pampulha? Quais? Descrever.

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não.

Pergunta (Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Nós estamos percebendo aqui algumas incoerências na definição das formas de medição:

- no contrato, ficou definido caminhão cheio;
- na resposta à impugnação acima: batimetria;
- em uma outra resposta à impugnação, foi respondido que: "logicamente, no decorrer da obra, a fiscalização poderá usar, a seu critério, outros meios de aferir a quantidade desse mesmo material".

Isso configura evidente desrespeito à lei, ao princípio da legalidade, da moralidade, do julgamento objetivo da licitação, e muitos outros, nos termos da Constituição da República e da Lei de Licitações.

Como o senhor, que assinou o termo de referência, e como fiscal do contrato, concordou com um absurdo desses? Afinal de contas, qual foi o critério que o senhor, como fiscal do contrato, utilizou?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Sobre a assinatura do Termo de Referência e a atuação como Fiscal do Contrato informou que não considera um absurdo. Em relação aos critérios para efetivação do pagamento e aferição do volume de sedimentos retirados do interior da Lagoa, informou que existiram alguns critérios para mensurar os serviços prestados e os valores gastos, tais como: mensalidade da balsa, hora trabalhada.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Durante a execução do contrato 049/2018, foi alterada a forma de execução do desassoreamento. Inicialmente estava prevista na licença de operação (SMMA) para a dragagem de sedimentos por sucção. Posteriormente foi feita a altera-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção para desassoreamento mediante escavação mecânica. Você acompanhou essa alteração? Qual a razão técnica para essa alteração?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Sobre a Licença de Operação informou que tem conhecimento que a referida licença passou por uma análise dos órgãos superiores. Em relação à mudança da técnica de dragagem de sedimentos por sucção para desassoreamento mediante escavação mecânica informou que o motivo estava relacionado aos problemas de entupimento que eram frequentes na dragagem por sucção.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Houve adequação da licença ambiental para essa alteração? Se sim, mande para a CPI.

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não acompanhou e não tem conhecimento sobre a referida adequação da licença ambiental.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Por que no contrato da Andrade Gutierrez/Ambitec foi utilizada a técnica de dragagem, a qual teve aval da prefeitura para esse modelo, e depois houve a troca?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não tem conhecimento sobre o assunto. Limitou-se a dizer que a técnica de dragagem por sucção apresentou inúmeros problemas.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Você assumiu seu cargo na SUDECAP em 2008. No contrato de desassoreamento de 2013/2014, assinado com a construtora Andrade Gutierrez, o senhor também foi o fiscal?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não foi o Fiscal do contrato de desassoreamento no referido período. Fez menção aos nomes do Sr. Ticiano Passini e Sr. Hamilton Resende Filho como Supervisores de Obras da SUDECAP, sendo que ambos tiveram maior envolvimento com os serviços de desassoreamento nos anos de 2013/2014.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Desde quando você assumiu seu cargo na SUDECAP em 2008, parte do seu



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trabalho foi no canteiro de obras da SUDECAP na área ao fundo do parque ecológico (Casa Verde). O senhor trabalha nesta área, correto?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Relatou que a maior parte do tempo as suas atenções estão voltadas para a referida área. Informou acreditar que os trabalhos realizados na referida área contribuíram para uma melhoria na condição de desassoreamento da Lagoa.

165. Após esta resposta, o Vereador Braulio Lara pediu a palavra e fez um questionamento sobre as agressões e intervenções indevidas no espelho d'água e na orla da extremidade oeste da lagoa da Pampulha, citando o dique da Enseada da AABB, o dique da Enseada Olhos d'água, as estradas de serviço, a área de assoreamento entre os mirantes Garça e Biguá, o plantio de leucenas e a Enseada do Zoológico que foi utilizada como bota-espera e aterramento do bota-espera. Por fim, o Relator da CPI perguntou ao Sr. Marcelo Cardoso Lovalho o motivo pelo qual o mesmo não impediu estas intervenções/agressões.

166. Em resposta o Sr. Marcelo Cardoso Lovalho informou que tem conhecimento de um planejamento para alterações nos diques da Enseada do Zoológico e AABB; a remoção da estrada de serviço e o manejo das leucenas. No que tange o impedimento das mencionadas intervenções/agressões disse que não tem capacidade de decisão para impedir ou não um determinado serviço, cabendo a ele a fiscalização e execução operacional de uma determinada atividade.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Você assinou o termo de referência do edital pregão eletrônico SMOBI nº 022/2022, para desassoreamento de áreas da lagoa, com previsão de gasto de R\$60 milhões. No plano de trabalho, para desassoreamento, período 2018-2021, você informou que, após o contrato 049/2018, não seria mais utilizada a enseada do zoológico como bota-espera, ao afirmar que seria utilizada a área aos fundos do parque ecológico (conhecida como Casa Verde). Lembrando que desde 2004, o IEPHA-MG determinou o desassoreamento e desaterra-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mento da enseada do zoológico, em razão do tombamento. E também disse que o uso da enseada como bota-espera deveria ser temporário. Por que na licitação PE SMOBI 022/2022, o senhor mudou de ideia e manteve a previsão de bota-espera na enseada do zoológico ?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que não seria possível a utilização da área localizada nos fundos do Parque Ecológico porque a referida área não comportaria o grande volume de sedimentos que seriam retirados do interior da Lagoa. Deste modo a Enseada do Zoológico foi mantida como bota-espera. Disse que havia autorização do IEPHA-MG para manutenção temporária da Enseada do Zoológico como área de bota-espera.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Na visita técnica realizada na Lagoa da Pampulha, realizada pelos vereadores e os servidores da PBH, foi relatado por um de seus servidores que os “diques” já estariam removidos se o desassoreamento previsto na licitação PE n. 022/2022 estivesse sendo realizada. Mas nós verificamos o edital, no tópico memorial descritivo, e não havia previsão de desassoreamento dessas áreas. Por que não houve previsão de remoção dos diques, das estradas de serviço na enseada da AABB, e outras áreas assoreadas/aterradas, já recomendado pelo Ministério Público, desde 2021?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Disse que a não previsão de desassoreamento dessas áreas foi um dos motivos da suspensão do PE 022/2022.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Por que consta no edital da licitação PE SMOBI n. 022/2022 documentos para a quantificação do objeto com a logotipo da última contratada, que por coincidência, ou não, foi a vencedora da licitação, que foi revogada pelos senhores ?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Afirmou que foi um erro técnico de formatação do documento, não tendo nenhuma influência no processo licitatório.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Foi observado uma finalização antecipada do contrato AJ 049/2018. O volume transportado de material nos últimos meses foi muito maior que a média. Por que houve essa aceleração das medições e o encerramento antecipado do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contrato? Como foram feitas as medições de material carregado (carregadeiras) e de caminhões?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Disse que o referido contrato foi encerrado em outubro de 2021, e este encerramento antecipado foi resultado da experiência da contratada na execução dos serviços de desassoreamento, ressaltando que esta experiência permitiu à contratada uma logística na execução dos serviços de forma mais célere. Sobre as medições do volume de sedimentos retirados no interior da Lagoa, informou que era realizada pela cubagem dos caminhões que transportavam o material retirado.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Existe alguma parte das águas da Pampulha que são mais importantes que outras? A metade oeste da lagoa vale menos para vocês? Digo isso porque em ofício que consta sua assinatura você faz a solicitação para a aditivação do contrato AJ 49/18, para incluir uma cortina de sedimentos dentro da lagoa, segurando os sedimentos para não chegar em parte da lagoa que você classifica como “águas mais importantes”. Logo concluo que o lado oeste da lagoa são as águas menos importantes. Por que o lado oeste da lagoa vale menos para você?

Resposta (Marcelo Cardoso Lovalho): Informou que na parte oeste da Lagoa da Pampulha encontram-se os córregos Ressaca e Sarandi, que apresentam um maior grau de poluição. Deste modo os trabalhos ficam mais concentrados nesta região. Sobre a frase “águas mais importantes” limitou-se a dizer que significou uma espécie de classificação da área de trabalho.

167. Registre-se que esta foi a última pergunta feita ao Sr. Marcelo Cardoso Lovalho.

168. O Presidente desta Comissão, Vereador Juliano Lopes, agradeceu mais uma vez a presença de todos enfatizando a importância da participação do Sr. Henrique de Castilho Marques de Souza e do Sr. Marcelo Cardoso Lovalho.

169. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 12h51min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.11 DA 11ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DO SR. RICARDO DE MIRANDA AROEIRA - DIRETOR DA DGAU/SMOBI

170. A décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 04 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Bráulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Rubão e Irlan Melo. Registre-se que houve o comparecimento da Vereadora Fernanda Pereira Altoé e do Vereador Wanderley Porto.

171. A reunião teve como finalidade o depoimento do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, Sr. Ricardo de Miranda Aroeira. Estava prevista também a oitiva do Sr. Josué Valadão, porém esta não ocorreu.

172. Antes da mencionada oitiva, o Presidente da Comissão fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

- I- Requerimento de Comissão nº 738/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, tendo como finalidade a obtenção de informações acerca da emissão de Licença Ambiental bem como a Licença de Operação que estão vinculadas ao Contrato AJ 049/2018, celebrado entre o Município de Belo Horizonte, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI e ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções LTDA. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II- Requerimento de Comissão nº 739/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, para prestar esclarecimentos, pessoalmente, sobre assuntos ligados aos serviços executados na Lagoa da Pampulha. A realização da oitiva será no dia 11 de abril de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara, Irlan Melo, Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

III- Requerimento de Comissão nº 740/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação dos representantes da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, para comparecer ou indicar servidor para prestar esclarecimentos, pessoalmente, referentes às informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva será realizada no dia 11 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Bráulio Lara, Irlan Melo, Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

173. Registre-se que após deliberação e votação, a oitiva, vinculada ao Requerimento nº 740/2023, que seria realizada no dia 11 de abril de 2023 será realizada no dia 18 de abril de 2023.

174. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos e Indicações da Comissão:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 338/2023	OFÍCIO DIRLEG Nº 1910/2023
Requerimento de Comissão nº	OF. SMGO/DALE Nº 228/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

526/2023	
Requerimento de Comissão n° 527/2023	OF. SMGO/DALE N° 229/2023

175. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Presidente da CPI, Vereador Juliano Lopes, comunicou que o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira faria uma apresentação de aproximadamente 1 (uma) hora, sobre os serviços de desassoreamento, despoluição e limpeza que foram executados na Lagoa da Pampulha. Destaca-se que a mencionada apresentação foi previamente discutida com o Presidente da CPI e com os demais membros da Comissão.

176. Deste modo o Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, iniciou a sua apresentação ressaltando as características geográficas da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha, informou que a mencionada Bacia Hidrográfica ocupa uma área de aproximadamente 97 KM², sendo que 45% desta área está localizada no município de Belo Horizonte e 55% encontra-se no município de Contagem. Explanou que até meados dos anos 2000 o cenário da Lagoa da Pampulha era catastrófico, fazendo menção ao grande volume de lixo e ao alto grau de assoreamento que podia ser observado em diferentes pontos da Lagoa. Ainda dentro desta temática, disse que há época o volume de carregamento de sedimentos que eram levados para o interior da Lagoa chegavam a cerca de 460.000m³/ano.

177. Sobre as ações de reabilitação da Lagoa da Pampulha, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira informou que entre os anos de 2012 e 2020 a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA investiu cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) no sistema de captação do esgoto, alcançando cerca de 95% de cobertura na área que corresponde a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. Deste modo as águas que são provenientes de esgoto são direcionadas para as Estações de Tratamento.

178. O Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, também citou o acordo, referente ao Plano de Ação do Sistema de Esgotamento Sanitário, homologado em março de 2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pela Justiça Federal e que foi celebrado entre os municípios de Belo Horizonte, Contagem e a COPASA. O objetivo principal do referido acordo é a eliminação por completo das redes de esgoto que são direcionadas para a Lagoa.

179. Sobre os contratos de limpeza da orla e despoluição da Lagoa, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira fez menção aos contratos SC-048/2011, AJ-001/2016 e DJ-024/2021, afirmando que os respectivos contratos foram fundamentais para a manutenção e limpeza da Lagoa da Pampulha.

180. Em relação aos serviços de desassoreamento, o Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, informou que ao final da execução do contrato SC-050/2013 com custo de R\$ 108.000.000,00, foram retirados cerca de 850.000m³ de sedimentos do interior da Lagoa. Ainda sobre esta temática, também foi citado o contrato AJ-049/2018 com custo de R\$ 37.000.000,00 que, entre os anos de 2018 a 2021, resultou na retirada de aproximadamente 170.000m³ de sedimentos que estavam depositados na Lagoa

181. No conteúdo da apresentação do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira também continham as informações relacionadas ao contrato AJ-032/2015, que tinha como objeto a execução dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, considerando assegurar o padrão de Classe 3 para a mencionada água. Ainda sobre o contrato acima citado, foi mencionada a utilização de dois produtos químicos na biorremediação da Lagoa, são eles: *Enzilimp* e *Phoslock*. Segundo as informações do Diretor de Gestão de Águas Urbanas, os mencionados produtos foram fundamentais para a melhoria da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, ressaltando que tais produtos possuem registro no IBAMA e a sua utilização foi devidamente autorizada.

182. Finalizando a sua apresentação, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira fez menção aos Relatórios da Fundação Christiano Ottoni que atestaram a continuidade das ações que foram executadas na Lagoa da Pampulha. Informou que todos os serviços executados na Lagoa foram de fundamental importância para a manutenção e melhoria das condições de limpeza, despoluição e desassoreamento na Lagoa. Acrescentou ainda que sem a adoção e execução des-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tes serviços, ao longo dos anos, o cenário da Lagoa da Pampulha seria catastrófico.

183. Terminada a apresentação, o Presidente da Comissão comunicou que os membros da CPI poderiam realizar as perguntas. Deste modo foram apresentados os seguintes questionamentos:

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): O Sr. já possui muita experiência pela longevidade que possui na Prefeitura de Belo Horizonte. Como foi seu ingresso na PBH e qual seu histórico de funções na Prefeitura?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que prestou concurso público para a Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 1993. Inicialmente trabalhou na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA e depois foi transferido para a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP. Em 2005 passou a integrar a Coordenação Executiva do Programa Drenurbs, que consiste na elaboração de Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem de Belo Horizonte e a implantação do Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra Inundações do município. Disse que em meados de 2009/2010 começou a desenvolver e acompanhar os trabalhos que eram executados na Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Das suas atividades, boa parte foi dedicada à Lagoa da Pampulha. Que ano o Sr. começou a desenvolver projetos na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que em meados de 2009/2010 começou a desenvolver e acompanhar os trabalhos que eram executados na Lagoa da Pampulha. Ressaltou que na qualidade de Engenheiro da Prefeitura de Belo Horizonte e membro de um corpo técnico não tem a capacidade de tomar decisões, cabendo estas aos Secretários de Governo.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): O PROPAM, criado na década de 90, recebeu através de sua associação mais de 100 milhões de dólares, sendo que a lei que o instituiu foi revogada recentemente. Gostaríamos de saber o que foi feito com esse recur-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

so? Porque não foi resolvido o problema da lagoa a partir da associação criada pelo PROPAM?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que nunca exerceu a função de gestor no PROPAM, não tendo conhecimento sobre a destinação dos recursos que foram direcionados ao PROPAM e que serviram para custear os serviços que foram executados na Lagoa da Pampulha. Se limitou a dizer que na sua percepção os resultados obtidos pelo PROPAM contribuíram para uma melhoria nas condições de despoluição e desassoreamento na Lagoa.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Quem fazia parte do PROPAM? Quais eram suas lideranças? Como era o funcionamento do PROPAM e como eram tomadas suas decisões? Qual era seu papel no PROPAM?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Reiterou que não tinha um papel de gestão no PROPAM, acrescentando que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA é que possuía a competência de gestão e da tomada das decisões do PROPAM. Não fez menção às lideranças do PROPAM e informou que não tinha um conhecimento preciso sobre o seu funcionamento. Sobre o seu papel, disse que fazia parte de um corpo técnico que prestava uma espécie de auxílio ao PROPAM tendo como finalidade a troca de informações de cunho operacional e técnico dos serviços que eram executados na Lagoa e tinham como objetivo a diminuição da poluição e do assoreamento.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Com a revogação da lei de criação do PROPAM, a PBH com apoio da COPASA, criou o programa Pampulha Viva que tirou Contagem e que recebeu um aporte financeiro do BB Viena e do BDMG. Por que o valor recebido não foi suficiente para limpar a Pampulha? Há razão para retirar Contagem do programa?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não tinha conhecimento sobre o referido aporte financeiro. Portanto optou por não responder ao questionamento alegando que não tinha informações a respeito.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Um dos contratos que está sendo investigado por essa CPI é o contrato AJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

32/2015, que posteriormente foi renovado pelo contrato AJ 57/2018, nos quais possuem uma história interessante, tanto de sua construção e como de seus desdobramentos. Tais contratos realizados por um chamamento público e posteriormente por inexigibilidade de licitação, possuem como principal objetivo a recuperação da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, para o atingimento de seu padrão de qualidade de classe 3. Posto essa contratação por inexigibilidade, questiona-se: foi atingido o padrão classe 3 de qualidade de água da Pampulha?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que as metas foram atingidas, porém ressaltou que o padrão da qualidade da água apresentou oscilações. Estas oscilações estão relacionadas aos locais onde as amostras foram coletadas para a posterior análise laboratorial. Disse que o período da coleta também influenciou nos resultados obtidos, já que em períodos de seca a água da Lagoa apresenta determinadas composições diferentemente dos períodos chuvosos. Finalizou a resposta enfatizando que estas oscilações são normais e aceitáveis, do ponto de vista técnico.

184. Após o término da resposta, o Vereador Braulio Lara questionou o atingimento do padrão Classe 3 das águas da Lagoa da Pampulha, ressaltando que esta finalidade contratual seria de fundamental importância para o efetivo pagamento dos valores pactuados contratualmente. Enfatizou ainda que a qualidade das águas da Lagoa, não atingiram um padrão permanente de Classe 3, este padrão pôde ser verificado em determinados períodos e locais, ou seja, demonstrando o atingimento do padrão Classe 3 de forma temporária.

185. Ainda sobre o tema levantado pelo Relator da CPI, a Vereadora Fernanda Pereira Altoé questionou o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira sobre qual relatório, relacionado a qualidade da água, dava embasamento para o pagamento do contrato. Foi respondido que os relatórios e resultados laboratoriais referentes à qualidade das águas da Lagoa da Pampulha eram fornecidos por um laboratório indicado pelo Consórcio Pampulha Viva, ressaltando ainda que tal situação já estava prevista no escopo do contrato. Após esta resposta, as perguntas previamente elaboradas foram retomadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): O Consórcio Pampulha Viva, foi a empresa escolhida para executar o contrato 32/2015 e 57/2018, feito por inexigibilidade de licitação. Esse consórcio é composto pelas empresas Hydrosience, Millenium e CNT Ambiental. Qual o papel de cada uma delas? Como é mensurado a qualidade da prestação de serviço de cada uma delas?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Sobre o papel de cada uma destas empresas, informou que a Hidro Science fornece e aplica o *Phoslock*, a Millennium fornece e aplica o *Inzilinp* e a CNT Ambiental realiza o acompanhamento e o monitoramento para o desenvolvimento dos relatórios dos serviços executados e os impactos ambientais e da qualidade das águas que são constatados. Disse que através das conclusões dos relatórios trimestrais era possível verificar os impactos dos serviços prestados na melhoria da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): A expressão “assegurar padrões de Classe 3” significa que os já mencionados contratos objetivam garantir às águas da Lagoa da Pampulha a qualidade estipulada pela Resolução CONAMA n. 357/2005. Há interesse em ajudar a empresa que está prestando esse serviço? Digo isso porque vocês conseguiram condicionar o pagamento à demonstração de relatório pela própria contratada. Além disso, vocês ainda relativizam a Resolução do CONAMA, uma vez que ela prevê que a qualidade da água deve atender a mais de uma dezena de condições e dezenas de outros padrões orgânicos e inorgânicos. Por que vocês estão desrespeitando até os critérios de qualidade estabelecidos pelo CONAMA?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Ao ser questionado em relação ao laboratório que fornecia os relatórios sobre o nível de qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, disse que não tinha certeza, mas citou o laboratório ambiental LIMNOS. Sobre a escolha dos 5 (cinco) critérios, referentes à classificação do padrão de Classe 3 para água doce, que estão previstos na Resolução CONAMA N° 357/2005, foram uma opção/referência para modelar a contrata-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção. Informou que os 5 (cinco) parâmetros escolhidos são: Fósforo Total, Clo-
rofila-a, Cianobactérias, Coliformes Termotolerantes e Demanda Bioquímica de
Oxigênio (DBO). Ainda sobre o tema, disse que a escolha dos 5 (cinco) parâ-
metros foi resultado de uma discussão técnica que teve, inclusive, a participa-
ção de professores e profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG. Esta escolha também teve embasamento em estudos técnicos/científi-
cos que demonstravam a possibilidade de escolha de 5 (cinco) parâmetros em
detrimento dos outros 63 (sessenta e três) que também constam na Resolução
CONAMA N° 357/2005 para se verificar o atingimento do padrão Classe 3 das
águas da Lagoa da Pampulha.

186. Neste momento o Vereador Bráulio Lara pediu a palavra e criticou a es-
colha de apenas 5 (cinco) critérios, já que na mencionada Resolução são cons-
tatados 68 (sessenta e oito) critérios que deveriam ter sido observados, e atin-
gidos, para o alcance do padrão classe 3 das águas da Lagoa. Enfatizou que o
atingimento, em caráter contínuo, do referido padrão era fundamental para a
efetiva constatação dos serviços prestados e consequentemente para a realiza-
ção do pagamento previsto no contrato.

187. Registre-se que após a explanação do Vereador Bráulio Lara o Procura-
dor Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, interrompeu os trabalhos da Comis-
são alegando que os membros da CPI estavam insistindo na mesma pergunta.
O Procurador Municipal informou ao Sr. Ricardo de Miranda Aroeira que o mes-
mo poderia ficar em silêncio caso não quisesse dar continuidade na resposta
ou em outro questionamento futuro.

188. Ainda sobre o tema, a Vereadora Fernanda Pereira Altoé e o Vereador
Bráulio Lara questionaram a escolha de apenas 5 (cinco) critérios. Enfatizaram
que os problemas existentes na Lagoa da Pampulha são de enorme complexi-
dade, mas que podem ser resolvidos através de intervenções mais assertivas e
um maior comprometimento da Prefeitura de Belo Horizonte e dos órgãos com-
petentes. O Sr. Ricardo de Miranda Aroeira acrescentou que devido a acelera-
ção da poluição aliada a piora na qualidade da água, e a necessidade de acele-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ração na evolução progressiva de recuperação da Lagoa da Pampulha a escolha dos 5 (cinco) critérios se tornou uma opção aceitável.

189. O Vereador Braulio Lara mostrou dados do relatório da Fundação Cristiano Ottoni – FCO, intitulado como *“Avaliação das Estratégias e Alternativas de Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha”*, tendo como conteúdo *Produtos 5 e 6 – Relatório de Análise da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha após tratamento com Phoslock e Enzilimp*. No referido relatório, datado de agosto de 2019, o Vereador Braulio Lara destacou as informações técnicas apresentadas nas conclusões levantadas pela FCO, destacando que os resultados laboratoriais dos 5 (cinco) parâmetros escolhidos e que foram considerados como a base de constatação para a verificação do atingimento do padrão Classe 3 das águas da Lagoa da Pampulha não apresentaram valores compatíveis com o que dispõe a Resolução CONAMA N° 357/2005. O Vereador Braulio Lara ressaltou que mesmo após a mitigação dos parâmetros existentes na mencionada Resolução, não houve o atingimento permanente do padrão Classe 3 na qualidade das águas da Lagoa. Enfatizou que mesmo após a mitigação dos parâmetros da Resolução e a não constatação da melhoria na qualidade da água na Lagoa, os pagamentos contratuais foram efetivados.

190. Após a explanação do Relator da Comissão, o Presidente da CPI comunicou que as perguntas seriam retomadas.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Piorando, além de ter essa seleção de parâmetros a dedo, verificamos que sequer os padrões pré determinados foram observados. Para relativizar os padrões de qualidade do CONAMA vocês tiveram que obter autorização com quem? Quem foi o responsável por liberar isso e os pagamentos, mesmo havendo comprovação que não foi atendido o critério de qualidade?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que foi uma espécie de consultoria, composta por técnicos e profissionais da Prefeitura de Belo Horizonte juntamente com um corpo acadêmico da UFMG, que sugeriram a adoção de apenas 5 (cinco) critérios dos 68 (sessenta e oito) previstos na Resolução CONAMA N° 357/2005. Disse que não tiveram que obter nenhuma autorização



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e que não houve por parte do CONAMA conhecimento sobre a adoção de apenas 5 (cinco) critérios.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Conforme denunciou a imprensa, o relatório IGAM indica que houve aumento de cianobactérias e concentração de cianotoxinas em 5 dos 17 pontos de monitoramento da lagoa. Pelas óbvias razões já expostas, vale lembrar que o Ministério Público recomendou a não continuidade dos contratos. Por que a insistência em manter o pagamento de contratos tão ineficientes? A secretaria municipal de obras concordou com isso?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que o aumento de cianobactérias e a concentração de cianotoxinas em determinados pontos é normal e aceitável. Informou que em determinados pontos da Lagoa e em determinadas épocas do ano os resultados laboratoriais das amostras retiradas na Lagoa da Pampulha podem apresentar oscilações. Sobre a recomendação do Ministério Público na não continuidade dos contratos, alegou que não tem conhecimento do assunto.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Pelas respostas previamente dadas, comparando com os documentos que temos nessa CPI, o que estamos vendo é uma grande irresponsabilidade no manejo do dinheiro público. Para cuidados com a água da Lagoa da Pampulha, foi feita a licitação SCO/2013 e o Contrato AJ 32/2015, que tiveram gastos superiores aos 29 milhões de reais. Contudo, a própria prefeitura e DGAU sequer sabiam qual a qualidade da água que precisa ser tratada.. Para fazer uma contratação de tamanho vulto, não seria importante fazer um estudo prévio de pelo menos o que a prefeitura pretendia? Como gastar tanto dinheiro sem sequer saber o cenário em que se pretendia cuidar?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que os dados referentes a qualidade da água na Lagoa da Pampulha foram passados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA através de relatórios. Sobre os altos gastos com os serviços executados na Lagoa, disse que são compatíveis com os problemas que afli-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gem a Lagoa e o montante gasto foi resultado das soluções até então implementadas.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Pela sua longa história nos contratos que envolvem a Lagoa da Pampulha, verifica-se que você já coordenou vários processos licitatórios. Você se consideraria uma pessoa com conhecimentos básicos de processos licitatórios?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que nunca participou de nenhum processo licitatório, acrescentando que também nunca foi fiscal de nenhum contrato.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Ainda destacando sua experiência nos processos licitatórios, identificamos mais benefícios instituídos para a empresa que está prestando serviços para a prefeitura. Um dos absurdos deixados no contrato é que fica a cargo da sociedade empresária, contratada, a incumbência de elaborar o “marco zero”, que nada mais é que a própria empresa fixar o padrão inicial da qualidade da água que deveria ser melhorada. Soma-se a isso o fato de o laboratório utilizado pela própria empresa sequer ser acreditado para realizar a atividade descrita. Nesse sentido facilitou-se demasiadamente o trabalho, uma vez que, tendo o ponto de partida sido estipulado pela própria empresa, fica em xeque a própria “eficiência” da execução do contrato. Você não acha contraditório a própria empresa estipular o ponto de partida do padrão que ela deve melhorar? A prefeitura não deveria ter aferido essa informação de forma independente para ela ter o controle efetivo do processo de melhoria da qualidade da água da lagoa da Pampulha? Porque permitiram que a própria empresa atestasse sua efetividade conforme esse “marco zero” que eles mesmos iam criar, possibilitando a manipulação dos dados, inclusive com a utilização de um laboratório que não possui acreditação para tal?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Limitou-se a informar que o laboratório em questão é acreditado e devidamente reconhecido pelos órgãos compe-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tentes. Em relação aos demais questionamentos optou por não tecer nenhum comentário.

Pergunta (Vereador Irlam Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Espera-se de alguém que esteja em seu nível de responsabilidade pelas licitações que envolvem a Lagoa da Pampulha, que ela tenha plena ciência e respeito ao princípio da segregação de funções na licitação, que permite um processo mais íntegro, responsável e seguro. Não obstante, quando observamos o processo de origem do pedido de contratação, passando pela fase interna da licitação, até a fiscalização e execução do contrato, verificamos que você está como responsável em quase todas essas etapas. Por que afrontar esse princípio licitatório? Por que nas Guias de Liberação de Medição de Pagamentos dos contratos da água as únicas assinaturas são as suas e da Ana Paula?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que na qualidade de Diretor da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, não considera irregular a sua participação em diferentes etapas do processo licitatório. Ressaltou que o seu acompanhamento se fez necessário, já que o mesmo possui elevado conhecimento dos assuntos que envolvem os serviços de limpeza, despoluição e desassoreamento da Lagoa da Pampulha.

191. Após a fala do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, o Vereador Irlan Melo explanou sobre o acúmulo de papéis do Diretor da DGAU nos processos licitatórios, enfatizando que tal situação atentou contra o Princípio da Segregação de Funções nas licitações.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): De acordo com o levantamento do IGAM (Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais), que analisa a qualidade da água da Lagoa da Pampulha desde o ano de 2013, houve aumento do percentual de ocorrência da água com característica muito ruim, que passou de 6% para 12%, especialmente nos córregos Sarandi e Olhos D'água. Tendo em vista esses números, não seria esse um indicativo da ineficiência da opção adotada até o momento?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não tem conhecimento sobre este levantamento do IGAM. Optou por não tecer nenhum comentário sobre este questionamento.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): De acordo com o levantamento do IGAM (Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais), que analisa a qualidade da água da Lagoa da Pampulha desde o ano de 2013, houve aumento do percentual de ocorrência da água com característica muito ruim, que passou de 6% para 12%, especialmente nos córregos Sarandi e Olhos D'água. Tendo em vista esses números, não seria esse um indicativo da ineficiência da opção adotada até o momento?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não tem conhecimento sobre este levantamento do IGAM. Optou por não tecer nenhum comentário sobre este questionamento.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Você sabia que desde 1984 há proteção pública patrimonial da Lagoa da Pampulha, quando ocorreu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a orla, o espelho d'água da lagoa, o conjunto paisagístico, a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), a Casa do Baile e o late Tênis Clube pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que tem conhecimento sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha.

192. Após a resposta da pergunta acima feita, o Vereador Bráulio Lara questionou e explanou sobre a atual situação das Enseadas do Zoológico e AABB, que se encontram completamente assoreadas e são reflexos do desrespeito no que se refere a proteção pública e patrimonial dada a Lagoa da Pampulha. O Sr. Ricardo de Miranda Aroeira informou que tem ciência da atual condição das enseadas mencionadas, porém ressaltou que todos os trabalhos executados na Lagoa trouxeram benefícios e diminuição dos problemas que afligem a Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Quando foram colocados os diques nas enseadas AABB e Olhos d'água e as "estradas de serviço" ?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que nunca participou de uma reunião que tratasse desse tema. Não soube precisar quando os diques e as "estradas de serviço" foram instalados no local.

193. Após esta resposta, o Vereador Braulio Lara fez um questionamento sobre o assoreamento de alguns pontos da Lagoa, perguntando se poderia ser possível haver projeção do assoreamento acima da lâmina d'água. Em resposta, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira disse que este fenômeno é possível sendo pela ação da natureza ou pela intervenção do homem.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Se você sabe que há o tombamento e proteção cultural do conjunto arquitetônico, como há a concordância do aterramento de dentro da Lagoa da Pampulha? Por qual motivo a Lagoa da Pampulha foi agredida com o aterramento que hoje é chamado de enseada do zoológico? Por que lá está sendo utilizado como "bota espera" de forma indeterminada?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que o processo de assoreamento da Enseada do Zoológico é um problema que vem ocorrendo de forma paulatina, ou seja, é um problema que se arrasta por vários anos. Ressaltou que embora atualmente seja constatado um alto nível de assoreamento neste local este cenário pode ser revertido, podendo haver espelho d'água no local. Informou que a Enseada do Zoológico vem sendo utilizada como bota-espera ao longo dos anos, porém foram apresentados projetos para a modificação do local de bota-espera que seria próximo do Parque Ecológico. Tal mudança não ocorreu devido ao alto volume de sedimentos retirados do interior da Lagoa sendo que o novo local não comportaria este volume. Ressaltou que a Licença Ambiental vigente, permite a utilização da Enseada do Zoológico como bota-espera.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Atualmente a prefeitura de Belo Horizonte tem feito uma cortina vegetal com plantas invasoras, também conhecidas como leucenas. Pela foto verifica-se que o plantio seguido foi uma intervenção artificial, uma vez que foi sistematicamente plantada de maneira a formar uma cortina. Essas cortinas servem especialmente para tampar os aterros e intervenções irregulares no conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Vale lembrar que a própria leucena não está prevista no conjunto paisagístico da Lagoa. Quando começou o plantio das leucenas na Lagoa da Pampulha? Por qual razão a prefeitura mantém essa planta e não fez a sua remoção?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não tem conhecimento do plantio das Leucenas por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Ressaltou que o referido plantio também não constava em nenhum escopo dos contratos celebrados para as prestações dos serviços executados na Lagoa.

194. Os Vereadores Professor Juliano Lopes e Bráulio Lara ressaltaram a atual descaracterização do projeto paisagístico do Complexo da Lagoa da Pampulha, enfatizaram que o plantio das Leucenas foi intencional e premeditado, haja vista a forma linear que foram plantadas, formando uma espécie de cortina vegetal que foi utilizada para tampar as irregularidades que ocorreram e ocorrem no local.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Por qual razão a prefeitura mantém uma estrada dentro da lagoa da Pampulha, que colabora com o crescimento de mais um aterramento de um braço da Lagoa?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Não teceu nenhum comentário sobre este questionamento, já que não tem conhecimento sobre quando e quem construiu a mencionada estrada de serviço.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quem são as pessoas que fazem parte do COMUSA? Temos conhecimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que um valor da conta de água vai para um fundo de manutenção da Lagoa, procede? E do “grupo de Trabalho”, quem faz parte?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Sobre o COMUSA, informou que é composto por 32 conselheiros, sendo 16 titulares e 16 suplentes, não sabendo informar nominalmente todos os conselheiros. Sobre o fundo de manutenção da Lagoa, ressaltou a existência do Fundo Municipal de Saneamento que foi instituído pela Lei 8.260/2020, que foi resultado dos trabalhos ligados à Política Municipal de Saneamento. Este Código Normativo culminou em determinados parâmetros de distribuição de verbas. Parte destes recursos também são utilizados para o desenvolvimento e execução dos serviços de desassoreamento na Lagoa da Pampulha. Em termos práticos, cerca de 4% da receita líquida da COPASA são destinados ao Fundo Municipal de Saneamento, que também conta com recursos oriundos de uma parte da conta de água e esgoto que foram pagas pelos munícipes de Belo Horizonte. Enfatizou que a destinação destes recursos é precedida por um orçamento prévio no qual são determinadas as áreas e os serviços de saneamento que serão executados. Disse que não existe um fundo exclusivo de manutenção da Lagoa, mas parte do recurso do Fundo Municipal de Saneamento é destinado para a manutenção dos trabalhos que são executados na Lagoa da Pampulha. Em relação ao grupo de trabalho, não soube precisar quem fazia parte.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quais as relações dos contratos atuais da Lagoa com a Andrade Gutierrez? Elas já participaram antes desse período?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que tem conhecimento apenas do contrato SC-050/2013, que foi celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Consórcio Nova Pampulha (Andrade Gutierrez S.A e Ambitec S.A). Informou que atualmente não há nenhum contrato vigente com a Andrade Gutierrez S.A.

Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Quando a UNESCO reconheceu o título de Patrimônio Mundial à Lagoa, houve um acordo com a Unesco que prevê a despoluição, o restabelecimento do espelho d'água da Lagoa da Pampulha e a demolição de um estacionamen-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

to anexo ao late Tênis Clube, restaurando assim o projeto original de Niemeyer. Friso que, conforme se verifica no site da PBH, o espelho d'água e a orla da lagoa também fazem parte desse complexo tombado e reconhecido pelo IEPHA e pelo IPHAN. Quais dessas medidas já foram implementadas? Há preocupação por parte da PBH em Belo Horizonte perder esse título pela inação do Poder Público?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Sobre a demolição de um estacionamento anexo ao late Tênis Clube, informou que não tinha conhecimento relacionado ao fato. Em relação ao espelho d'água e a orla da Lagoa, disse que a Prefeitura tem enorme preocupação com a manutenção e conservação de todo o complexo da Lagoa da Pampulha. Ainda relacionado ao tema do espelho d'água, explanou sobre os contratos que já foram celebrados tendo como finalidade a melhoria da qualidade da água na Lagoa. Ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte tem total ciência da importância do título de Patrimônio Mundial que foi concedido à Lagoa da Pampulha, e por isso vem trabalhando pela manutenção deste título.

195. O Vereador Professor Juliano Lopes pediu a palavra e comunicou aos presentes que o tempo regimental de duração desta reunião estava terminando. Ressaltou que ainda haviam perguntas a serem realizadas pelos membros da CPI ao Sr. Ricardo de Miranda Aroeira. Dito isto, o Presidente da Comissão enfatizou a importância da participação do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, frisando que as informações prestadas foram de grande relevância para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha. Registre-se que o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira foi convidado para participar da reunião desta Comissão a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, tendo em vista a obtenção de informações relacionadas às perguntas que não foram feitas devido ao término da reunião conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

196. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 12h36min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.12 DA 12ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - CONTINUAÇÃO DA OITIVA DO SR. RICARDO DE MIRANDA AROEIRA

197. A décima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 11 de abril de 2023, às 09h36min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também os Vereadores Jorge Santos e Rubão. A Vereadora Flávia Borja participou de forma remota, através de videoconferência. Registre-se que houve o comparecimento da Vereadora Fernanda Pereira Altoé e do Vereador Bruno Miranda.

198. A reunião teve como finalidade a continuação do depoimento do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, tendo em vista que na reunião anterior, realizada no dia 04 de abril de 2023, e, em decorrência do término do tempo regimental previsto para duração das reuniões de Comissões, o depoente não pôde responder todas as perguntas que haviam sido formuladas pelos membros da Comissão.

199. Registre-se que o Presidente da Comissão solicitou a possibilidade de realização das oitivas antes da apresentação dos Requerimentos e dos Documentos que foram recebidos pela Comissão. Após discussão e votação, a Comissão optou por aprovar a solicitação apresentada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

200. Deste modo, o Presidente da CPI deu início a bateria de perguntas que foram direcionadas para o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira. Ressalta-se que também estava marcada para esta reunião a oitiva da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, com previsão de início às 10h30min, neste Plenário.

201. Realizada as considerações iniciais o Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu mais uma vez a presença do Diretor de Gestão de Águas Urbanas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, e comunicou que os vereadores poderiam dar seguimento aos trabalhos da Comissão.

202. O Vereador Braulio Lara pediu a palavra e explanou sobre os contratos que estão vinculados aos serviços prestados na Lagoa da Pampulha, ressaltando que nos últimos anos foram gastos consideráveis recursos financeiros com a despoluição, limpeza e desassoreamento da Lagoa, porém os resultados observados ainda estão longe do ideal, já que em diferentes pontos da Lagoa da Pampulha podem ser constatados um alto grau de assoreamento, de poluição sobrenadante e uma piora relacionada a qualidade das águas na Lagoa. Dito isto, os vereadores apresentaram os seguintes questionamentos:

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Feitas nossas considerações iniciais, não ficou claro na última reunião quais as relações das empresas que tiveram algum contrato na lagoa nos últimos 5 anos com Andrade Gutierrez. Quais as relações das atuais empresas da Lagoa da Pampulha com a Andrade Gutierrez?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não tem conhecimento sobre as relações da Andrade Gutierrez com as atuais empresas que prestam serviços de despoluição, limpeza e desassoreamento na Lagoa da Pampulha. Ressaltou que o contrato SC050/2013, foi celebrado com o Consórcio Pampulha Viva, formado pelas empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A e Ambitec S.A, sendo que os serviços realizados em decorrência do referido contrato foram executados até meados de 2014. Desde então não houve celebração contratual com a Andrade Gutierrez.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Quando a UNESCO reconheceu o título de Patrimônio Mundial à Lagoa, houve um acordo com a Unesco que prevê a despoluição e restabelecimento do espelho d'água da Lagoa da Pampulha e a demolição de um estacionamento anexo ao late Tênis Clube, restaurando assim o projeto original de Niemeyer. Friso que, conforme se verifica do site da PBH, o espelho d'água e a orla da lagoa também fazem parte desse complexo tombado e reconhecido pelo IEPHA e pelo IPHAN. Quais dessas medidas já foram implementadas? Há



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preocupação por parte da PBH em Belo Horizonte perder esse título pela inação do Poder Público?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que o assunto ligado a demolição do estacionamento anexo ao late Tênis Clube não era do seu conhecimento, optando por não se manifestar a respeito. Sobre o espelho d'água e a orla da Lagoa, disse que não poderia comentar o tema, já que a sua atuação e conhecimento estavam voltados para as questões do desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Em relação às medidas que foram tomadas, fez menção aos contratos que foram celebrados desde 2011, que basicamente tinham como finalidade o desenvolvimento e a execução de obras que garantissem uma maior despoluição e uma melhora na qualidade das águas na Lagoa. Enfatizou que em anos anteriores foram constatadas determinadas áreas com alto grau de assoreamento, situação esta que atualmente apresenta um quadro de reversão significativa muito em decorrência dos trabalhos de desassoreamento que foram sendo executados ao longo dos anos. Concluiu-se que todo o recurso despendido na Lagoa, nos últimos anos, foi e está sendo fundamental para a manutenção do Complexo da Lagoa da Pampulha como título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Foi constatado em visita técnica que são retirados milhares de metros cúbicos por mês de rejeitos, que em sua maioria vêm de Contagem. Existe algum plano conjunto entre a prefeitura de Contagem e a de Belo Horizonte, para resolver a questão dos rejeitos sólidos? Por qual razão aguarda-se a chegada dos sobre-nadantes e rejeitos na Lagoa da Pampulha, para somente depois limpá-la?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Sobre a questão dos rejeitos sólidos, fez menção da funcionalidade da Estação de Tratamento de Águas Fluviais, E.T.A.F – Pampulha, que possui capacidade de captar um volume de aproximadamente 0,75m³/por segundo de água. A referida estação recebe as águas dos córregos Ressaca e Sarandi, sendo eles os principais abastecedores e também poluidores da Lagoa da Pampulha. Ressaltou que no período de seca o volume de água que passa pela E.T.A.F é de aproximadamente 2m³/por segundo, porém no período chuvoso este volume pode chegar a 250.000m³/por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

segundo. Enfatizou que no período chuvoso a referida estação de tratamento não entra em operação, ou seja, fica momentaneamente desativada, pois a sua estrutura não comportaria o grande volume de água e poderia sofrer inúmeros danos. O Diretor de Gestão de Águas Urbanas disse que o ideal seria a construção de uma Bacia de Retenção para que a E.T.A.F pudesse ser operada de forma contínua, porém os custos de construção da Bacia de Retenção seriam consideráveis e a própria geografia urbana, populacional e de edificações, na região, teriam que sofrer modificações estruturais de enorme complexidade. Ainda sobre o tema dos rejeitos sólidos, foi citado o canal de desarenação, que tem como finalidade a separação dos materiais sedimentáveis de pequenas dimensões, que diminui o aporte de areia no interior da Lagoa, sendo que no canal dos córregos Ressaca e Sarandi são aplicadas as técnicas de desarenação. Outra técnica mencionada foi a “cortina” de sedimentos, que detém os sedimentos em uma determinada área, método este que também é aplicado na Lagoa da Pampulha. Em relação a existência de um plano conjunto entre a prefeitura de Belo Horizonte e Contagem, para resolver a questão dos rejeitos sólidos, enfatizou sobre a obrigação da COPASA em garantir 100% de tratamento do esgoto na Bacia da Pampulha, fazendo menção ao Acordo Judicial, celebrado entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem, a COPASA e o Ministério Público Federal, homologado pela Justiça Federal, que prevê um Plano de Ação detalhado, com um respectivo cronograma, para que 100% do esgoto na Bacia Hidrológica da Pampulha seja coletado e tratado.

203. Após a resposta do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, a Vereadora Fernanda Pereira Altoé pediu a palavra e explanou sobre uma publicação do Diário Oficial do Município referente ao Processo Licitatório N° 108/2022, que tinha como finalidade a execução de obras no canal do córrego Ressaca objetivando o aumento no volume de vazão do referido canal. Em resposta, o Diretor da DGAU informou que não tinha conhecimento do mencionado processo.

204. O Vereador Bráulio Lara argumentou sobre as técnicas que foram aplicadas na Lagoa da Pampulha, ressaltando que devem ser eliminadas as causas que afligem a Lagoa e não apenas remediar e minimizar os problemas já



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existentes no seu interior. Finalizando a sua fala, o Vereador Braulio Lara perguntou ao Sr. Ricardo de Miranda Aroeira quais eram os maiores problemas da Lagoa. Em resposta, o Diretor de Gestão de Águas Urbanas informou que os dois maiores problemas são o esgoto, que deságua na Lagoa principalmente oriundos dos córregos Ressaca e Sarandi, e o assoreamento. Enfatizou também a ocupação irregular do solo que afeta as políticas, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento e esgotamento.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Você saberia dizer por quais razões algumas medidas eficazes que aconteceram no passado, por exemplo o rebaixamento do espelho d'água, executando a dragagem em pontos de menor profundidade e retirando materiais de locais que momentaneamente não estarão submersos. Por que tais técnicas não acontecem mais? É possível fazer o esvaziamento parcial da Lagoa para o desassoreamento?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que a técnica de rebaixamento do espelho d'água, por um período maior, poderia gerar alguns danos, já que as áreas que orlam a Lagoa da Pampulha poderiam sofrer um processo de erosão, conseqüentemente tal situação acarretaria em possível instabilidade destas áreas. Sobre o rebaixamento, fez menção da aplicação desta técnica na área próxima do vertedouro, local a pequena distância do Aeroporto da Pampulha, porém em caráter provisório e por um período de tempo menor. Ainda sobre esta temática, disse que a aplicação da mencionada técnica incorreria em alto gasto de recurso público. Informou que o procedimento de desassoreamento executado através da escavação e transporte apresenta um menor custo de desenvolvimento e operação.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte fez um "Chamamento Público" seguido do certame SCO 033/2013, para a apresentação de tecnologias passíveis de serem utilizadas na recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Na licitação que foi realizada após esse chamamento público, e que antecedeu o contrato AJ 032/2015, a Prefeitura rece-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

beu diversas soluções tendo desclassificado o método de FLOTFLUX que já era uma tecnologia testada e validada na própria Lagoa, uma vez que a ETAF, que é operada pela COPASA, consegue oferecer uma água de qualidade de Classe 02, ou seja, superior ao da própria meta estipulada para a Lagoa. Por que esse método foi descartado?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que o método de aplicação do Phoslock e do Enzilimp adequou-se com as condições e necessidades existentes na Lagoa da Pampulha, ressaltou que a utilização/aplicação destes agentes químicos ocorreu exclusivamente no interior da Lagoa. Diferentemente deste método, a E.T.A.F é uma estação de tratamento instalada para operar em águas correntes. A dinâmica de funcionamento e operação desta estação e a aplicação do agente químico FlotFlux nesta condição não poderia ser diretamente comparada com a aplicação do Phoslock e do Enzilimp. Sobre a E.T.A.F, disse que a construção da referida estação teve como finalidade a mitigação da poluição oriunda do esgoto dos córregos Ressaca e Sarandi. Resaltou que a referida estação de tratamento, muito embora seja uma barreira bastante eficaz para os resíduos sólidos, não tendo a capacidade de sanar todos os problemas resultantes do esgotamento irregular.

205. Após a fala do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira o Vereador Bráulio Lara pediu a palavra e fez menção do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM, que foi criado no final da década de 1990, tendo como finalidade à gestão integrada da unidade ambiental da “Bacia Hidrográfica da Pampulha”. Esta gestão deveria promover políticas mais eficazes, voltadas para o monitoramento e implementação de medidas públicas de desenvolvimento ambiental, urbano e econômico. Segundo o Vereador e Relator da Comissão, mesmo após a criação do PROPAM e a posterior construção da E.T.A.F o Poder Público não conseguiu resolver de fato todos os problemas que afligiam a Lagoa. Resaltou ainda os altos gastos de recursos públicos que foram utilizados na despoluição e desassoreamento da Lagoa da Pampulha, porém os resultados alcançados ainda estão longe do ideal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Os contratos de inexigibilidade foram justificados com base no resultado do chamamento público, que escolheu o atual e ineficiente padrão de tratamento da Lagoa da Pampulha. Qual foi o critério dessa escolha? Por que diversas outras empresas foram desclassificadas?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que não considera ineficiente o atual padrão de tratamento, enfatizando que o critério escolhido foi embasado em aspectos técnicos, provenientes de robustos estudos científicos que atestaram a utilização de biorremediação para a melhoria da qualidade das águas da Lagoa. Ressaltou que o Consórcio Pampulha Viva era a única empresa apta para comercializar e aplicar os agentes químicos Phoslock e Enzilimp, destacando os serviços executados pela empresa resultantes do contrato firmado em 2015. O Sr. Ricardo de Miranda Aroeira também destacou a experiência da empresa na atuação e execução de serviços desta especificidade e natureza, fato este que também foi levantado para justificar a inexigibilidade do contrato celebrado em 2018.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

No “Chamamento Público”, seguido pelo certame SCO 033/2013, verificou-se na Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preço, que você enviou para a empresa DT Engenharia proposta que complementa o edital para alterar o padrão de qualidade da água, mudando-o da Classe 3 para a Classe 2. Assim, apenas a DT Engenharia teve a apresentação de proposta para melhora da água para a Classe 2, o que é significativamente mais caro e mais difícil de se obter. Por qual razão você discriminou um participante do processo licitatório, ferindo o princípio da ampla concorrência?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Informou que não se recorda de ter solicitado à empresa DT Engenharia proposta que alterasse o padrão de qualidade da água.

206. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara mostrou o documento referente a Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preços da Licitação SCO 033/2013, Processo nº 01-055.158/13-50. No referido documento, no item 3, a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

empresa DT Engenharia solicitou a inclusão da seguinte observação na ata antes da abertura das propostas comerciais: Antes da referida publicação ocorrida em 23 de julho de 2023 a DT Engenharia recebeu diretamente do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira proposta no âmbito da supracitada licitação, mediante documentação que complementava e atualizava o disposto no Edital SCO 033/2013, conforme e-mail por ele enviado em 27 de abril de 2015 no qual solicitou nova proposta técnica a participante DT Engenharia, no âmbito da licitação, porém com alteração no que se refere o padrão de classe de qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Ressalta-se que a proposta inicial apresentada em 2013 foi considerada o atendimento sobre o padrão de qualidade classe 3. Na proposta solicitada em abril de 2015 foi solicitada a avaliação e a possibilidade de atendimento no padrão classe 2. Também foi solicitado à DT Engenharia que enviasse proposta para eventual processo de contratação por inexigibilidade.

207. No momento posterior à apresentação do documento, o Relator da Comissão, Vereador Braulio Lara, questionou o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira sobre o mencionado e-mail e o seu conteúdo. O Sr. Ricardo de Miranda Aroeira informou que não se lembrava do referido e-mail, enfatizou que já haviam se passado muitos anos e que o volume de documentos analisados por ele era bastante extenso, não podendo afirmar que de fato tenha enviado o e-mail. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou a palavra e enfatizou que era de fundamental importância os esclarecimentos em relação aos trâmites do processo licitatório e as circunstâncias que levaram o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira ao envio do e-mail e o pedido de mudança no enquadramento do padrão de qualidade da água, enfatizou que tal conduta contraria os princípios norteadores do certame.

208. Registre-se que após a fala da Vereadora Fernanda Pereira Altoé o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira foi interrompido pelo Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, o Procurador alegou que os vereadores estavam tratando o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira como um investigado e não na qualidade de testemunha, solicitando aos vereadores da Comissão a modificação da condição de testemunha para a de investigado, e que o Diretor de Gestão de Águas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Urbanas poderia ficar em silêncio. Houve o questionamento por parte dos membros da Comissão sobre o dever do Procurador Municipal em defender e zelar pelos interesses da Prefeitura de Belo Horizonte e do erário público em detrimento das possíveis irregularidades no processo licitatório em discussão.

209. Em resposta, o Procurador alegou que estava defendendo o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e que os questionamentos feitos já o tratavam como investigado. Momento este que o Diretor de Gestão de Águas Urbanas pediu a palavra e ressaltou que estava participando da reunião para contribuir com os trabalhos da CPI, porém não poderia falar sobre o processo licitatório em discussão, pois não se lembrava do e-mail enviado e nem dos trâmites relacionados ao processo.

210. O Presidente da Comissão, Professor Juliano Lopes, comunicou que o tempo regimental de duração da reunião estava no fim e era necessário a continuidade das perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Outro ponto questionável e que mostra indução do “Chamamento Público”, seguido pelo certame SCO 033/2013 é que apesar de aberto em 2013, houve uma paralisação informal do certame, e, somente em 2015 a Prefeitura pediu novas informações, solicitando exclusivamente para a DT Engenharia a proposta de qualidade de água para Classe 2. Coincidentemente, a única proposta remanescente habilitada, que não foi induzida a erro ou desclassificada, foi a empresa que até hoje está contratada por inexigibilidade, o Consórcio Pampulha Viva. Essa indução do processo e manutenção desse ineficaz contrato não nos leva a crer que alguém deve estar tirando vantagem desse cenário?

Resposta (Ricardo de Miranda Aroeira): Disse que a referida paralisação foi resultado de uma decisão da Prefeitura de Belo Horizonte, mas informou que não tem conhecimento sobre os motivos que levaram a Prefeitura a paralisar o certame, optando por não fazer nenhum outro comentário a respeito.

211. Após a resposta do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, o Vereador Bruno Miranda solicitou a palavra e fez menção da Ação Civil Pública, que objetivou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

analisar as possíveis irregularidades nos contratos de despoluição e desassoreamento na Lagoa da Pampulha e consequentemente a responsabilização cível e criminal dos agentes envolvidos nos contratos. Ainda sobre o tema, o Vereador Bruno Miranda enfatizou que a mencionada ação foi arquivada pelo Ministério Público Estadual – MPE, ressaltando que os resultados de despoluição e desassoreamento da Lagoa da Pampulha são satisfatórios. O Diretor de Gestão de Águas Urbanas informou que atualmente está em trâmite um novo processo licitatório para contratação de empresa com a finalidade de execução de serviços de desassoreamento.

212. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé pediu a palavra e fez menção do processo licitatório que antecedeu o contrato AJ 032/2015. Segundo informações provenientes de documentos oficiais em 08 de abril de 2011 houve o chamamento público, no qual 10 (dez) empresas se habilitaram para apresentarem tecnologias e métodos visando a aplicação e execução de serviços para a melhoria da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha. Em 2013, ano que ocorreu o processo licitatório, apenas 3 (três) empresas participaram do referido certame, porém apenas 1 (uma) preencheu os requisitos solicitados. A empresa vencedora foi o Consórcio Pampulha Viva, que curiosamente no ano de 2018 foi a empresa escolhida para manter os serviços de melhoria da qualidade das águas na Lagoa, denominado contrato AJ 057/2018. Destaca-se que em 2018 a modalidade de escolha da mencionada empresa foi por Inexigibilidade, ou seja, não houve a apresentação de propostas por outras participantes. Ao ser questionado, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira informou que há época a empresa Consórcio Pampulha Viva era a única que atingia os padrões adequados para o acompanhamento e a execução dos serviços de melhoria da qualidade das águas, destacando o enquadramento no padrão Classe 3 para a Lagoa da Pampulha.

213. Momento este que o Vereador Braulio Lara questionou o atingimento do padrão Classe 3 para as águas da Lagoa. O Relator da Comissão fez menção aos Relatórios 5 e 6 da Fundação Christiano Ottoni, datado de 19 de agosto de 2019, onde em determinados trechos do referido relatório pode-se concluir que raramente as águas da Lagoa da Pampulha atingiram o padrão de Classe 3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Concluindo a sua fala, o Vereador Braulio Lara ressaltou que os serviços executados para a melhoria da qualidade das águas não obtiveram resultados eficientes, destacando também os altos recursos financeiros que foram direcionados para a empresa Consórcio Pampulha Viva.

214. O Presidente da Comissão pediu a palavra e comunicou aos presentes que o tempo destinado para a oitiva do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira havia terminado, aproveitou a oportunidade para agradecer a presença de todos, inclusive do Diretor de Gestão de Águas Urbanas de Belo Horizonte. Ressaltou que na reunião também estava prevista para às 10h30min a oitiva da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, porém não foi possível a realização desta oitiva. Após deliberação e discussão com os demais membros presentes da CPI, o Presidente da Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, convidou a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado para participar da próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, a realizar-se no dia 18 de abril de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes, nesta Casa Legislativa.

215. Em seguida o Presidente da Comissão fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

216. Requerimento de Comissão nº 778/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da DT Engenharia para, por meio de seu representante, comparecer ou indicar colaborador para prestar esclarecimentos, pessoalmente, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. O Vereador Braulio Lara solicitou que o Requerimento fosse objeto de apreciação na próxima reunião, já que, por questões de cronograma do Plano de Trabalho haveria um reagendamento das oitivas previstas. Discutido e votado, a Comissão optou pelo adiamento da apreciação do Requerimento, que será apreciado na próxima reunião, a realizar-se no dia 18 de abril de 2023.

217. Requerimento de Comissão nº 779/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da ETC Empreendimentos e Tecnolo-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gia em Construções LTDA para, por meio de seu representante, comparecer ou indicar colaborador para prestar esclarecimentos, pessoalmente, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h00-min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. O Vereador Braulio Lara solicitou que o Requerimento fosse objeto de apreciação na próxima reunião, já que, por questões de cronograma do Plano de Trabalho haveria um reagendamento das oitivas previstas. Discutido e votado, a Comissão optou pelo adiamento da apreciação do Requerimento, que será apreciado na próxima reunião, a realizar-se no dia 18 de abril de 2023.

218. Requerimento de Comissão nº 780/2023. Solicitação de pedido de informação à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, tendo como finalidade a obtenção de informações sobre o acordo que prevê a implantação de um plano de despoluição da Lagoa da Pampulha, homologado pela Justiça Federal e que foi celebrado entre as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e o Ministério Público Federal – MPF. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

XV - I- Requerimento de Comissão nº 781/2023. Solicitação de pedido de informação à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, tendo como finalidade a obtenção de informações referentes à Estação de Tratamento de Água Fluvial – E.T.A.F, a respeito da sua operação desde 2012 sem a respectiva Licença Ambiental. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara.

219. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

220. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos e Indicações da Comissão:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Pt 1657/2023	DOCUMENTO PROT. N° 001657/2023 OFÍCIO GAB-PGM/ CMBH N° 0842/2023
Requerimento de Comissão n° 454/2023	DOCUMENTO PROT. N° 001767/2023

221. Após a leitura das respostas aos Requerimentos, o Presidente da Comissão informou o encerramento dos trabalhos da CPI. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 12h09min.

III.13 DA 13ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DO SR. NEVES PACHECO - COPASA

222. A décima terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 18 de abril de 2023, às 09h40min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também os Vereadores Irlan Melo e Rubão. A Vereadora Flávia Borja e o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares participaram de forma remota, através de videoconferência.

223. Registre-se que houve o comparecimento dos Vereadores Bruno Miranda, Wagner Ferreira e Wanderley Porto.

224. A reunião teve como finalidade o depoimento do Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, Sr. Sergio Neves Pacheco.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

225. Estava prevista também, às 10h30min, a participação da Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado.

226. O Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e solicitou a possibilidade de realização das oitivas antes da apresentação dos Requerimentos e dos Documentos que foram recebidos pela Comissão. Após discussão e votação, a Comissão optou por aprovar a solicitação apresentada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

227. Deste modo, o Presidente da CPI comunicou que daria início a bateria de perguntas que seriam direcionadas para o Sr. Sergio Neves Pacheco. Momento este que o Relator da Comissão iniciou com a seguinte pergunta:

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Fale-nos sobre seu histórico profissional, há quanto tempo está na COPASA? Quais funções exercidas na Companhia? Qual a função que ocupa hoje na COPASA?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que trabalha na Companhia de Saneamento de Minas Gerais a aproximadamente 34 anos, sendo os primeiros 3 anos como colaborador contratado e 31 anos como servidor concursado. Disse que durante a sua trajetória profissional na COPASA também prestou serviços na área de engenharia de produção e que vem ocupando, nos últimos 4 anos, um cargo na Superintendência da mencionada companhia. Atualmente exerce a função de gestor na divisão denominada Empreendimentos de Grande Porte da COPASA.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Para entendermos e também para esclarecimentos ao público que nos acompanha, explique, por favor, a nível de decisão, a atuação da COPASA junto às Prefeituras Municipais. Quais são os serviços prestados pela COPASA? Como se dá a concessão desse serviço público?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que a atuação da COPASA está vinculada ao contrato de prestação de serviços que são celebrados com os municípios de Minas Gerais. Ressaltou que em relação a Prefeitura de Belo Hori-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

zonte o contrato celebrado com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais tem vigência até 2032. Sobre a temática dos serviços prestados pela companhia, disse que em termos gerais os contratos têm como finalidade a retirada, a coleta e o tratamento do esgotamento sanitário, enfatizando que em relação ao município de Belo Horizonte as execuções destes serviços são pautadas conforme as diretrizes do Plano Diretor e o Plano de Saneamento Municipal. Sobre a despoluição da Lagoa da Pampulha fez menção sobre as políticas adotadas em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil em 2014, e tinha Belo Horizonte como uma das cidades-sede. Deste modo, foram necessárias a realização de obras de revitalização do complexo da Lagoa da Pampulha, bem como obras de saneamento e esgotamento sanitário, principalmente nos Córregos Ressaca e Sarandi, principais afluentes e poluidores da Lagoa. Porém as metas propostas para 2014 não foram atingidas, somente em 2016 a COPASA conseguiu atingir o índice de 95% de cobertura do esgotamento na Bacia Hidrológica da Pampulha.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Como acontecem as decisões a nível de obras? A definição sobre quais são as obras necessárias, é por demanda das prefeituras? Ou por indicação da COPASA? E a quantificação de orçamentos e alocação de recursos, ocorre em que momento?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que as decisões sobre as obras são tomadas conjuntamente entre a Prefeitura, a COPASA e o Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA. Ressaltou que a companhia também realiza determinados levantamentos resultantes do monitoramento no sistema de rede de esgotamento sanitário.

228. O Vereador Braulio Lara pediu a palavra e indagou sobre o monitoramento que foi realizado pela companhia no que se refere aos imóveis que não possuem rede de esgoto canalizado. O Relator da Comissão enfatizou que um dos maiores problemas da Lagoa da Pampulha está relacionado a poluição oriunda dos imóveis que não possuem rede de esgoto canalizado e conse-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quentemente estes resíduos deságuam na Lagoa através dos Córregos Ressa-
ca e Sarandi.

229. Após esta explanação, o Relator da CPI questionou sobre as medidas adotadas pela COPASA para sanar este problema. Em resposta, o Sr. Sérgio Neves Pacheco afirmou que existe um trabalho conjunto com a Vigilância Sanitária dos municípios. Acrescentou que a partir do momento que a COPASA verifica que um determinado imóvel não tem rede de esgoto canalizado o seu proprietário é notificado, tendo 90 (noventa) dias para regularizar a situação.

230. O Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana da COPASA informou que a mencionada companhia possui uma lista com os imóveis que não estão cobertos pela rede de esgoto e que periodicamente esta lista é encaminhada para a Vigilância Sanitária do município onde estão localizados os imóveis. Ressaltou que atualmente existem cerca de 9.759 imóveis sem a devida ligação de rede, sendo que aproximadamente 70% destas construções estão localizadas no município de Contagem e 30% em Belo Horizonte.

231. Ainda sobre a temática dos imóveis, que não possuem ligação regular de esgoto, o Sr. Sérgio Neves Pacheco acrescentou que a COPASA realiza o levantamento dos proprietários que possuem condição financeira para arcar com os gastos de ligação da rede de esgoto e àqueles que não possuem capacidade financeira para a realização da obra de canalização do esgoto. Acrescentou que o respectivo levantamento é importante para que o Poder Público possa realizar um planejamento para custear as obras nos domicílios dos indivíduos que não possuem capacidade financeira para tal.

232. Após a resposta acima mencionada o Presidente da CPI perguntou qual era a medida adotada para àqueles proprietários dos imóveis que não possuíam rede de esgoto canalizada e não haviam tomado nenhuma providência dentro do prazo de 90 (noventa dias) contados a partir da notificação da COPASA. Em resposta, o Sr. Sergio Neves Pacheco fez menção a Resolução da ARSAE (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais), dispondo que após a notificação da COPASA e decorrido o prazo de 90 dias sem que o proprietário tenha tomado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as providências necessárias, para sanar o problema, a Vigilância Sanitária deverá ser comunicada para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

233. Ainda sobre o tema supracitado, o Vereador Braulio Lara perguntou sobre as medidas que poderiam ser tomadas pela COPASA, no momento posterior à notificação e a verificação do descumprimento por parte do notificado. Em resposta, o Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana da COPASA afirmou que a referida companhia não possui Poder de Polícia, deste modo é desprovida da capacidade de adentrar no imóvel, que não tem rede de esgotamento sanitário, sem a autorização do proprietário e sequer tem a possibilidade legal de tomar medidas mais incisivas, restando apenas a comunicação formal da COPASA à Vigilância Sanitária da situação irregular do imóvel.

234. O Relator da Comissão solicitou a palavra e fez menção ao acordo homologado pela Justiça Federal envolvendo a COPASA, os municípios de Belo Horizonte e Contagem, e o Ministério Público Federal. Ressaltou que o acordo prevê um plano de execução de obras tendo como finalidade a eliminação por completo de resíduos oriundos de esgoto sanitário que deságua na Lagoa da Pampulha, sendo que as obras serão realizadas ao longo dos próximos 5 anos com investimento de R\$ 146.500.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e quinhentos mil reais), conforme plano de ação apresentado pela COPASA. Sobre o acordo, o Vereador Braulio Lara questionou se seria possível, em 5 anos, o atingimento de 100% de cobertura da rede de esgotamento sanitário na Bacia Hidrológica da Lagoa da Pampulha. Em resposta, o Sr. Sérgio Neves Pacheco informou que a COPASA dispõe de recurso financeiro suficiente para a execução das obras previstas no acordo homologado, porém ressaltou que um dos pontos mais complexos está relacionado ao planejamento das obras, já que, envolve os municípios de Belo Horizonte e Contagem. Ainda sobre o tema, o Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana da COPASA, enfatizou que o grau de complexidade na realização das ligações dos imóveis na rede de esgotamento da companhia é considerável, pois não envolve somente as obras de engenharia, mas também questões sociais, áreas com irregular ocupação do solo e burocracia para resolver as intervenções que são ne-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cessárias nos domicílios que não tem ligação na rede de esgotamento sanitário.

235. Após a resposta, o Sr. Sérgio Neves Pacheco solicitou à Comissão a possibilidade de realizar uma breve apresentação sobre as medidas que foram adotadas pela COPASA em relação a despoluição da Lagoa da Pampulha e o mapeamento da rede de esgotamento sanitário na Bacia Hidrológica da Lagoa da Pampulha.

236. Após a apresentação, o Vereador Rubão indagou sobre a forma pela qual a COPASA quantifica o seu orçamento e como é feita a definição de alocação dos recursos da companhia. Em resposta, o Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana, informou que a companhia realiza um planejamento orçamentário plurianual que contempla a previsão orçamentária de gastos e o direcionamento/alocação dos investimentos.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Sobre a ETAF (Estação de Tratamento de Afluentes Fluviais) existente na Pampulha, tivemos acesso a relatórios emitidos pela COPASA que fazem algumas afirmativas relevantes, que gostaríamos de confirmações: a ETAF possui estrutura para remoção de resíduos sólidos sobrenadantes, que propicia a remoção de 100% dos resíduos sólidos grosseiros. Isso mesmo?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que sim, a E.T.A.F possui estrutura para remoção de 100% dos resíduos sólidos.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): E a estrutura para remoção de sedimentos? O canal desarenador da ETAF foi planejado e construído de tal forma que ocorre o depósito de sedimentos no canal desarenador. Isso mesmo?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Em relação a estrutura para remoção de sedimentos informou que a referida estação tem a capacidade de remoção de lixo e sobrenadantes. Em relação ao canal desarenador afirmou que a E.T.A.F também possui capacidade de retenção da areia carregada pelos córregos Resaca e Sarandi.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

O processo de flotação remove o esgoto carreado até a ETAF, que é enviado de forma automatizada para a ETE Onça (Estação de Tratamento de Esgoto) e no final do processo de operação da ETAF, a água devolvida para a Lagoa da Pampulha é classificada como “classe 3” ou “classe 2”?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que não tem conhecimento técnico sobre o referido assunto, optando por não fazer nenhum comentário sobre este questionamento.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Qual a eficiência de remoção de fósforo e da matéria orgânica no processo de tratamento realizado pela ETAF?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Em termos quantitativos não soube precisar sobre a eficiência de remoção de fósforo no tratamento realizado pela E.T.A.F, apenas informou que a remoção de fósforo nos períodos de seca é satisfatória.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Qual o custo médio mensal de operação da ETAF Pampulha?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que o custo é de aproximadamente R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) a R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) por mês.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Conforme noticiado a ETAF está sem licença ambiental desde 2012. Quais impactos e problemas isso traz para a Lagoa da Pampulha? Por qual razão o licenciamento não foi liberado? Qual a razão da não liberação do licenciamento ambiental?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que a operação da E.T.A.F não gera impactos ambientais, ressaltando que não tem muitas informações e conhecimento sobre o processo de obtenção de licença ambiental, porém enfatizou que atualmente não há legislação específica para regulamentação de estações de tratamento semelhantes a E.T.A.F. Sobre a não liberação do licenciamento ambiental, optou por não fazer nenhum apontamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

237. Após a resposta, o Vereador Wanderley Porto pediu a palavra e fez menção sobre os Decretos de utilidade pública, onde a Prefeitura de Belo Horizonte pode tornar mais célere os trâmites que envolvem as intervenções da COPASA nos imóveis que não possuem ligação com a rede de esgotamento. Ainda sobre esta temática o Vereador citou as obras no bairro Jardim Alvorada, que segundo o cronograma de execução encontram-se atrasadas. Ressaltou ainda que o referido atraso está relacionado à complexidade que envolve a intervenção compulsória da COPASA em imóvel particular.

238. O Vereador Wanderley Porto enfatizou sobre a existência de uma notificação da PBH que foi direcionada para a COPASA devido ao mencionado atraso. O Vereador também fez menção da notificação, datada de 16 de dezembro de 2022, da PBH à COPASA referente ao mau cheiro na orla da Lagoa da Pampulha, próximo a Praça Aleijadinho. Sérgio Neves Pacheco informou que o problema estava relacionado a corrosão de um interceptor da rede de esgoto, sendo realizado um reparo para mitigar o problema, já que, a solução definitiva ocorreu em momento posterior.

239. O Vereador Bráulio Lara citou o acordo homologado pela Justiça Federal, e que prevê um investimento de R\$146.000.000,00 (cento e quarenta e seis milhões de reais), em 5 anos. Sobre o acordo, o Relator da Comissão questionou a complexidade da execução das obras de esgotamento sanitário e o tempo estipulado para a finalização dos serviços. Em resposta, o Superintendente da Unidade de Negócio Metropolitana da COPASA enfatizou que o problema não está relacionado aos recursos financeiros, mas de projeto, pois envolve a participação da companhia, dos municípios de Belo Horizonte e Contagem, a intervenção em determinados imóveis e políticas sociais.

240. O Vereador Wanderley Porto solicitou a palavra e indagou sobre a diminuição de colaboradores nos quadros de empregados da COPASA e um possível impacto no cronograma de execução dos serviços previstos no acordo. Em resposta, Sérgio Neves Pacheco disse que determinados trabalhos serão executados por empresas contratadas, deste modo a execução das obras não sofrerá atrasos no cronograma de atividades.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Em reunião anterior feita por essa CPI, o Superintendente da SUDECAP, Henrique Castilho, foi questionado sobre o motivo de não se instalar outra ETAF para solução do problema da Pampulha, respondendo que a “ETAF é com a COPASA”. No histórico dessa ETAF em funcionamento na Pampulha, temos que as obras foram realizadas por “empresa” contratada pela PBH e atualmente é operada pela COPASA. Como foi o processo de construção da ETAF? Quem executou essa obra?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Disse que a obra de construção da ETAF foi executada pela Prefeitura de Belo Horizonte através da SUDECAP, ressaltando que a mencionada estação seria uma instalação temporária.

241. O Vereador Braulio Lara indagou sobre o Plano de Ação não conter a instalação de outras ETAF`s nos demais afluentes da Lagoa da Pampulha, já que, nos períodos de seca a referida estação retém os resíduos sólidos nas áreas localizadas em pontos que não estão no interior da Lagoa, enfatizando que o trabalho deve ser realizado em toda a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha, e não somente no interior da Lagoa.

242. O Vereador Irlan Melo ressaltou que tem a impressão que o Poder Público não tem interesse de sanar os reais problemas da Lagoa, fazendo menção a conduta criminal tipificada como Prevaricação, crime praticado por funcionário público contra a administração consistindo em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse próprio. Ainda sobre o tema, o Vereador disse que as irregularidades ocorridas e constatadas na Lagoa poderão resultar no indiciamento dos envolvidos.

243. O Vereador Wagner Ferreira fez menção à Lei Ordinária nº 16.197/2006, que criou a Área de Proteção Ambiental da Vargem das Flores, situada nos municípios de Betim e Contagem. Logo em seguida perguntou a Sergio Neves Pacheco se a Várzea das Flores poderia se tornar uma Lagoa da Pampulha devido às ocupações irregulares. Sérgio Neves Pacheco informou que não conseguiu entender os motivos da pergunta, já que, cada local tem suas peculiari-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dades, porém ressaltou que o Poder Público deve monitorar os locais semelhanças a Lagoa da Pampulha para que não atinjam um grau elevado de degradação.

244. Sobre a ETAF, o Vereador Wagner Ferreira perguntou sobre os profissionais que operam a referida estação de tratamento. Em resposta, Sergio Neves Pacheco informou que a mencionada estação é operada por uma equipe própria da COPASA.

245. Após a explanação de Sergio Neves Pacheco, o Vereador Bráulio Lara perguntou sobre o cumprimento do Plano de Trabalho previsto no acordo homologado pela Justiça Federal. Em resposta, o servidor da COPASA informou que a expectativa é o integral cumprimento do acordo em 5 (cinco) anos.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Tivemos acesso ao “plano de ação” apresentado que deu origem ao acordo. Necessário esclarecer para a população de Belo Horizonte, de Contagem, e para todo o público que nos acompanha, especialmente porque estamos falando de um patrimônio mundial. Esse “plano”, esse “acordo” diz respeito somente a esgoto. Portanto, os outros 02 principais problemas, que dizem respeito ao assoreamento e ao lixo sobrenadante não são abarcados por esse “plano/acordo”. Sobre o Plano, temos algumas questões:

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Para cada um dos 10.000 domicílios que não possuem conexão com o esgoto, foram feitas notificações individualizadas aos munícipes e à própria prefeitura?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que aproximadamente 1.550 domicílios que possuem capacidade técnica para conexão com a rede de esgotamento sanitário foram notificados. Ressaltou que tais notificações não têm caráter judicial, mas são notificações formais da COPASA.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Neste caso em específico, o anexo OPPBH582, do Plano de Ação, demonstra um caso em uma casa de melhor padrão financeiro. Indica-se a necessidade de um investimento da COPASA de R\$5.630,08 e que só pode ser realizado quando houver os processos de desapropriação e liberação de faixas de servi-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dão pelo município. Desde quando esses requisitos estão solicitados? Por que essa obra não foi implementada anteriormente?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Sobre o valor de investimento, no referido caso, informou que o custo de implementação é irrelevante. Em relação aos processos de desapropriação e liberação de faixas de servidão pelo município, disse que são bastante complexos e podem impactar no planejamento de execução de um determinado serviço e aumentar o tempo da obra.

246. Após a resposta, o Relator da CPI explanou sobre a individualização das notificações e as condições presentes nos imóveis que necessitam de alguma intervenção por parte da COPASA. Ressaltou que tais aspectos afetam diretamente a dinâmica de cronograma do trabalho, criticando a ineficiência não somente da COPASA, mas também dos municípios de Belo Horizonte e Contagem pela falta de coordenação nas atividades e ações que são necessárias para a efetivação dos serviços que são necessários para sanar o problema do esgotamento sanitário e a despoluição da Lagoa da Pampulha. Em seguida as perguntas foram retomadas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): A COPASA faz monitoramento das redes para saber onde está havendo lançamento de esgoto clandestino? Qual a periodicidade desse monitoramento? Quando constatado o que foi feito?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que o monitoramento das redes ocorre de forma frequente pois trata-se de rotina da companhia. Disse que os imóveis que não possuem ligação com a rede de esgotamento passam por uma avaliação técnica que tem como objetivo a verificação da estrutura do imóvel, e, se possível, como serão realizados os serviços de ligação. Ressaltou que em determinados domicílios não é possível fazer a ligação pois não há condição técnica, seja por um aspecto estrutural ou de localização.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Os esgotos provenientes dos estabelecimentos comerciais e industriais estão incluídos em 100% do plano?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Disse que tais estabelecimentos não estão inclusos no Plano de Trabalho que consta no acordo homologado pela Justiça Federal. Enfatizou que estes estabelecimentos foram monitorados para desenvolvimento de ações conjuntas entre a companhia, os municípios e os proprietários dos imóveis.

Haverá desapropriações e indenizações de áreas para cumprimento do acordo? Quem irá custear isso e tomar as providências necessárias?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Informou que são previstas algumas desapropriações, e que estas medidas constam no Plano de Trabalho. Enfatizou sobre a necessidade de haver uma ação conjunta entre a COPASA e os municípios de Contagem, Belo Horizonte e os órgãos fiscalizadores. Sobre o custeio das desapropriações disse que as obras que deverão ser realizadas pela COPASA estão contempladas nos valores de investimento que constam no Plano de Trabalho. Porém sobre as desapropriações, informou que se faz necessário um levantamento conjunto entre as partes envolvidas no acordo homologado.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): No contrato de financiamento firmado entre a PBH e o BB Viena, no valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), constituiu o financiamento pelo BB Viena de US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares americanos) e a contrapartida seria US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares americanos) em investimentos realizados pela COPASA. Sem prejuízo de outras fontes de financiamento, a aplicação dessa contrapartida de US\$75.000.000,00 de recursos pela COPASA foi integralizada/concluída?

Resposta (Sergio Neves Pacheco): Disse que não acompanhou este processo e não teria condições de falar sobre o assunto. Ressaltou que começou a desenvolver suas atividades na Lagoa da Pampulha em meados de 2021.

Após a resposta, o Vereador Bruno Miranda solicitou a palavra e informou aos presentes alguns dados. Sobre a ETAF disse que a referida estação de tratamento remove aproximadamente 27 toneladas de resíduos sólidos por mês e que os serviços da COPASA estão voltados para sanar os problemas de esgo-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

to. Ressaltou a importância da ETAF e da COPASA no processo de despoluição da Lagoa da Pampulha.

No momento seguinte à explanação do Vereador Bruno Miranda o Presidente da Comissão agradeceu a presença de Sergio Neves Pacheco e comunicou que as perguntas seriam destinadas para a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado. Deste modo, iniciou-se os questionamentos a Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas.

Registre-se que a pedido do Vereador Juliano Lopes, a Engenheira da DGAU prestou o compromisso de dizer a verdade, conforme dispõe o art. 213, CPP c/c art. 342, CP, durante a oitiva.

Pergunta (Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Você poderia expor para essa comissão quando você ingressou na Prefeitura de Belo Horizonte? Quais as suas funções e quais contratos você é fiscal?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Informou que no ano de 2008 prestou concurso público para ingressar no quadro de servidores municipais de Belo Horizonte. Iniciou suas atividades na Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, onde permaneceu até meados de 2018. Em 2018 foi transferida para a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, momento este que passou a integrar a equipe responsável pelo desenvolvimento do Plano Diretor de Drenagem, onde são desenvolvidos estudos e definições da política municipal de combates as enchentes e planejamento das ações que são necessárias para potencializar o sistema de drenagem pluvial e fluvial em Belo Horizonte. Neste mesmo ano começou a desenvolver estudos técnicos sobre a Lagoa da Pampulha e se tornou Fiscal de Contrato em determinados serviços que foram executados na Lagoa.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Percebemos sua proximidade e preocupação com o Ricardo Aroeira na última reunião. Qual sua relação com ele? Vocês possuem algum tipo de negócio ou parceria fora da prefeitura? Com que frequência vocês se encontram?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Disse que o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira é o seu gestor, conseqüentemente ambos possuem uma rela-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção profissional. Ressaltou que fora do ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte ambos não possuem nenhum tipo de negócio e/ou parceria.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Como foi destacado na última reunião, um dos contratos que está sendo investigado por essa CPI é o contrato AJ 32/2015, que posteriormente foi renovado pelo contrato AJ 57/2018, nos quais possuem uma história interessante, tanto de sua construção bem como de seus desdobramentos. Tais contratos realizados por um chamamento público e posteriormente por inexigibilidade de licitação, possuem como principal objetivo a recuperação da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, para o atingimento de seu padrão de qualidade de classe 3. O Ricardo Aroeira falou que foi atingido o padrão classe 3 de qualidade de água da Pampulha, mesmo com relatórios da própria prefeitura que mostram o contrário. Você concorda com o que ele falou ou você concorda com o relatório?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Disse que os Relatórios Técnicos, desenvolvidos pela Fundação Christiano Ottoni - FCO, não devem ser analisados de forma isolada. Ressaltou que em relação ao monitoramento realizado pela FCO foram desenvolvidos 8 relatórios, e ao analisar todos os documentos pode-se chegar à conclusão que a qualidade da água na Lagoa da Pampulha atingiu os padrões de Classe 3, conforme dispõe a Resolução CONAMA nº 357/2005. Ainda sobre a temática, informou que desde 2016 são monitorados 14 pontos na Lagoa, onde são retiradas as amostras para a posterior análise laboratorial. Em relação a tais pontos de coleta, disse que em alguns pontos, cerca de 3, não apresentaram resultados dentro do padrão contratual exigido. Sobre os relatórios da FCO, pontuou que as conclusões atestam a efetividade e continuidade da aplicação dos agentes químicos para a manutenção e melhoria da qualidade da água na Lagoa.

247. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara pediu a palavra e fez um questionamento sobre a real condição das águas no interior da Lagoa. Sobre o tema, o Relator da Comissão fez menção aos dados do Relatório Técnico 5 e 6 da Fundação Christiano Ottoni, onde em determinados trechos foi possível ex-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trair informações relacionadas ao padrão de qualidade da água, que atingiu o padrão Classe 3 em determinados períodos do ano e em locais pontuais.

248. O Relator da CPI também enfatizou os altos gastos para a execução da biorremediação e a apresentação de resultados insatisfatórios. Em resposta, a Engenheira da DGAU ressaltou que os serviços executados foram fundamentais para a melhoria das condições da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):

Presumo que você tenha conhecimento do processo de contratação, uma vez que você é a fiscal desses contratos. Vale lembrar que a própria razão de existência do contrato, AJ 32/2015, como condição de pagamento é a obtenção da classe 3. Ora, se nesse vultoso contrato não se atingiu o objeto, por qual razão foi feito o pagamento, já que esse era condicionado? Pior, se vocês constataram que o contrato não conseguiu atingir seus objetivos, por qual razão renovar o contrato (AJ 57/2018), mediante inexigibilidade de licitação, pagando ainda mais para uma empresa que não atingiu seus objetivos? Por que a insistência em pagar um contrato que não atende seu objetivo?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Ressaltou que os parâmetros estabelecidos no contrato AJ 57/2018 foram atingidos, e fez menção aos dados contidos nos relatórios da Fundação Christiano Ottoni, que segundo a Engenheira da DGAU atestaram a melhoria da qualidade da água na Lagoa da Pampulha, podendo ser enquadrada no padrão Classe 3. Ainda sobre o referido assunto, a depoente enfatizou que todos os aspectos e parâmetros contidos na Resolução nº 903/2013 da Agência Nacional de Águas – ANA, foram respeitados para fins de monitoramento e análise da água no interior da Lagoa. Deste modo, ao serem verificados o atingimento do padrão Classe 3, da qualidade da água, conseqüentemente o valor contratual pactuado deveria ser pago. Ainda sobre o tema, enfatizou que tem conhecimento dos trâmites que estão relacionados ao contrato AJ 57/2018 pois começou a desenvolver suas atividades na Lagoa da Pampulha a partir de 2018. Deste modo não realizou nenhum comentário sobre o contrato AJ 32/2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

249. Após esta resposta, o Vereador Braulio Lara questionou sobre a afirmação da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, sobre o atingimento do padrão Classe 3 da água da Lagoa. O Vereador citou algumas informações dos relatórios da FCO onde pôde-se verificar que a qualidade da água poderia ser considerada de padrão Classe 3 em apenas determinados pontos e em alguns períodos do ano. O Relator da Comissão também citou a escolha de alguns parâmetros da Resolução nº 357/2005 do CONAMA, em detrimento de tantos outros, para se estabelecer os critérios de análise da água. Em resposta, a Engenheira da DGAU fez menção ao art. 8º da Resolução 357/2005 do CONAMA, onde segundo a depoente a Administração Pública pôde selecionar determinados parâmetros para a constatação de enquadramento no padrão Classe 3 da Lagoa da Pampulha. A Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado enfatizou que tem total convicção que as águas da Lagoa atingiram um nível de melhor qualidade, e, que todos os serviços executados foram essenciais para uma melhor condição da Lagoa.

250. Sobre este tema, o Vereador Braulio Lara perguntou se durante a vigência do contrato AJ 57/2018, houve a aplicação de glosa (supressão total ou parcial de uma quantia averbada contratualmente devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas), já que, foi possível verificar que a qualidade da água na Lagoa da Pampulha ficou abaixo dos padrões exigidos para o enquadramento de Classe 3. A Engenheira da DGAU informou que houve a aplicação de algumas glosas, sendo 4 no total.

Pergunta (Vereador Rubão, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha): Nas atividades relacionadas ao contrato AJ 057/18, além de você e o Ricardo, quais outros servidores da PBH que integram a equipe de trabalho? Quem é a principal pessoa responsável pelas decisões dentro destes contratos?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Informou que a equipe de trabalho foi formada por servidores da Prefeitura de Belo Horizonte e da DGAU, sendo que em relação ao Departamento de Gestão de Águas Urbanas fez menção ao Sr. Renato Pires. Ainda sobre a equipe de trabalho, citou o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e o Sr. Marcelo Lovalho como os de maior destaque.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse que em relação aos contratos de serviços na Lagoa da Pampulha a tomada de decisão cabe ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): O Consórcio Pampulha Viva, foi a empresa escolhida para executar o contrato 32/2015 e 57/2018, feito por inexigibilidade de licitação. Esse consórcio é composto pelas empresas Hidro Science, Millenium e CNT Ambiental. Qual o papel de cada uma delas? Como é mensurado a qualidade da prestação de serviço de cada uma delas?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Disse que a Hidro Science, detém a exclusividade de comercialização do biorremediador Phoslock. A Millenium fornece o produto químico Enzilimp. Já a CNT Ambiental realiza o monitoramento e logística de aplicação dos respectivos produtos. Enfatizou que poderia prestar esclarecimentos sobre o contrato AJ 57/2018, já que, começou a desenvolver seu trabalho na Lagoa em 2018, deste modo não poderia falar do contrato AJ 32, que foi celebrado em 2015. Ressaltou que no início das suas atividades na DGAU a demanda que foi solicitada há época estava relacionada a continuidade do tratamento do corpo hídrico da Lagoa da Pampulha. Informou que através de uma avaliação técnica, por ela realizada, chegou-se a conclusão que o Consórcio Pampulha Viva era a única empresa no mercado que teria as condições ideais para dar continuidade ao tratamento de melhoria da qualidade da água na Lagoa. Ademais enfatizou que o referido Consórcio era o único autorizado pelo IBAMA para o fornecimento do Phoslock, deste modo a sua aplicação não afetaria o ecossistema existente na Lagoa.

251. O Relator da Comissão, Vereador Braulio Lara, pediu a palavra e fez menção ao chamamento público, ocorrido em 2011, ocasião esta que a Prefeitura de Belo Horizonte solicitou que as empresas interessadas apresentassem técnicas para a melhoria das condições da Lagoa, principalmente no que se refere ao atingimento de uma melhor qualidade da água.

252. O Relator enfatizou que 10 empresas apresentaram tecnologias e que tais métodos foram desconsiderados pela Prefeitura. Informou ainda que o processo licitatório ocorrido em 2013, e finalizado em 2015, resultou na celebração



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contratual da Prefeitura de Belo Horizonte com o Consórcio Pampulha Viva. Ainda sobre a temática o referido Vereador enfatizou que em 2018 houve a celebração contratual com o mencionado Consórcio, porém esta ocorreu por inexigibilidade, ou seja, sem processo licitatório e consequentemente a não participação de outras empresas. Em resposta, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado informou que a contratação do Consórcio Pampulha Viva foi assertiva, já que ao se analisar os parâmetros da inexigibilidade, a referida empresa se enquadra nos três aspectos macros da contratação sem concorrência, sendo eles: O quê? (O Consórcio Pampulha Viva detinha a experiência e os recursos necessários para a prestação satisfatória dos serviços de melhoria da qualidade da água na Lagoa da Pampulha); Quem? (O Consórcio Pampulha Viva já havia alcançado resultados satisfatórios na execução dos serviços vinculados ao contrato AJ 32/2015); Quando? (O Consórcio Pampulha Viva teria a capacidade de executar os serviços no lapso temporal estabelecido contratualmente).

253. A resposta da Engenheira da DGAU foi objeto de questionamento por parte dos Membros da Comissão, enfatizaram que a Prefeitura deveria fazer uma avaliação mais técnica e detalhada sobre as possibilidades existentes no mercado, e não efetivar de forma equivocada a contratação do Consórcio Pampulha Viva em detrimento das demais.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Você considera que um patrimônio tombado em todos os níveis não merecia um tratamento diferente de uma fossa séptica? Um dos principais produtos que vocês utilizam na limpeza da Lagoa da Pampulha é o Enzilimp, que nada mais é que um desentupidor. Acho que o tratamento que vocês dão para a Pampulha não é digno desse patrimônio tão importante para Belo Horizonte. Vocês nunca pensaram em mudar esse tipo de tratamento?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Disse que o produto químico Enzilimp é um componente acessório, sendo que o principal é o biorremediador Phoslock. Enfatizou que ambos os produtos devem ser utilizados de forma conjunta, pois somente desta forma é possível alcançar melhores condições na qualidade da água no interior da Lagoa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

A aplicação do Enzilimp assegura a obtenção de classe 3 da água da Lagoa da Pampulha?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Informou que o referido produto é um acessório para assegurar o padrão de Classe 3, sendo que tal produto não pode ser utilizado de forma exclusiva e única. Ressaltou que o Enzilimp atua na matéria orgânica, mas que a aplicação do Phoslock é fundamental para o alcance do padrão de qualidade da água desejado. Disse ainda que os Relatórios Técnicos 5,6 e 7 da Fundação Christiano Ottoni atestam os métodos empregados na Lagoa da Pampulha.

254. Após a resposta, o Vereador Juliano Lopes comunicou aos presentes que a oitiva da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado havia terminado. Mais uma vez o Presidente da Comissão agradeceu a presença da Engenheira da DGAU e enfatizou que as informações por ela prestadas foram de grande relevância para os trabalhos da CPI.

255. Em seguida o Presidente da Comissão fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

XVI - Requerimento de Comissão nº 778/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da DT Engenharia para, por meio de seu representante, comparecer ou indicar colaborador para prestar esclarecimentos, pessoalmente, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 02 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

XVII - Requerimento de Comissão nº 779/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LTDA para, por meio de seu representante, comparecer ou indicar colaborador para prestar esclarecimentos, pessoalmente, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 02 de maio de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

XVIII - Requerimento de Comissão nº 875/2023. Solicitação de pedido de informação à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A e Companhia Riograndense de Saneamento, tendo como finalidade a obtenção de informações para esclarecer se as empresas adquiriram o produto Phoslock por inexigibilidade de licitação e com base em quais fundamentos. Autoria: Ver.(a) Dr. Célio Frois. Discutido e votado, a Comissão optou pela reprovação do Requerimento.

XIX - Requerimento de Comissão nº 876/2023. Solicitação de pedido de informação ao Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, tendo como finalidade a solicitação de envio dos currículos dos técnicos do Ministério Público de Contas que atuam em conjunto no tema da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado, a Comissão optou pela reprovação do Requerimento.

256. Registre-se que os Vereadores Bruno Miranda e Wagner Ferreira explicaram sobre a importância da aprovação do referido Requerimento, enfatizaram que a obtenção destas informações é importante para uma melhor análise de todo o contexto relacionado a Lagoa. O Vereador Professor Juliano Lopes agradeceu o interesse dos mencionados Vereadores, porém enfatizou que para continuidade dos trabalhos as referidas informações não eram necessárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- XX - Requerimento de Comissão nº 892/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, ao Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira, tendo como finalidade a obtenção de informações acerca do contrato SCO-033/2013, cujo objeto de referência é a prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Autoria: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- XXI - Requerimento de Comissão nº 893/2023. Solicitação de pedido de informação ao Presidente do INMETRO, tendo como finalidade o envio de todos os Certificados de Acreditação do laboratório Limnos – Hidrobiologia e Limnologia LTDA, localizado em Minas Gerais. Autoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

257. Registre-se que o Vereador Irlan Melo sugeriu a introdução de um lapso temporal relacionado ao período no qual serão compreendidos os dados enviados, que compreenderão os anos de 2015 a 2023. O Vereador, autor do Requerimento, optou por acatar a solicitação do Vereador Irlan Melo. Com a referida modificação, o Requerimento foi aprovado.

- XXII - Requerimento de Comissão nº 894/2023. Solicitação de prorrogação por 60 (sessenta) dias o prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Iha. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara, Flávia Borja, Irlan Melo, Jorge Santos, Rubão. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

- XXIII - Requerimento de Comissão nº 895/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção das informações referentes ao certame SCO-033/2013, que apesar de ter sido aberto no referido ano de 2013, verificou-se uma paralisação, e, somente no ano de 2015 a Prefeitura de Belo Horizonte, através da SMOBI, retomou as tratativas do processo licitatório. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara, Flávia Borja, Irlan Melo, Jorge Santos, Rubão. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- XXIV - Requerimento de Comissão nº 896/2023. Solicitação de pedido de informação à Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, tendo como seu órgão gestor a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, com a finalidade de obtenção das informações referentes aos relatórios técnicos de monitoramento, mapeamento, levantamento e histórico do volume de água/mês, compreendendo desde o período de 1999 (ano de lançamento do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia da Pampulha – PROPAM) até a presente data, dos cursos d'água que deságuam diretamente na Lagoa da Pampulha, solicitando-se os dados dos córregos AABB, Água Funda, Braúnas, Mergulhão, Olhos d'Água, Tijuco, Ressaca e Sarandi. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

deliberou que o prazo de resposta será de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

XXV - Requerimento de Comissão nº 897/2023. Solicitação de realização de audiência pública, tendo como finalidade o colhimento dos depoimentos da Comunidade Acadêmica sobre as possíveis soluções para a recuperação do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. A realizar-se no dia 25 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

258. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos e Indicações da Comissão:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 321/2023	OFÍCIO IGAM/GAB Nº 50/2023
Requerimento de Comissão nº 525/2023	OF. SMGO/DALE Nº 227/2023

259. Registre-se que em relação ao Ofício em resposta ao Requerimento nº 321/2023, o Vereador Irlan Melo ressaltou que de acordo com o relatório do IGAM nos últimos 5 anos a qualidade da água da Lagoa da Pampulha foi classificada como de ruin/péssima.

260. Após a explanação acima mencionada, o Presidente da Comissão, também deu ciência aos membros da CPI o recebimento do seguinte documento:

REQUERIMENTO	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 739/2023	DOCUMENTO PROT. Nº 001769/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

261. O Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da Comissão, agradeceu a presença de todos e comunicou o término dos trabalhos.
262. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 12h40min.

III.14 DA 14ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DA SRA. ANA PAULA FURTADO - ENGENHEIRA DA DGAU/SMOBI E DEPOIMENTOS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

263. A décima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 25 de abril de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos e Irlan Melo. Registre-se que houve o comparecimento da Vereadora Fernanda Pereira Altoé e do Vereador Wagner Ferreira.
264. A reunião teve como finalidade colher depoimentos da Comunidade Acadêmica sobre as possíveis soluções para a recuperação do conjunto arquitetônico e qualidade da água da Lagoa da Pampulha, bem como a oitiva de Ana Paula Fernandes Viana Furtado, engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, para prestar esclarecimentos, pessoalmente.
265. Antes da mencionada oitiva, o Presidente da Comissão colocou em votação a inversão da pauta, tendo sido a inversão aprovada. Por conseguinte, fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

- I - Requerimento de Comissão 989/2023 contendo pedido de informação destinado à Copasa com intuito de solicitar a apresentação de todos os contratos celebrados com a DT Engenharia desde a implantação da Estação de Tratamento de Águas Fluviais (ETAF) Pampulha, ocorrida em 2002. Autoria: Ver.(a): Wagner Ferreira. Discutido e votado, a Co-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

missão optou pela aprovação do II- II - Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

- II - Requerimento de Comissão 994/2023 contendo pedido de informação destinado à Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI para obter informações referentes às glosas, tratando-se da suspensão total ou parcial de uma determinada quantia a ser paga, aplicadas nos contratos AJ 032/2015 e AJ 057/2018. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- III - Requerimento de Comissão 995/2023 destinado à SMOBI para obter informações a respeito da Licitação SCO-033/2013, Processo nº 01-055.158/13-50, no que se refere a Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preços, datada de 22/09/2015. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- IV - Requerimento de Comissão 996/2023 para realização de oitiva com a finalidade de convidar o representante do Consórcio Pampulha Viva, Marco Antônio de Andrade, para prestar informações, no dia 02 de maio de 2023 às 10h no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Bráulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- V - Requerimento de Comissão 997/2023 destinado ao Presidente da ALMG para fins de obter informações a respeito de matéria publicada pelo portal de notícias da ALMG sobre o depósito de lama e entulho da Lagoa da Pampulha no Parque Ecológico Francisco Lins do Rego, e na mineração Lapa Vermelha em Confins. Ver.(a) Bráulio Lara. Dis-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

- VI - Requerimento de Comissão 998/202 destinado ao prefeito Fuad Noman para obter as seguintes informações: 1 – A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio dos órgãos competentes, efetuou alguma autuação para interromper o lançamento de esgoto na Lagoa da Pampulha? 2 – Caso haja autuação, conforme o questionamento acima, gentileza encaminhar a cópia desta e dos demais procedimentos administrativos decorrentes da autuação. 3 – A Prefeitura de Belo Horizonte encaminhou alguma notificação ao Ministério Público para abertura de processo por crime ambiental previsto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências? Autoria: Ver. (a) Irlan Melo. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- VII - Requerimento de Comissão 999/2023 destinado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Guilherme Augusto Duarte de Faria, para obter as seguintes informações: 1 – A COPASA efetuou alguma autuação/atuação para interromper o lançamento de esgoto na Lagoa da Pampulha? 2 – Caso haja autuação/atuação, conforme o questionamento acima, gentileza encaminhar a cópia dos procedimentos administrativos decorrentes da autuação/atuação. 3 - A Prefeitura de Belo Horizonte encaminhou alguma notificação ao Ministério Público para abertura de processo por crime ambiental previsto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências? Autoria: Ver. (a) Irlan Melo. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo destinatário.

266. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos de Comissão:

REQUERIMENTO	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 507/2023	OF. SMGO/DALE Nº 226/2023
Requerimento de Comissão nº 738/2023	OF. SMGO/DALE Nº 304/2023
Requerimento de Comissão nº 780/2023	101/2023 - DOP
Requerimento de Comissão nº 781/2023	102/2023 - DOP

267. Além disso, foi recebido o documento identificado como PROT. Nº 002219/2023 de Comunicação Externa nº 016/2023 da UNMT da Companhia de Saneamento de Minas Gerais para confirmar a participação do Sr. Sérgio Neves Pacheco, Gestor de Empreendimento de Grande Porte, representante desta Companhia, em oitiva cuja data consta como já findada (18/04/2023, às 09h30).

268. Antes de iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, solicitou que a Sra. Ana Paula prestasse compromisso em observância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Ana Paula confirmou que estava de acordo e ciente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

269. Posto isso, após cumprimentos, o Vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): a Sra. assinou o Relatório Técnico N° 067/2018, que foi a base da inexigibilidade de licitação dos Serviços de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha. Baseado na matriz de comparação de resultados deste Relatório, onde se fez classificação das tecnologias de tratamento, na linha da eficiência, constou redução de apenas 30% de fósforo à tecnologia Flotação/FlotFlux. Baseado em qual documento a Sra. averiguou essa eficiência? Como você chegou nesse resultado?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Salienta que a tabela foi produzida por ela e ressalta que fez uma descrição textual de cada tecnologia com as referências técnicas e bibliográficas, inclusive citando os autores ao final. Mencionou exemplos. Destaca que toda a bibliografia pode ser consultada.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): esses estudos bibliográficos foram com base na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): são estudos de tecnologia.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): mas algum na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): “não. Como eu fiz, Doutora...” pontua que talvez não tenha ficado claro na última reunião. Pontua, ainda, que quando começou estudar tecnologias de tratamento de corpos hídricos foi dentro dos manuais técnicos, analisando cada tecnologia, uma por uma, ressalta que foi analisando *cases* de sucesso, citando-os. No relatório afirma que fez um resumo. Quanto à tecnologia na Lagoa da Pampulha afirma que faz algumas referências quando fala do método Flotflux. Faz referência a autora “x”. Leu trechos do relatório. Na aplicação do método Flotflux na lagoa da Pampulha diz que ele não se apresenta como uma solução para recuperação de corpos lânticos já poluídos como a Lagoa, uma vez que não promove o controle da fonte interna de eutrofização. Sugere que a leitura seja feita.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Sra. Ana Paula esta publicação é de 2001. Depois de 2001 muita coisa já aconteceu. Inclusive empiricamente a própria TAF já estava em operação na Lagoa da Pampulha. Então nós sabemos que em 2003 ela entrou em operação e a publicação é de 2001. A senhora se embasou nesse texto científico lá em 2018 pra fazer o relatório. Você não acha que houve um lapso de tempo considerável?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que quando se fala de técnica se trata de busca à biografia científica que fala do processo. Menciona que em nenhum momento a autora fala da Lagoa da Pampulha, mas sim da técnica Flotflux. Realizou a leitura de trecho do último parágrafo da página 6 (seis) do relatório, no sentido de que a Copasa vem operando a tecnologia Flotflux desde 2002 com a etapa ressaca Sarandi, e lê trecho de observação em elogio ao método nos seguintes dizeres “esta unidade vem operando de forma adequada, o que contribui para que o quadro da eutrofização da lagoa não tivesse ainda mais grave...” Ressaltou que em momento nenhum desmerece a tecnologia, mas que faz apenas referências e cita a tecnologia no sentido de explicar para que ela serve na sua origem, inclusive no tratamento de córregos poluídos. Ainda no trecho menciona que o método vem sendo utilizado na lagoa da Pampulha e elogia o método e sua importância, bem como que vem operando de forma adequada, o que contribui para que a situação de eutrofização da Lagoa da Pampulha não fosse ainda mais grave.

Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI): mas a senhora não entende que está havendo um equívoco ou melhor um paradoxo dessa análise que a senhora tá fazendo? Porque olha só... se a Lagoa já estava poluída e havia um passivo ambiental, um tratamento bioquímico faz-se necessário e ele foi utilizado, porque a gente sabe que o primeiro contrato foi em 2015 e foi aplicado Phoslock na Lagoa da Pampulha. Chega em 2018 vocês têm que fazer uma nova contratação... E aí a senhora faz um relatório, que a senhora assina, então de fato a senhora já confirmou que a senhora fez, que justifica na qualidade de eficiência que o Flotflux é ineficiente. E aí a senhora acabou de dizer que ele na verdade contribuiu positivamente porque pelo menos parou de en-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trar com mais carga poluidora, no caso o fósforo, que eu acho que é o elemento principal que a senhora já em vários momentos citou e é um contrassenso... Por que que ele foi desqualificado novamente?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado):

Afirma que não disse isso em momento nenhum, mas sim que a técnica Flot-flux aplicada pela E.T.A.F é para corpos fluviais, para ambientes lênticos, que ela define como opostos, ela afirma que não se aplica para tratar ambientes lênticos.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI): o vereador solicita que Ana Paula conceitue o que é ambiente lêntico.

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que ambientes fluviais são ambientes lóticos, que são ambientes onde a velocidade da água é maior: são rios, córregos. A Flotflux é uma tecnologia para ambientes lóticos. No trabalho dela, ela afirma que é importante para Lagoa da Pampulha, mas que ela recebeu uma demanda para tratar ambiente lêntico, então na visão da autora que ela se embasa é mais utilizado para ambientes lóticos, porém ela não desmerece a tecnologia e ainda menciona que na Lagoa da Pampulha foi importante para que a situação da lagoa não estivesse pior.

Após isso o Vereador Bráulio Lara relata que as causas responsáveis pela situação da lagoa não foram tratadas, cita as situações que ainda ocorrem. Relata que o método Flotflux, conforme observou em visita técnica, atua na contenção de resíduos sólidos, explica sobre a fase de flotação e cita que tendo a água limpa, esta entra no canal do Parque Ecológico e depois novamente na Lagoa da Pampulha. Trata-se de fato que está sendo observado desde 2003.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): o relatório 067/2018 a senhora redigiu? É um dos anexos que constam no relatório que justificou a inexigibilidade?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): afirma que redigiu e que o relatório 67 e que é um dos anexos que consta na documentação que resultou na inexigibilidade. É um embasamento teórico para a inexigibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

270. Fernanda Pereira Altoé torna a perguntar se a capacidade de redução do Fósforo da E.T.A.F é de 30%. Ana Paula confirma. A Vereadora pergunta de onde ela tirou que é 30% se nenhum embasamento foi feito na Lagoa da Pampulha. Ana Paula Furtado se esquivava através dos termos técnicos e a Vereadora Fernanda Pereira Altoé reforça a necessidade de as perguntas serem respondidas, enfatizando que o relatório consta 30%, sendo que existem dois trabalhos técnicos na Lagoa da Pampulha que falam que é 80% e 90%, reforçando que quer entender a divergência do percentual de efetividade. Apesar dos questionamentos, a engenheira e diretora da GAURB insiste em respostas evasivas e desconexas e afirma que nunca aplicou a tecnologia descrita no relatório na Lagoa da Pampulha. Fernanda Pereira Altoé pergunta então o porquê foi utilizado para fins de inexigibilidade licitatória, no entanto Ana Paula Furtado afirma que se trata tão somente de tecnologias em potencial para serem aplicadas na Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): Onde foram extraídas as conclusões de que somente o Consórcio Pampulha Viva detém a tecnologia que atende a recuperação e manutenção da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha nos padrões exigidos na contratação se a análise não foi feita na Lagoa da Pampulha.

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Ana Paula informou que analisou diversas tecnologias dentro da ciência e dentro dos manuais, e dentre eles foi colocando prós e contras, chegando à conclusão com base nos documentos...

271. Nesse momento a Vereadora Fernanda Pereira Altoé indaga se esses documentos são da Lagoa da Pampulha. Em resposta, Ana Paula Fernandes Viana Furtado responde que está falando da sua pesquisa, e que precisa falar sobre o estudo para chegar à resposta. Informa que estudou tecnologias de fora do país, inclusive com tecnologias que talvez a Pampulha pudesse aplicar. Após montar uma matriz de prós e contras, chegou à conclusão que a melhor tecnologia seria a captura de fósforo para o tratamento da coluna d'água.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como a etapa não trata a coluna d'água. Como a E.T.A.F não trata a coluna d'água ela saiu do rol de avaliação.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Como saiu do rol de avaliações?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): ela não trata o passivo, vereador.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Ela poderia talvez ser válida se você tivesse falando do contrato de 2015, mas vocês fizeram o contrato de 2015 acontecer... agora só um detalhe: a senhora tem obviamente conhecimento do chamamento público de 2011, porque vocês fizeram chamamento público e essas 10 (dez) tecnologias que vieram à época, inclusive a de ozônio. Enfim, todas elas apareceram na lista de possibilidades em 2011.

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): Certo.

272. Braulio Lara (Relator da CPI) destaca que ela não estava em 2011, como foi afirmado por ela na última reunião da CPI, logo, ela só entrou em 2018. Em 2011 as possibilidades como hidrogênio, radiação ultravioleta entre outras apareceram no chamamento público. Inclusive ao final do chamamento existe relatório que foi assinado pelo senhor Eduardo Von Sperling, senhor Ricardo Aroeira e o Weber Coutinho da Secretaria de Meio Ambiente aqui só data de julho de 2011. Então todas elas (tecnologias) estavam lá. Nenhuma experiência foi executada na lagoa. Constata que o processo em 2013 ficou estagnado um tempo e posteriormente a licitação foi adiante. Constata que na licitação foi desclassificado todo mundo, menos a Phoslock que virou o consórcio Pampulha Viva e, assim, foram contratados. De 2015 até chegar ao momento da inexigibilidade, passou-se a ter sim uma experiência na Lagoa da Pampulha. Mencionar referências bibliográficas sem nenhum tipo de teste ou experiência *in loco* não tem como ser utilizado em um relatório que ateste a inexigibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): a conclusão dela é a inviabilidade de competição. Como que se faz uma inviabilidade de competição?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que precisa se explicar e concluir o raciocínio. Aduz que não analisou tratamentos realizados antes de 2015, pois não queria ser contaminada pelas informações e análises. Diz que buscou todas as tecnologias disponíveis. Aduz que seu relatório, o qual embasou a inexigibilidade de licitação, apenas tratou de potenciais tratamentos e tecnologias para serem aplicados na Lagoa da Pampulha. Afirma, ainda, que após descartar determinados tratamentos, a partir da sua análise, inclusive assume a responsabilidade, chegou à conclusão de que o melhor tratamento do corpo hídrico da Pampulha para coluna da água, em virtude do passivo e da entrada de carga, seria captura de fósforo associada a uma biorremediação. Após analisar outros relatórios, anteriores e relacionados à Pampulha e seus resultados, viu que a indicação técnica dela já tinha tido bons resultados na Lagoa da Pampulha, inclusive menciona relatório do IGAM.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha e Vereadora Fernanda Pereira Altoé): A Sra. chegou a ler relatório por relatório, anteriores a dois mil e dezoito, já que a engenheira não estava lá, visto que todos continham informações e dados de insucesso dos resultados.

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que discorda dos Vereadores, já que para ela houve sim uma redução positiva de carga, no entanto, informa que há variações em decorrência da sazonalidade, logo, houve momentos que não teve resultados satisfatórios, mas que isso não elimina a potência da tecnologia e que houve reduções significantes. Enfatizou ainda que a sua indicação (frisando que assina e assume a responsabilidade) é a captura de fósforo como melhor método a ser utilizado na Lagoa da Pampulha, e que a inexigibilidade se deu porque, segundo ela, o único remediador de captura de fósforo autorizado para uso no Brasil o consórcio Pampulha Viva possuía como exclusividade.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): A licitação foi para contratar biorremediação ou uma solução para que a Pampulha ficasse na classe 3 (três)?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que a contratação foi para o tratamento da qualidade para atingir a tecnologia que ela indica.

273. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé completa de modo a dar claridade às informações e para fins de entendimento da CPI que a licitação não foi para corpos lânticos, não foi para biorremediadores, não foi para uma tecnologia específica e questiona se está correto. Ana Paula Fernandes Viana Furtado confirma.

274. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou sobre os critérios adotados para fins de inexigibilidade conforme previsão na Lei de Licitações nº 8.666/93, em vigor na época da contratação, já que há uma discrepância entre o relatório assinado pela depoente e os critérios adotados pela lei como a competitividade. Em resposta, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado afirmou: (ipsis litteris): “eu preciso responder então vamos lá... objeto da contratação de prestação de serviços especializados de tratamento de ambientes aquáticos lânticos para segurar padrões de classe 3 para as águas da Lagoa da Pampulha”, ressaltando que assim como faz a Copasa em seus editais, indicou o tratamento de captura de fósforo com biorremediação.

275. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé acrescenta que esse não era o objeto da licitação. Ana Paula Furtado responde que está descrito no projeto básico que deu origem à licitação. Neste momento o Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, acrescenta que a CPI sabe o que está escrito nos termos de referência e documentos, mas no relatório de 2018 foi inserida tecnologia falando que ela seria ineficiente, porque só consegue reduzir 30% de fósforo. Ao consultar o site da FlotFlux, na divulgação da empresa eles atestam que conseguem reduzir 98% de fósforo. Ressalta que em apenas uma consulta foi possível verificar incongruências. Questiona porque ela foi desclassificada no item redução de fósforos. Em resposta, Ana Paula Fernandes Viana Furtado informou que esta técnica foi desclassificada porque não é para ambientes lânticos e sim córregos. Após a resposta, o Relator da Comissão questionou sobre a referida definição. Em resposta, Ana Paula Fernandes Viana Furtado, disse sobre a existência de um plano para a Lagoa da Pampulha. Informou que existiam compro-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

missos e que a Copasa que ficou responsável e que ela só iria ficar com o relatório técnico quanto à indicação da tecnologia. Afirma que só chegou na inexigibilidade porque o único que fornece a tecnologia que ela indicou possuía inexigibilidade. Ainda sobre a temática, a Vereadora Fernanda Pereira Altoé indagou sobre quem estabeleceu a definição do objeto, que seria corpo lântico e o foco era a redução do fósforo. A Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado informou que chegou até ela o tratamento da Lagoa, o corpo da Lagoa da Pampulha, e para ela, é sabido que o corpo da Lagoa é lântico. O nutriente limitante do processo de eutrofização da lagoa da Pampulha é o fósforo.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): Houve alguma licitação anterior para atestar que o ambiente era lântico e que o critério de redução do fósforo era a melhor opção?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): afirma que buscou estudos atuais da Lagoa da Pampulha e vários autores afirmam que o nutriente limitante é o fósforo. Ressalta, ainda, que o ambiente da Pampulha é lântico por óbvio e que seria absurdo afirmar que é lótico.

276. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé torna a perguntar, com objetivo de obter uma melhor compreensão, de que foi a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado que especificou que a licitação de 2018 seria para o ambiente lântico e que o objetivo era neutralizar o fósforo. Indagando ainda se não teve um estudo ou um parecer anterior ou licitação anterior para determinação do objeto. Em resposta, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado afirma que ela realizou o estudo, haja vista que tem competência para isso e que não colocar a Pampulha como sinônimo de corpo lântico é uma anedota.

277. O Vereador Braulio Lara aduz que o objeto era garantir o padrão classe 3 da lagoa da Pampulha, logo, quando a primeira contratação foi feita era esse objetivo. Se a empresa iria utilizar pouco ou muita quantidade não estava escrito. Então a depender da aplicação toda hora que for realizar a medição estará em classe 3. Respondendo o questionamento do Relator da Comissão, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado aduz que não está certo, porque nem toda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

medição era para classe 3, pois existe um cronograma com especificidades dentro do contrato. O Vereador Braulio Lara ressalta que ao final do processo, a qualidade da água, tinha que estar em classe 3 (três) e que mesmo em 2018 com as informações das observações que aconteceram e todos os dados que foram coletados e fiscalizados não houve melhora, mas que o erro está no fato de continuar entrando poluentes na lagoa como o assoreamento, esgoto, lixo. O Relator questiona como é possível alcançar resultado se não forem tratadas as causas.

278. Ainda sobre a temática, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado aduziu que o único problema não é a entrada de carga, mas sim um passivo ambiental como o lodo e matéria orgânica. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara questiona se a utilização do Phoslock será contínua. A Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado responde que se tudo der certo chegará um momento em que a Lagoa vai ter condições de responder por si só.

279. O Relator da Comissão discorda da afirmativa da depoente, pois os relatórios atestam que não vai chegar nisso, inclusive cita o Relatório Técnico nº 7 da Fundação Christiano Ottoni, onde eles mesmos indicam que não atingirá a classe 3 (três). Posto isso, pergunta se a decisão foi somente técnica. Em resposta, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado aduz que foi uma análise somente técnica, e que existem questões de sazonalidade e que a resolução CONAMA atesta isso, que os membros da CPI precisam entender isso. Solicita que seja lido nota de rodapé de artigo publicado na Revista Uni Araguaia. Foi lido e a conclusão é de que a água, o seu IQA, é péssima. Ana Paula Fernandes Viana Furtado explica que o IQA é considerado apenas para fins de consumo humano.

Pergunta (Vereadora Fernanda Pereira Altoé): o Senhor Ricardo Aroeira assinou com você esse documento. Foi você que fez e ele assinou? Quem inseriu o objeto corpo lântico?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): o Ricardo assina comigo por protocolo da Prefeitura. E quem trouxe o objeto corpo lântico em 2018 fui eu, porque a Lagoa é corpo lântico.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

280. A Vereadora Fernanda Pereira Altoé afirmou que isso pouco importa, que o que importa é que era pra tratar a Lagoa da Pampulha. Pergunta se não chama a atenção que no corpo do relatório não atende os níveis que são exigidos no contrato. Respondendo o questionamento, Ana Paula Fernandes Viana Furtado informa a mesma retórica de que segundo a Resolução CONAMA demora um tempo para haver adequação. Registre-se o debate sobre fósforo, superfície, meio e fundo. Ana Paula Fernandes Viana Furtado lê trecho da Resolução Conama sobre a necessidade de ter 80% de seis amostras que não ultrapassem os coliformes termotolerantes.

Pergunta do Vereador Juliano Lopes (Presidente da CPI): A Resolução CONAMA 357/2005 contém 68 parâmetros para enquadramento do padrão classe 3 da qualidade da água, contudo foram adotados uma menor quantidade de parâmetros para classificação da água da Lagoa. Parece que foram analisados apenas 5 (cinco), depois disseram que 16 (dezesesseis), tem algum relatório que possa ser enviado para CPI?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que sim. E que apesar de existirem 68 parâmetros, cabe ao poder público selecionar quais, conforme projeto básico.

281. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, informa que a equipe na Prefeitura não foi formada do zero, já que Ricardo Aroeira já se encontrava na Prefeitura. Ressalta que há vários pontos em desconformidade, já que a contratação foi para manter o padrão da água em classe 3 (três) e isso não foi observado, pois as causas não foram tratadas, questionando quem tomou as decisões, já que não foi Ana Paula Furtado. Pergunta se teria sido seu diretor. Em resposta, a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado responde que não irá informar, tampouco atribuir ou envolver nomes de diretores, de modo que assume inteira responsabilidade. Arguiu que o próprio relatório do Vereador Braulio Lara cita continha dado de que as águas da Lagoa da Pampulha estão em classe 3 e que o IGAM referenda. Além disso, informa ainda que não teve in-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fluência de qualquer secretário ou empresas externas. Frisa que existe sazonalidade e que é necessário levá-la em consideração.

282. Após a resposta acima descrita, o Presidente da Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes concedeu a palavra ao Vereador Wagner Ferreira. Deste modo foi feito os questionamentos a seguir.

Pergunta (Vereador Wagner Ferreira): pergunta se as declarações e sugestões dadas pelo prefeito de Betim/MG sobre a Lagoa da Pampulha são viáveis e possíveis de serem realizadas. Indaga Ana Paula Furtado qual a sua opinião.

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): diz que atualmente não adotaria o rebaixamento por uma questão de segurança estrutural externa e segurança da barragem. Ademais, aduz que tecnicamente se coloca contra a sugestão do prefeito de Betim/MG.

283. Após a resposta, o Vereador Wagner Ferreira indaga sobre o contrato AJ 14 de 2018 e Ana Paula Furtado confirma todas as perguntas, dentre elas se o tratamento da Lagoa da Pampulha ocorreu no bojo do referido contrato. Em seguida, o Vereador Professor Juliano Lopes passou a palavra para o Vereador Bruno Miranda.

Pergunta (Vereador Bruno Miranda): a senhora disse que estudou as tecnologias disponíveis para o tratamento da coluna d'água da Lagoa da Pampulha, neste estudo a senhora encontrou algum artigo científico publicado em revista científica sobre o sistema Flux?

Resposta (Ana Paula Fernandes Viana Furtado): responde que não, por isso fez referências mais antigas.

284. Em seguida, o Vereador Bruno Miranda pergunta se ela se embasou em outros exemplos espalhados pelo Brasil. Ana Paula Fernandes Viana Furtado cita a Bacia do rio Pinheiro, em São Paulo, mas diz que foram desativadas e foram usadas outras tecnologias. Neste momento o Vereador Bruno Miranda questiona se a tecnologia Flotflux é exclusiva de alguma empresa. A Sra. Ana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Paula Fernandes Viana Furtado responde que sim e, por isso, normalmente acontece por inexigibilidade.

285. O Presidente da Comissão comunicou a todos os presentes que todas as perguntas haviam sido apresentadas, deste modo agradeceu a colaboração da Sr. Ana Paula Fernandes Viana Furtado e informou que os professores da comunidade acadêmica seriam ouvidos pela Comissão. Registre-se que a oitava se encerrou às 11h17min.

286. No primeiro momento, foram convidados à mesa, o pesquisador de limnologia da UFMG, José Fernandes Bezerra Neto e o engenheiro sanitário, palestrante, Luiz Mario Queiroz Lima. Consta-se também, a participação remota do professor da UFMG, Nilo Nascimento, a professora titular da UFMG, Alessandra Giani e a professora adjunta da UFMG, Talita Silva. Adiante se seguiu com uma apresentação do engenheiro Luiz Mário Queiroz Lima

287. Luiz Mário Queiroz Lima, foi professor e pesquisador da Unicamp (departamento de hidráulica e saneamento). Possui três doutorados na área. Em sua avaliação como pesquisador, entende que o problema da Pampulha é muito complexo e não é simples de se resolver e que a prefeitura não conseguirá resolver de imediato. Dentre os problemas, destaca a sedimentação, a alcalinização advinda do cimento das obras civis, a contaminação química e seus metais pesados advindos dos postos de gasolina, a transformação de um ecossistema lântico (que permitia a proliferação de cianobactérias) em um ecossistema misto, o esgoto doméstico que continua entrando na bacia apesar das obras em volta, os resíduos sólidos despejados na lagoa, a contaminação do ar por gases tóxicos, problemas de má gestão na qual foram tomadas decisões olhando para o efeito e não para a causa e a desconfiguração do patrimônio arquitetônico.

288. O pesquisador seguiu sua apresentação destacando que dos córregos que deságuam na Bacia Hidrográfica da Pampulha, os córregos Ressaca e Sarandi têm a maior contribuição no volume de água que deságua na Lagoa, sendo responsáveis por 70%, e o córrego Água Funda por mais 10%. Esses córregos estão mal tratados e eles são a origem do problema. Ademais, a última intervenção no patrimônio da Pampulha que foi a criação de um canal, transfor-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mou a lagoa de um corpo lântico paralisado e represado para um corpo misto. Isso se deve, pelo fato de o canal correr horizontalmente levando sedimentos.

289. Segue dizendo que sua impressão é que a prefeitura investe todos os recursos possíveis, mas de forma ineficiente. Aduz que as possíveis soluções seriam focar nos córregos que trazem sedimentos. Traz em sua apresentação um modelo de desassoreamento e despoluição para ser aplicado nos córregos através de pequenas lagoas de sedimentação acrescido de jardins filtrantes. Outro modelo apresentado é uma tecnologia de despoluição de uso urbano que são a transformação dos córregos em parques lineares, onde existe o tratamento dos afluentes e cria um espaço para utilização pública. Tudo isso com a participação da iniciativa privada. O professor exemplifica os países que estão utilizando essa tecnologia e tem dado certo, como a exemplo da França.

290. Ele também apresenta outras tecnologias que poderiam ser usadas, como distribuição de geotubos e a produção de areia. Por fim, sugere para aplicar as tecnologias nos 8 córregos contribuintes, fora dos limites da lagoa, com participação da iniciativa privada (exploração dos parques lineares, comercialização dos sedimentos, geração de emprego e renda). Também sugere que sejam envolvidos os municípios de Contagem, Betim e Ribeirão das Neves na solução do problema. E finalmente, a criação de um parque temático – aquático – iniciativa privada com o compromisso de sanar, recuperar e manter, sem desconfigurar a Lagoa, gerando emprego e renda.

291. Para concluir, apresenta estratégias sobre a aplicação do Phoslock. Concorde com o funcionamento do produto, porém ele deve ser aplicado nas áreas onde há a concentração de fósforo que está na ponta oeste e não na Lagoa toda, assim reduzindo custos.

292. Após a apresentação, os vereadores levantaram uma série de perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Doutor Luiz Mario, primeiro muito obrigado pela sua contribuição. Eu queria te fazer uma pergunta, já que o senhor de fato está a muito tempo observando esses aspectos da lagoa da Pampulha e, uma das nossas grandes preocupações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aqui nessa CPI, é de saber que se trata de um patrimônio tombado e que foi sendo manuseado de uma forma descuidada, no mínimo, porque se havia de preservar esse tombamento, muitas das técnicas que foram aplicadas jamais poderiam ter sido feitas, isso é um primeiro ponto. O segundo ponto é que no passado mais recente a quantidade de dinheiro que já foi despendida para atingir esses resultados, eles não foram eficientes, ao nosso ver, porque você de fato não teve uma aplicação nas causas que realmente estancasse o cenário, para fazer com que ela de fato, fosse uma lagoa, um corpo lântico, que se ela fosse estanque e não recebesse nenhuma contribuição de lugar nenhum, aí tudo bem, você está vendo um quadro parado e que você mapeou o cenário e vai lá e faz o tratamento químico necessário e teoricamente não iria haver reversão. Mas enquanto, está tendo contribuição de afluentes, tendo contaminação o tempo inteiro, o cenário muda a cada dia né. E as contratações que foram feitas, tinham o propósito de garantir a classe 3 na água da lagoa da Pampulha, ou seja, não é uma água potável de forma nenhuma, que seria a classe 1, mas ainda não é nenhuma água aplicável para a pessoa nadar e ter esportes na lagoa, mas pelo menos ela não seria com aquele cheiro terrível de um corpo de água super poluído, que aí estaria na classe 4. Então a classe 3 seria uma classe tolerável para pelo menos as fotos né, do nosso principal cartão postal, não ficassem então comprometidas. Visto isso, a gente está percebendo através dos relatórios que já foram apresentados aqui na CPI que tudo que foi feito, foi só para tentar consertar o efeito e nunca a causa. O senhor teve conhecimento à época deste chamamento público que aí conforme o senhor disse foi na época do prefeito Márcio Lacerda, como que foi isso? E o senhor como pesquisador, se em algum momento, participou de algum debate sobre esse assunto.

Resposta (Luiz Mário Queiroz Lima): Eu acompanhei como qualquer outro cidadão, mas não participei. E você tem razão. Enquanto eles estiverem investindo no efeito, esse problema não vai ser resolvido, nós temos que atacar a causa e não o efeito. Você tem razão, está perfeito. E por que que não fizeram isso, ao longo de pelo menos esses 28 anos que eu tenho observado com olho científico esse negócio, olhos de observador. Eu tenho olhado o movimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quando chove, eu vou para lá, para ver como é que é, coletar sedimento... é a minha área e eu gosto mesmo que não vá usar para nada, mas é meu hobby. Por que não usaram essas técnicas fora da lagoa, onde em todo mundo se resolve assim. Por que que está insistindo em tomar decisão de tratar o efeito e não a causa? É uma pergunta que eu faço.

293. Após a resposta do pesquisador, o vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha, destaca que a pergunta mencionada por Luiz Mário havia sido feita nessa CPI para todos os funcionários da prefeitura de Belo Horizonte que passaram por lá, que não deram respostas e só falaram que estão tratando diretamente a Lagoa e sobre a técnica usada. O vereador questionou a prefeitura por continuar insistindo em técnicas infrutíferas desperdiçando dinheiro, sendo que existem técnicas mundiais como as apresentadas pelo pesquisador Luiz Mário que poderiam ser utilizadas e trazer mais eficiência. A vereadora Flávia Borja diz que essa insistência em técnicas ineficazes se dá por falta de interesse da prefeitura e por não ser rentável para a mesma.

294. Luiz Mario ainda diz que durante a gestão do ex-prefeito Marcio Lacerda, existiu uma tentativa de trazer tecnologia para o tratamento da Lagoa, mas por circunstâncias que não sabe informar, essa tentativa não se concretizou de fato. Com base nisso, o vereador Braulio Lara, relator da CPI da Lagoa da Pampulha, sugere que possa ser convidado o ex-prefeito Marcio Lacerda para poder contribuir com a CPI, ressaltando a exemplo da presença do prefeito de Betim, Vittorio Mediolli, que foi muito importante dentro desse histórico da Lagoa da Pampulha e que trouxe a questão do rebaixamento da lagoa.

295. Em seguida, segue-se a reunião com a pergunta do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares): É só uma questão, é que o senhor falou muito dos Jardins filtrantes e até exemplificou ali a possibilidade da instalação de um ao lado do zoológico. No caso do Ressaca e Sarandi



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

qual que seria a ideia? Existe a possibilidade de Jardim filtrante para eles? e qual seria a ideia?

Resposta (Luiz Mario Queiroz Lima): Veja! Jardins filtrantes com Parques lineares. Lá não dá para fazer só o Jardim tem que ser Parque Linear ele tem além dos filtros do sistema de filtragem, você ocupa aquilo, entendeu? Então dá para a gente fazer isso sim. Agora vão falar "Ah aqui não dá porque tem rua" Tira metade da rua qual é o problema naquele trecho um trecho de 100 metros, 200 metros tira um pedaço da rua deixa só com dois ou quatro.

Pergunta (Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares): Outra questão é que o senhor falou aí sobre a sobre o produto do Phoslock, que ele efetivamente funciona. E no caso da E.T.A.F qual é a sua opinião?

Resposta (Luiz Mário Queiroz Lima): A E.T.A.F funciona pois tem todo o sistema de filtração de gestão e flotação que joga para cima para tirar o segmento. Não tira o fósforo porque está faltando filtração! Uma parte só que no Jardim filtrante tem.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Mas segundo os relatórios, tira o fósforo também.

Resposta (Luiz Mário Queiroz Lima): Há dois tipos de fósforo: o orgânico e o inorgânico. O inorgânico ele não tira todo não, porque precisa de filtro, é nano-filtração na verdade.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Mas o fósforo inorgânico decanta ou ele vai à superfície?

Resposta (Luiz Mário Queiroz Lima): O fósforo inorgânico é inorgânico quando ele vai para a forma de hidróxido. E na forma de hidróxido ele não é reagente, é menos poluente. Então, ele não tem efeito, o problema é o orgânico.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Ou seja, o que tem que ser tratado é o orgânico e o próprio Phoslock o que ele faz aplicado no meio da lagoa aí é mudar esse fósforo que ele junta no material tipo argiloso e decanta.

Resposta (Luiz Mário Queiroz Lima): só que não precisa jogar em toda a lagoa, não adianta jogar naquela parte limpa ali, não adianta você jogar numa coisa que está limpa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

296. Em seguida, foi encerrada a participação do pesquisador Luiz Mario Queiroz Lima e se deu com a apresentação do pesquisador de Liminologia da UFMG, José Fernandes Bezerra Neto.

297. José Fernandes Bezerra Neto é professor de limnologia e seu grupo tem trabalhado ao longo do tempo nos últimos 20 anos com estudos de reservatórios rios e tem um trabalho atual em cima do rompimento da barragem de fundão e seus impactos na dinâmica biogeoquímica no Rio Doce. Aduz que acompanhou durante décadas o processo de eutrofização de entrada de poluentes de sedimentação no reservatório da Pampulha, como explica que na verdade, a lagoa é um reservatório artificial, e na limnologia os reservatórios nem são lóticos nem são lênticos, eles são semi lênticos que é um misto, pois em um tempo de residência da água que é menor que um lago que está fechado. Então um reservatório é um ambiente semi-lêntico com entrada e saída de água.

298. Após essas considerações iniciais, segue sua apresentação apontando o trabalho de seu grupo, que desde setembro de 2022 (quando houve uma notícia de acordo de despoluição da Pampulha junto às prefeituras de Belo Horizonte e Contagem com a COPASA) vem realizando coletas de dados mensais em 3 pontos do reservatório, avaliando uma série de parâmetros na superfície da água com o intuito de acompanhar essa despoluição. Também se utilizou de dados anteriores fornecidos pelo IGAM para efeito de comparação, onde percebeu como o processo de assoreamento foi aumentando ao longo dos anos e todo o trabalho da prefeitura a partir de 2014 com o assoreamento, o processo de dragagem e a partir de 2016, a aplicação de Phoslock, com uma série de metas objetivando o atingir a classe 3 de pureza. Questionou sobre a eficácia desse tratamento que tem sido realizado durante esses anos.

299. José Fernandes aduz que uma das conclusões que se segue através desse conjunto de dados fornecidos pelo IGAM é que a represa da Pampulha nunca atingiu a classe 3 em nenhum momento, demonstrando que as concentrações de fósforo e a densidade de cianobactérias e clorofila-a estiveram acima do limite permitido para a categoria nos últimos anos. Aduz que se a qualidade da água estivesse melhorando, estes valores tenderiam a diminuir ao longo dos anos, o que não acontece, pois se percebe uma estabilização em um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

grau de trofia muito ruim. Acrescenta ainda, que isso acontece por causa da contaminação fecal, enriquecimento orgânico e presença de substâncias tóxicas e todo esse material acaba ficando na coluna d'água ou no sedimento do lago.

300. Argumenta que não trouxe os dados de seu grupo pelo fato de o trabalho ter pouco tempo, mas que esses dados não fogem daquilo já constatado pelo IGAM. Também afirma não ter conseguido dados públicos da prefeitura, dados na qual ele queria trazer para fazer uma comparação aos dados do IGAM. Após isso ele conclui sua fala e apresentação.

301. Logo depois, os vereadores levantaram uma série de perguntas:

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Primeiro, professor José Fernandes, muito obrigado pela sua vinda aqui na CPI. Sobre sua apresentação, o senhor fez uma publicação desse conteúdo em artigo com alunos, não fez?

Resposta (José Fernandes Bezerra Neto): Nós temos uma publicação, mas ela foi mais focada na dinâmica do carbono. A gente comparou a dinâmica do carbono de 2013 com a de 2018 e a gente fez uma publicação, mas não especificamente com qualidade de água. Esperamos que até o final desse ano, com os nossos próprios dados ao longo do ano todo, a gente possa estar publicando dados referentes especificamente a qualidade de água e o carbono, porque o carbono é a nossa linha de atuação. Nós trabalhamos com a dinâmica do carbono orgânico que entra em lagos em rios e reservatórios.

302. Após a resposta, o vereador Braulio Lara agradece as informações fornecidas pelo professor e elucida que esse relatório apresentado era justamente onde a CPI precisava avançar. Destaca das informações dos relatórios, o não cumprimento do nível de classe 3 sistematicamente durante o período e que as técnicas aplicadas a partir de 2015 não interferem na dinâmica macro da Lagoa e foi demonstrado isso pois ela não gera uma tendência de decréscimo dessa poluição. Com isso, conclui-se que o tratamento aplicado não é eficiente. Segue dizendo que o que se questiona nessa CPI é a inelegibilidade do pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cesso licitatório para um tratamento que apresenta resultados ineficazes e aduz com isso que se confirma a tese de que as informações técnicas não foram utilizadas para tomada de decisão da Lagoa da Pampulha. Finaliza ressaltando todo o valor gasto em todos esses anos em busca dessa despoluição, mas ficando sempre aquém dos objetivos.

303. Após a fala do Vereador Braulio Lara, o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares também agradece a fala do professor e acrescenta da gravidade dos medidores nunca atingidos, e se o atingimento dessas medições era requisito para o pagamento, então há uma irregularidade, inclusive no pagamento. Finaliza sua fala e em seguida segue-se com uma pergunta do vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): O IGAM diz que são 68 itens que tem que ter para chegar na classe 3. A prefeitura abriu mão de alguns e selecionou 16. O senhor sabe se nesses dados do IGAM, se eles usaram esses 68 itens ou só usou os 16?

Resposta (José Fernandes Bezerra Neto): Os dados brutos do Igam têm um conjunto de quase 100 páginas, eu mostrei aqui, quatro ou cinco. Na verdade, ele faz uma análise completa. Então, se vocês requisitarem os dados do Igam, vocês vão observar que todos os parâmetros estão lá.

304. Após a resposta, o vereador Braulio Lara solicitou o arquivo da apresentação para se anexar ao trabalho da CPI e fazer uma pergunta a respeito da Fundação Christiano Ottoni.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Em vários momentos dessa CPI, o nome da UFMG foi invocado como sendo uma instituição que atestou esse processo e nós entendemos que não é a UFMG como um todo; a fundação Cristiano Ottoni é um recorte que tá ali de forma acessória, ela entrou como interveniente inclusive no contrato. Eu gostaria de saber se no departamento do Senhor, se em algum momento, esse assunto de Lagoa da Pampulha, permeou a área em si, para participar de algum parecer para a Lagoa da Pampulha a pedido da de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (José Fernandes Bezerra Neto): Eu estou na UFMG como professor desde 2009 e, de 2009 para cá, eu nunca fui procurado para fazer nenhum trabalho, nenhum parecer, nem contribuir com absolutamente nada na lagoa da Pampulha. E nesses anos todos nós trabalhamos com rios, lagos, sempre nessa mesma linha. Não conheço os professores, na verdade, eu devo conhecer os professores, mas não conheço o relatório que vocês estão colocando, não tive acesso ao material, então eu não posso emitir juízo de valor sobre o conteúdo do relatório da Fundação Cristiano Otoni, mas essa é uma fundação de apoio à pesquisa e ela não representa a UFMG. Vocês precisam ver quais os profissionais que assinaram o relatório. Eles respondem pelo o relatório da mesma forma que esse relatório poderia ter vindo da Fundep, por exemplo, que é outra fundação de pesquisa e a Fundep poderia ter encabeçado com outros professores. Os professores emitiram a opinião deles e a opinião profissional e técnica de cada um que assinou o relatório. Existem outros profissionais na UFMG e é saudável que, por exemplo, você tenha opiniões divergentes. A UFMG é muito grande. É a primeira ou a uma das maiores universidades do Brasil, então nós somos milhares de professores.

305. Após a resposta, o vereador Braulio Lara cita um dos relatórios da Fundação Cristiano Otoni referente a maio de 2020 com as informações dos professores que participaram. Por fim sugere ao vereador Presidente da Comissão, Juliano Lopes para abrir a palavra, caso algum dos professores que estejam participando de forma remota pudessem se manifestar.

306. O vereador Juliano Lopes, Presidente da Comissão, aceita a sugestão e abre a palavra para os professores que estão participando de forma remota para algum comentário ou pergunta, se identificando e adequando ao tempo restante.

307. A primeira a se manifestar de forma remota foi a professora Alessandra Giani, bióloga, com mestrado e dois doutorados. Considera importante a manifestação dos professores que estão de forma remota, justamente por terem assinado os relatórios. Aduz primeiramente que os dados do IGAM estão disponíveis ao público de forma online. Dessa forma, todos os relatórios da Fundação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cristiano Otoni utilizaram também os dados fornecidos pelo IGAM. Acrescenta que deve ser avaliado também a variação espacial presente na lagoa, onde uma porção recebe rios altamente contaminados, uma outra região mediana de transição e uma região próxima a barragem que seria mais limpa. Continua dizendo que é preciso analisar o processo de tratamento avaliando ao longo da Lagoa justamente por essas diferenças. Também aduz que toda a lagoa está com excesso de fósforo. Outro ponto que avalia importante é o aumento de entrada de poluentes, concorda que o tratamento deveria ir nas causas do problema, mas afirma que se não fosse feito algo urgente, o problema teria sido maior.

308. Por questão do tempo regimental, o vereador Braulio Lara precisa interromper a professora e destaca que a CPI está balizada nos relatórios e ressalta as conclusões dos relatórios 5 e 6 que diz que a aplicação de Phoslock propiciou atingimento das metas classe 3 da resolução 357 2005 do CONAMA em alguns períodos do ano em certos pontos de coleta e para algumas variáveis. Acrescenta dizendo que uma vez que a empresa que se habilitou para fazer o tratamento de classe 3, entrou no processo conhecendo os desafios e com isso ela tinha que garantir o padrão. Sugere se necessário, a realização de uma reunião maior para que o espaço da comunidade acadêmica seja ouvido nesta CPI e após isso, agradece e devolve a palavra ao vereador Professor Juliano Lopes, presidente da CPI da Lagoa da Pampulha.

309. O Presidente da CPI convida os professores que estavam remotamente para participar de uma reunião para ouvi-los com maior tempo. O professor Nilo Nascimento faz uma consideração a respeito sobre a importância de uma reunião pois há muitos pontos que não foram tratados, a exemplo da poluição difusa.

310. O Presidente da Comissão informou que irão aprovar um requerimento para convidá-los. Após isso, anunciou o encerramento dos trabalhos da CPI. Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 12h45min.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.15 DA 15ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DA ETC EMPREENDIMENTOS E DT ENGENHARIA

311. A décima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 02 de maio de 2023, às 09h40min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também os vereadores Rubão e Sérgio Fernando Pinho Tavares. Registra-se que participaram de forma remota a vereadora Flávia Borja e os vereadores Jorge Santos e Irlan Melo. Registre-se também que houve o comparecimento dos vereadores Wanderley Porto e vereador Wagner Ferreira.

312. A reunião teve como finalidade intimar a ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções LTDA e a DT Engenharia que por meio de seus representantes comparecer ou indicar colaborador para prestar esclarecimentos, bem como convidar o representante do Consórcio Pampulha Viva, Marco Antônio de Andrade, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão.

313. Antes da mencionada oitiva, o Presidente da Comissão colocou em votação a inversão da pauta, tendo sido a inversão aprovada. Por conseguinte, fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

- I - Requerimento de Comissão 1052/2023 contendo pedido de informação destinado à Prefeitura de Belo Horizonte para solicitar cópia integral de todos os relatórios técnicos da Lagoa da Pampulha encaminhados pela Fundação Christiano Ottoni - FCO, oriundo da celebração do Contrato AJ 089/2018 com a FCO. A autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- II - Requerimento de Comissão 1053/2023 contendo pedido de informação destinado ao diretor presidente do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), e à diretora de Operações e Eventos Críticos (DMEC) do IGAM para Obter as seguintes informações: a) Desde quando o IGAM monitora a qualidade das águas da Lagoa da Pampulha e seus afluentes? b) Quantos parâmetros de qualidade de água são, em média, monitorados, com qual frequência e em quantos pontos? c) Na avaliação do IGAM, quais as principais causas da degradação das águas da Lagoa da Pampulha? d) Em relatórios dos anos de 2016 a 2018, o IGAM identificou, nos pontos de coleta internos à lagoa, valores de alguns parâmetros nunca obtidos nas séries históricas de monitoramento de qualidade, bem como que tais melhorias podem estar relacionadas às ações em andamento por iniciativa da prefeitura de Belo Horizonte; o IGAM confirma esse entendimento? [...]. Autoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- III - Requerimento de Comissão 1054/2023 para realização de oitiva com a finalidade de convidar o ex-secretário municipal de Meio Ambiente, Weber Coutinho, para prestar informações, no dia 09 de maio de 2023 às 10:30 no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 09/05/2023, às 11 horas.

314. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos de Comissão:

REQUERIMENTO	RESPOSTA
--------------	----------



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão nº 892/2023	OF. SMGO/DALE Nº 325/2023
Requerimento de Comissão nº 895/2023	OF. SMGO/DALE Nº 326/2023
Requerimento de Comissão nº 896/2023	OF. SMGO/DALE Nº 327/2023

315. Logo em seguida o Presidente da Comissão fez uma menção ao documentário "Salve a Lagoa da Pampulha" que será exibido no sábado pela Rede Globo a partir das 14 horas.

316. O Vereador Braulio Lara registra que as pessoas que participaram da Comissão de Licitação, que serão convidadas para a próxima semana, são: a senhora Maria Luiza Ferreira Bela Moncorvo, a senhora Regina Lúcia Atenien- se, a senhora Yussara Assunção Costa, a senhora Ana Maria Barcelos de Sou- za Murici e o senhor Mário Romualdo de Oliveira.

317. Registra-se que o representante do Consórcio Pampulha Viva, Marco Antônio de Andrade, não compareceu a essa oitiva e apresentou um atestado médico do Hospital Madre Teresa. Com isso ficou acertado convidá-lo nova- mente em uma reunião futura

318. Em seguida, o Presidente da Comissão convidou o representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA, o senhor Alexandre Hibeyo para oitiva. Antes de iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Julia- no Lopes, solicitou que o Sr. Alexandre Hibeyo prestasse compromisso em ob- servância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Alexandre Hi- beyo confirmou que estava de acordo e ciente. Após cumprimentos, o Vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

O senhor pode falar, por favor, rapidamente, da sua vinculação com a empre- sa, o seu histórico. Uma breve apresentação por favor

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): sou advogado da empresa. Trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aqui com licitações e contratos, apoiando o departamento comercial há cerca de 7 anos. Então é simplificar é isso resumidamente.

319. Em seguida, o vereador Braulio Lara começa a fazer uma pergunta a respeito do contrato de desassoreamento que se iniciou em 2018. No entanto, é interrompido pelo representante da ETC que aduz que o ofício enviado a eles, trata apenas do contrato de tratamento das águas desenvolvido com a prefeitura e não do contrato de desassoreamento.

320. Desse modo, Braulio indagou se o representante da ETC estava disponível para responder perguntas sobre este contrato.

321. O representante da ETC respondeu que não estava ali para falar sobre isso pois não fazia muito sentido a empresa deslocar um técnico para lá e participar de um assunto que ninguém tem conhecimento na empresa que é o tratamento. Afirma que a respeito do desassoreamento ele irá auxiliar no que estiver ao seu alcance, mas no mais aduz que seria necessário a marcação de nova reunião para que o técnico da empresa possa falar.

322. O vereador Braulio então continuou com as perguntas e aludiu que se o representante da ETC não achasse possível respondê-las, eles fariam um pedido por escrito ou se fosse o caso, fariam um novo agendamento, caso seja entendimento entre as partes. O representante da ETC concordou e seguiu assim as perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

A ETC foi contratada para realizar o desassoreamento da Lagoa no contrato AJ 49 de 2018, que é um contrato que custou mais de 33 milhões de reais aos cofres públicos. O senhor sabe e já confirmou que esse contrato foi prestado pela ETC. O senhor tem conhecimento de quais foram as áreas que foram desassoreadas?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não. Até onde eu sei, são áreas específicas que estavam vinculadas ao contrato que estavam no tempo de referên-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cia. As áreas específicas, eu não sei lhe dizer, mas posso mandar por escrito ainda hoje.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Esse trabalho que foi desenvolvido pela empresa ETC, porventura foi um contrato de continuidade, porque a empresa Andrade Gutierrez já havia feito um contrato um serviço de desassoreamento que tinha começado em 2013 O senhor sabe dizer se de fato essa continuação do contrato interferiu nos trabalhos da ETC no sentido de escopo, de conteúdo, enfim da técnica que foi utilizada pela ETC ou a ETC começou entre aspas do zero?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Nós não temos nenhuma relação com o contrato anterior. É um outro contrato que foi extinto, eu não sei qual a razão, se chegou ao final do termo, se foi rescisão, se foi extinção. A administração de Belo Horizonte lançou um edital para desassoreamento da Pampulha onde várias empresas participaram, inclusive a ETC. Nós nos sagramos vencedores dessa disputa e por essa razão fomos executar o desassoreamento. O desassoreamento, ele vai ser sempre um serviço contínuo, porque qualquer tipo de material, seja poeira, terra ou esgoto que vá para o sentido da Lagoa faz com que ele assoreie e, o fundo vai ficando cada vez menor, e por isso que é feita essa atividade de desassoreamento.

323. O vereador Braulio, em contato com a assessoria, retoma a questão do requerimento de comissão encaminhado à ETC, argumentando que tratava sobre prestação de esclarecimentos e não está observando especificamente falando da questão de água no requerimento inicial. O representante da ECT contra argumenta que está em posse do ofício 2571/2023 em que tudo que ele fala é a respeito do contrato do tratamento das águas. O vereador Braulio recebe que houve um redirecionamento de um ofício da empresa Pampulha Viva para o representante e segue com as perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):
no objeto do contrato o AJ 49 de 2018 fechado com a empresa do senhor, ela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tinha como objeto a revitalização da Lagoa da Pampulha. Só que fazendo uma visita simples hoje na Lagoa, observa-se diversas áreas que estão aterradas e assoreadas. O senhor sabe nos dizer porque que não foi feita a retirada dessas áreas assoreadas? Por que o escopo não envolveu a remoção completa desse material? O senhor sabe se a revitalização em questão, ela tinha de fato o escopo de entregar a lagoa totalmente saneada?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): O objeto do contrato é a execução das obras de revitalização da Lagoa da Pampulha através da execução de serviço de desassoreamento e limpeza, ou seja o escopo do nosso objeto faz parte de uma obra maior da administração, assim eu entendo, não sei se foi isso ou não, aí tem que perguntar para a própria administração. Mas dentre as obras de revitalização da Lagoa, uma delas é o desassoreamento que foi contratado conosco. A nossa obra diz respeito à desassoreamento da Lagoa, no entanto, acredito eu que, por questões de orçamento da administração, foram determinadas áreas que foram selecionadas para que fosse feito desassoreamento e provavelmente as áreas que aquela época após algum estudo deles demonstravam que eram as áreas mais assoreadas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): nessa época o senhor trabalhou no contrato porventura?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Eu participei do processo de licitação sim. Eu acompanhei desde quando nós começamos a análise do edital até a extinção do contrato.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): O vereador Braulio faz menção ao slide em tela que mostra as áreas questionadas por eles. Ficaram dentro da Lagoa alguns diques de retenção de sedimento e esses diques na verdade ao término entre aspás do serviço que vocês executaram ficaram por lá. O senhor sabe me dizer se essas estradas de serviço que foram abertas lá, deveriam ficar lá ou elas deveriam ter sido removidas também ao final do contrato?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Essa é uma questão mais técnica. Então o ideal seria que a gente pudesse explicar isso para vocês depois até porque é uma questão técnica

324. Após isso, seguiu-se a palavra com o vereador Rubão que fez as seguintes perguntas:

Pergunta (Vereador Rubão): O senhor sabia que a proteção pública patrimonial cultural da Lagoa da Pampulha é desde 1984 quando ocorreu o tombamento do conjunto arquitetônico e Paisagismo da Lagoa da Pampulha incluindo a orla, o espelho d'água da Lagoa, a igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, o antigo cassino no caso, a casa do baile, e o late Tênis Clube pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o senhor sabia disso?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Sim, eu tive conhecimento. Fiquei sabendo no começo desse ano.

Pergunta (Vereador Rubão): Se o senhor sabe que o tombamento é proteção cultural do conjunto arquitetônico, como que a concordância do aterramento de dentro da Lagoa da Pampulha? Como que o senhor concorda? Como que o senhor vê isso? sendo tombado e fazendo esse aterramento dentro da lagoa?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Todas as licenças para nossa operação estavam válidas quando da contratação e quando da execução contratual. Então tudo que nós fizemos estava dentro do permitido legalmente, com o contrato firmado de acordo com as licenças ambientais que foram concedidas à administração.

Pergunta (Vereador Rubão): E a empresa chegou a questionar a Prefeitura de estar usando esse espaço protegido?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Quem deu a licença foi o Órgão Ambiental. Então eu não tenho o que questionar para administração pública. Eu tenho que executar aquilo que está no meu tempo de referência. A administração



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tinha a licença e fez a solicitação com aquela licença para executar nesse local, é ali que a gente tem que executar porque pode ser que em outro local não seja licenciado para fazer a operação que nós estávamos fazendo. Então assim, seguimos a licença ambiental concedida pelos órgãos ambientais de Minas Gerais e é o que eu posso falar para o senhor.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Essa questão do tombamento cultural da Lagoa da Pampulha em momento algum ela foi abordada durante o processo de licitação e a posterior ele te contratação? É isso mesmo?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Diz que não se recorda e alega que o que analisa é a questão da licença, se há algum impedimento ou se está tudo em ordem.

Pergunta (Vereador Rubão): Foi observado uma finalização do contrato AJ 049 2018. O volume transportado de material nos últimos meses foi muito maior do que a média, porque houve essa aceleração nas medições? e porque o encerramento do contrato também foi antecipado?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Tecnicamente não sabe afirmar o que aconteceu mas acredita que tenha relação com o aumento das chuvas que leva ao assoreamento da lagoa. Aduz que teria que pedir à equipe de engenharia da empresa para uma resposta mais técnica.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Em janeiro de 2020, Belo Horizonte foi bem castigada pelas chuvas torrenciais, fora da média. Mas aí o contrato acabou sendo executado no ritmo muito maior do que ele vinha sendo feito e essa é a nossa grande dúvida: a empresa de fato acelerou o processo por causa disso? Foi um pedido de administração pública?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Reitera a resposta dada anteriormente e diz ser necessário um parecer dos engenheiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Um dos pontos centrais, que causou espanto, é que o contrato prevê “que o volume de material escavado será medido em função das somas de quantidade de caminhões cheios”. Essa “unidade” de medida prevista no contrato é baseada em qual tipo de caminhão? Qual tamanho de caçamba? Qual capacidade de carga? Enfim, o que quer dizer caminhão “cheio”?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Aduz Esse termo de referência que vocês estão apresentando, ele diz da recuperação da qualidade da água, são os parâmetros da água não tem relação com caminhão

325. Após a resposta, o vereador constatou que o slide apresentado para o representante era o slide errado.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Mas em relação aos caminhões só tem um conhecimento qual modelo de caminhão

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não sabe explicar o modelo de caminhão que foi utilizado. Aduz que geralmente é utilizado aquele que está previsto para ser utilizado de acordo com a composição da administração, observando o limite da cota máxima que o caminhão pode levar que é 16 metros cúbicos.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): Qual era a principal medição que a prefeitura utilizava para realizar o seu pagamento? Houve mudanças no decorrer do contrato?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não me recordo critério de medição. Tem que olhar se era o volume ou caminhão cheio. Sobre mudanças no decorrer do contrato, até onde eu me recordo, não. Não posso afirmar para o senhor.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): no processo de desassoreamento, há movimentação de terra no fundo da Lagoa?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Sim, pois toda vez que você passa a concha da escavadeira você vai mexer.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Em algum momento a prefeitura levantou algumas preocupações na execução do seu contrato interferindo em outros trabalhos que são executados na Lagoa da Pampulha?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não me chegou nenhuma informação dessa

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): digo isso porque o contrato da Pampulha Viva pega o material orgânico para jogar no fundo da lagoa. São gastos milhões de reais para isso e logo em seguida e o fundo da lagoa é remexido, levantando tudo que foi decantado. Você acha que faz sentido a execução desses dois trabalhos ao mesmo tempo? Não ficamos enxugando gelo dessa maneira?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Destaca que são duas ações diferentes e ressalta que precisa analisar quais áreas cada contrato está atuando.

Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha): A grande questão é se um contrato interfere no outro, porque se vocês estão fazendo escavação pegando no fundo da Lagoa, a deposição de material orgânico que é feita pelo outro contrato de limpeza pode ser prejudicado. Em algum momento foi trazido essa reclamação ou esse alerta a vocês da ETC?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Até onde eu saiba não. Para eu poder falar qualquer coisa nesse sentido para vocês eu teria que ter conhecimento a respeito do outro contrato firmado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

No orçamento de realização dos serviços de desassoreamento, constou a existência de alguns materiais que não guardam estrita correspondência com serviços de desassoreamento. Como exemplo, o orçamento de execução das obras de desassoreamento constava 45.000.000 Kg de pedras de enrocamento. Onde foram depositadas essas pedras? Quais obras foram realizadas com essas pedras?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não sei onde foi utilizado essas pedras. É uma realização técnica. Mas se ela estava na planilha, é porque ela tem alguma função. Para entender essa função, precisa olhar o termo de referência. O pessoal da engenharia que executou a obra com certeza tem condições de passar essas informações para que a gente possa dirimir qualquer dúvida dos Senhores.

326. O vereador Braulio aduz que irá remeter um ofício por escrito ao representante para responder também por escrito em relação a esse ponto que chamou atenção, visto que o contrato é de desassoreamento mas foi aplicado esse serviço acessório de enrocamento, na qual ele não identifica o vínculo com o objeto principal e em um valor que é substancial.

327. O representante da ETC aduz que em obras de desassoreamento são feitos enrocamentos mas não sabe explicar tecnicamente como funciona.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Constou no orçamento o fornecimento de mudas de plantas. Que mudas eram essas? Onde foram utilizadas essas mudas? O plantio ocorreu pela ETC? Em quais locais?

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não tenho informação.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

E o paisagismo? Quem fez o projeto? Houve uma consulta do conjunto paisagístico tombado?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta (Alexandre Hibeyo, Representante da ETC Empreendimentos Tecnologia em Construções LTDA): Não tenho informação dessa execução em si. Eu sei aquilo que passa pelo departamento, como eu disse para os senhores desde o início quando recebemos o ofício, entendemos que era algo relativo a outro contrato, uma vez que o Ofício que nos foi encaminhado diz respeito a outro contrato.

328. O vereador Braulio diz que irá fazer esse pedido de informação por escrito e reitera que o ofício enviado tem como objeto apurar irregularidades na execução dos contratos de limpeza e recuperação da Lagoa da Pampulha, o que é um serviço macro que abrange o serviço de desassoreamento. Por fim agradece a participação do representante ETC, concluindo que se for necessário, será marcada uma nova oitiva.

329. O representante da ETC finaliza argumentando que o ofício fala das obras de limpeza e recuperação da Lagoa, e não do desassoreamento. Acrescenta que a revitalização tem vários contratos, dentre eles, o tratamento que é o objeto do ofício.

330. Devido a essa fala final, o vereador Braulio ainda questiona se a ETC tem outros tipos de serviços prestados pela prefeitura, e o representante responde dizendo que só prestou esse serviço, mas que a empresa já participou de outras licitações sem obter sucesso. O vereador ainda questiona se há um interesse futuro da empresa em participar de futuras licitações. O representante aduz que estão pesquisando sempre nos diários oficiais e por meio de um sistema que capta todas as licitações em diário oficial.

331. Concluindo, o vereador Braulio devolveu a palavra ao Presidente da CPI, vereador Professor Juliano Lopes. Não havendo mais perguntas dos demais vereadores, se deu encerrado a oitiva do representante da ETC, Alexandre Hibeyo.

332. Após isso, o Presidente da CPI suspendeu a sessão por 7 minutos para a oitiva da DT Engenharia marcada para às 10:30.

333. Às 10:30 seguiu-se o procedimento para a oitiva da DT Engenharia LTDA por meio de seu presidente, João Carlos Gomes de Oliveira. Antes de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, solicitou que o Sr. João Carlos prestasse compromisso em observância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. João Carlos confirmou que estava de acordo e ciente. Após cumprimentos, o Vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Você pode explicar, por favor, para o público que nos acompanha, em que consiste a tecnologia flotflux? Como é o funcionamento e quais resultados se obtém pelo uso dessa tecnologia?

Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia): A nossa empresa tem 40 anos de existência e o nosso sistema desenvolvido na década de 90, foi justamente a técnica de flotação por absolvedor em cursos da água sem que haja nenhum tipo de barramento, formação de remanso e, além do tratamento físico químico que é através de injeção de produtos químicos convencionais aplicados, existe tratamento preliminar na retenção e remoção dos resíduos sólidos do lixo e também na retenção do material granulado que corre sendo carregado pelo fundo dos rios afluentes. O tratamento é feito com vazão variável e níveis variáveis, ou seja, ele opera diuturnamente 24 horas, além disso opera com padrões de entrada da estação com padrões também variáveis. É sabido que um córrego afluente do corpo da água, no caso a Pampulha, eles são sensibilizados tanto pela sazonalidade anual como também pela avaliação diária. De madrugada a poluição cai muito, poluição é toda decorrente de antrópica. Então os picos de poluição acontecem justamente na hora do almoço e logo ao anoitecer, onde a fluência de esgoto fugitivos não coletados aumentam nessa oportunidade onde as pessoas vão para casa, principalmente. Uma questão importante da aplicação da nossa técnica é que ela trata também a carga difusa. A gente não tem acompanhado muito, mas sabemos que ainda há muito a ser feito. A questão da coleta e afastamento do tratamento de esgoto é uma questão preponderante, é significativa mas não é o único fator de poluição da Lagoa. Outros fatores, são a própria influência de resíduos sólidos do lixo e do próprio assoreamento que é um material que vem contaminado. Então o nosso



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sistema contempla esses três aspectos tanto do assoreamento da retenção como a retirada, do lixo da retenção e retirada e também da poluição das águas que a parte vamos dizer que é mais difícil de ser equacionada. Para isso, nossa empresa trabalha nesse assunto há mais de 25 anos e nós detemos tecnologias através de diversas cartas patentes aplicáveis a cada caso. O sistema se mostra bastante favorável para lábios urbanos. Já fizemos isso em diversos largos urbanos aqui em São Paulo no Brasil todo e dentre eles a última aplicação em Belo Horizonte foi no começo do ano 2002 especificamente.

Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):

Pode nos falar sobre o histórico da ETAF Pampulha? A DT Engenharia Ltda participou, em algum momento, da implantação dessa tecnologia na ETAF Pampulha? Quando foi? Em que ano? Como se deu essa participação?

Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia): Nós fomos convidados pela SUDECAP no começo dos anos 2000 e naquela oportunidade se colocou a possibilidade de aplicar nossa tecnologia na Lagoa da Pampulha. Fizemos algumas reuniões técnicas, desenvolvemos um plano diretor de como equacionar a poluição que vinha sendo lançada na represa. As tentativas evoluíram, existia naquela época, um contrato ou uma licitação, que naquela oportunidade quem venceu a licitação foi Andrade Gutierrez. E depois de mostrar os resultados, através de vídeos de outras aplicações anteriores nos lagos urbanos aqui em São Paulo, ficou definido que anteriormente na verdade, foi feito um convênio entre a prefeitura, na autarquia da SUDECAP, junto com a COPASA. Me parece que a COPASA liberou um recurso para que essa Etaf fosse implantada dentro desse contrato com a Andrade Gutierrez, e o nosso contrato então foi feito com a consultora da Andrade Gutierrez para a implantação da Etaf. Nós implantamos isso e no final de 2002 ela foi inaugurada por esse convênio, que participava a prefeitura e o governo do estado através da COPASA. Esse contrato nosso, salvo engano, ele foi feito de tal sorte que a gente executou o projeto básico executivo, executamos todas as obras referentes a instalações, compra de equipamento, montagem e a construtora Andrade Gutierrez se incumbiu da parte civil que era execução de canal de acesso e também do canal de tratamento, algumas partes do medicamento que foi feito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para trazer a água para dedetização, então praticamente as responsabilidades foram divididas em termos de obra civil, principalmente com a construtora Andrade Gutierrez e a parte eletromecânica, montagem pré-operação, acompanhamento e também fornecemos a equipe técnica e operacional e instruímos o pessoal da COPASA para que eles operassem naquela oportunidade. E esse contrato foi cumprido e a COPASA de lá para cá vem operando a estação até a data de hoje. A gente não tem acompanhado os resultados no dia a dia, mas sabemos que os resultados têm sido muito bons nesses últimos 20 anos.

Pergunta (Vereador Rubão): Houve alguma alteração na forma de implantação e operacionalização da tecnologia flotflux desde a implantação da ETAF Pampulha? Ou seja, o sistema hoje é operacionalizado da mesma forma que em 2002/ 2003, ocasião de início de funcionamento da ETAF Pampulha?

Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia): Sim, a tecnologia que existia e foi aplicada naquela oportunidade, eu lembro que passado algum tempo, foi feito a pedido da própria COPASA uma adaptação no sistema de coleta de lodo. Nós projetamos e implantamos um raspador de lodo para otimizar a sistemática operacional e depois disso depois disso não me recordo de nenhuma modificação ou melhoria na estação. O que temos acompanhado ao longo dos anos é que os resultados têm sido muito bons. Isso é uma questão que é muito importante para nós porque mostra que uma solução dada há 20 anos atrás continua ainda com bons resultados.

Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha): Segundo informações prestadas pela COPASA, e conforme visualizamos na visita à ETAF Pampulha, na primeira fase de processamento pela ETAF há um gradeamento que opera de forma automatizada e promove a remoção resíduos sólidos; na segunda fase, há um canal de sarenador, construído de forma que os sedimentos (areia, solo) são depositados no fundo do canal; e na terceira fase, o sistema de flotação promove a remoção de matéria orgânica, cujos resíduos são direcionados, de forma automatizada, para a ETE Onça. Ao final do processo, tem-se a água de aspecto limpo, que é devolvida nesse estado à Lagoa da Pampulha. O sistema flotflux promove a remoção de fósforo?